



RELATÓRIO E CONTAS

DO

CONSELHO DISTRITAL DO PORTO

DA

ORDEM DOS ADVOGADOS

2005



INDICE

1. Relatório de Actividades de 2005

- 1.1 Preâmbulo
- 1.2 Centro de Estágio
 - 1.2.1. Relatório de Actividades
 - 1.2.2. Centro de Formação
 - 1.2.3. Quadro de Inscrições
- 1.3. Apoio Jurídico e Judiciário
 - 1.3.1. Nomeações
 - 1.3.2. Escalas
 - 1.3.3. Gabinete de Consulta Jurídica Gratuita
 - 1.3.4. Gabinete de Apoio à Vítima
- 1.4. Segredo Profissional
- 1.5. Pareceres
- 1.6. Procuradoria Ilícita
- 1.7. Relações Internacionais
- 1.8. Biblioteca
- 1.9. Expediente

2. Contas de 2005

- 2.1. Introdução
- 2.2. Balanço Analítico
- 2.3. Demonstração de Resultados
- 2.4. Relatório sobre as Contas
 - 2.4.1. Contas do Balanço
 - 2.4.2. Contas de Resultados
 - 2.4.3. Conclusão
- 2.5. Anexo à Demonstração de Resultados
- 2.6. Análise Comparativa de Resultados
- 2.7. Execução Orçamental
- 2.8. Análise da Execução Orçamental



Preâmbulo

Tendo constituído o primeiro ano do nosso mandato, o ano de 2005, no Conselho Distrital do Porto, foi marcado, desde logo, pela enorme tarefa de divisão do trabalho, tomada de conhecimento do estado das coisas e de reorganização.

A isso se somou, depois, a responsabilidade, que não foi menor, de assegurar o funcionamento normal, diário, do Conselho, que é já uma organização vasta e complexa, tanto nos seus muitos serviços centrais como na relação com o grande número de delegações cuja actividade coordena e com os órgãos nacionais da Ordem.

Finalmente, teve o Conselho de dar resposta organizada aos eventos ocorridos durante o ano, com destaque para o grande conjunto de Representações a que é chamado, para a Convenção das Delegações e, claro, para o Congresso.

A tudo aquilo se respondeu com visível empenho e bons resultados.

E muito se engana quem imagina que o conjunto daqueles trabalhos não exige, por si só, excepcional, constante e sacrificada devoção.

Mas 2005 foi já, também, um ano de inovação.

Desde logo no que diz respeito à Formação (eleita pelo Conselho como prioridade, e para cujo serviço, assumidamente, não se economizaram meios); e, dentro desta, para o Estágio. Tudo foi repensado, reformulado, reorganizado, trazido a moldes modernos. E, depois, eficazmente implementado.

Depois, no que se relaciona com a Informática: privilegiamos os contactos por correio electrónico, com evidente economia e muito maior fluidez, investimos no Departamento próprio, colaborámos activamente na tarefa, feita pela Ordem a nível nacional, de definição final do desenho do SINOA e de criação do novo “site” e suas funcionalidades.

Finalmente, em tudo quanto se relacionou com o Apoio Judiciário, a Procuradoria Ilícita e o Segredo Profissional: com gosto se constata que, pelo esforço e com o investimento do Conselho, em todos aqueles sectores a organização impera, a celeridade está garantida, os resultados satisfazem.



Eram as nossas primeiras obrigações, ao serviço dos Cidadãos e dos Advogados.

Não me deterei sobre o enorme trabalho feito nas muitas reuniões do Conselho, nas das Comissões Executivas e nas dos vários Pelouros. Nem é possível dar, aqui, destaque ao muito mais que no Conselho, órgão vivo, diariamente se faz.

O retrato suficientemente fiel disso tudo vai tirado nas rubricas em que este Relatório se desdobra.

Mas em 2005 também se planeou bem 2006.

Sobre continuar organizado, como agora está, o Conselho estabeleceu com clareza os ambiciosos objectivos de cada Pelouro, e escolheu a sua prioridade, na qual já está a trabalhar: a de encontrar novos moldes de trabalho para os serviços em que se desdobra, concentrando-os e modernizando-se, em benefício também de quem nele trabalha.

Disso, estou certo, poderemos dar boa conta no próximo Relatório, como é nosso dever e, como neste, será nosso gosto.

Os Colegas merecem-nos tudo isso.

Com amizade,

Rui da Silva Leal



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO CENTRO DISTRITAL DE ESTÁGIO

Introdução

No ano de 2005 o Centro de Estágio do Conselho Distrital do Porto afirmou-se progressivamente como efectiva instituição de formação de juristas e novos advogados. Das maiores, a todos os níveis, existentes no norte do país, como se verá do relatório anexo.

Assim, para além do mais, foi nele integrado, em termos administrativos e financeiros, o pólo de formação de Guimarães.

Foi melhorado e aumentado o quadro dos formadores.

E aperfeiçoado o sistema da sua avaliação.

Na formação inicial, foi retomado o cargo de coordenador de área, definindo-se a respectiva função.

Foi aumentado para o dobro o número de aulas de formação em cada das quatro áreas de formação (PP, PC I, PC II e DP), por forma a ir ao encontro do aumento do tempo do estágio.

Foi ampliado o programa de PC I e PP com a matéria dos recursos.

Foram calendarizadas e divulgadas com antecedência as iniciativas de formação e as provas.

Foram criadas regras claras para a feitura dos testes de aferição.

Na formação complementar foram reorganizados e sistematizados sete diferentes cursos, com a duração de 16 horas cada, e feitas três edições de cada desses cursos, quer no pólo de formação do Porto, quer no de Guimarães, aqui com o auxílio permanente da respectiva Delegação.

O que tudo teve enorme adesão e procura pelos destinatários.

Foram promovidas conferências com regularidade quinzenal.

Foram organizados cursos, com a duração de cinco semanas cada, no Centro de Formação On-Line (CFO).

Alguns deles com duas e mais edições.



Em relação à formação ministrada por terceiros foram aprovados critérios objectivos de acreditação dos mesmos, bem como uma grelha de creditação das suas acções de formação.

No âmbito da organização interna foram reorganizados os Serviços dependentes do Centro de Estágio.

Criada uma página para este último no CFO.

Centralizados neste todos os actos burocráticos possíveis.

Desburocratizados, na medida do possível, todos os actos e procedimentos.

Dispensado, na medida também do possível, o suporte do papel.

De realçar, como especial palavra de apreço, que nada do exposto teria sido possível sem o empenho e dedicação dos funcionários adstritos ao Centro de Estágio e a eficaz coordenação da Secretária Geral do Conselho.

Augusto-Pedro Lopes Cardoso

Presidente do Centro de Estágio

1. **Apresentação** –

O Centro de Estágio é a entidade inorgânica do CDP que promove e organiza a formação do estágio dos advogados estagiários em todo o Distrito Judicial do Porto.

Tem a sua sede no Porto.

E tem um Pólo de Formação em Guimarães.

Promove as suas actividades em instalações próprias, no Edifício Mapfre, no Porto.

E em instalações ocasionalmente cedidas por terceiros:

a) para a realização de conferências, a saber pela AICOOPN, Fundação Engº António de Almeida e Universidades Católica, Faculdade de Direito da UP e Universidade Portucalense.

b) para a realização de simulação de julgamentos: varas cíveis do Porto, Universidade Lusíada e Universidade Lusófona.

c) para a realização de testes: Faculdades de Direito e Economia da Universidade do Porto.



2. Estrutura orgânica –

2.1. Direcção:

2.1.1. Presidente: Dr. Augusto-Pedro Lopes Cardoso, vogal do CDP, com delegação de todas as competências deste Conselho em matéria de estágio;

2.1.2. Coordenadora da Formação Inicial: Dr^a Cristina Correia, vogal do CDP

2.1.2.1. coordenador da área de Deontologia Profissional: Dr. Orlando Guedes da Costa;

2.1.2.2. coordenador da área de Processo Penal: Dr. Rui Morais Ferreira;

2.1.2.3. coordenador da área de Processo Civil I: Dr. Artur Lopes Cardoso;

2.1.2.4. coordenador da área de Processo Civil II: Dr. Paulo Pimenta;

2.1.3. Coordenadora da Formação Complementar: Dr^a Ivone Rocha

2.1.4. Coordenadora do Pólo de Guimarães – Dra. Ana Raquel Guimarães e Dr. Rui Teixeira e Melo

2.2. Funcionários:

Dra. Teresa Ferreira Bastos – coordenação administrativa e financeira

José Alberto Azevedo – coordenação da secretaria do estágio, atendimento, expediente, acompanhamento de processos para despacho, colaboração nos processos, etc.

Maria de Fátima Azevedo – logística dos horários, testes (de aferição e nacionais), notas, cédulas, processos, etc.

Filomena Braga – lançamento de créditos e elaboração de processos.

Dra. Alexandra Paranhos – atendimento, base de dados, creditação, conferências externas, cédulas, conferências, site, etc.

Mário Pinto – atendimento, base de dados, provas de agregação, expediente, processos, etc.

Dra. Elsa Gomes – atendimento, secretaria do CFO, processos, etc

Dra. Daniela Teixeira da Cruz – coordenação funcionários do núcleo de formação, colaboração no apoio à 1^a fase e fase de formação complementar, etc

Dr. António Graça – organização e apoio logístico de conferências

Lurdes Maria – atendimento, apoio aos formadores, organização de turmas de formação complementar, gestão de faltas, apoio nas provas de agregação, etc.

Susana Rodrigues – mesmas tarefas (com baixa desde Fevereiro)



Paulo Vilas Boas – atendimento e apoio às sessões do Estágio 1ª fase e fase de complementar, apoio provas de agregação, faltas, etc

Dra. Sara Queijo – gestão do CFO

3. **Reuniões** -

O Centro de Estágio reúne quando convocado pelo seu presidente.

Com a presença de quem por ele for convocado.

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2005 reuniu 26 vezes.

Das decisões tomadas é lavrada a competente acta.

Depois divulgada por todos os membros do CDP.

4. **Financiamento** -

4.1. Os serviços de formação prestados pelo Centro de Estágio são financiados pelas seguintes verbas:

- a) taxa de inscrição de advogado estagiário
- b) 71% da taxa de inscrição de advogado
- c) taxas de pedidos de revisão
- d) taxas de pedidos de repetição de teste
- e) taxas de repetição de provas de agregação
- f) dotação do orçamento do CDP, distribuída pelas diversas rubricas.

4.2. Em 2005 os financiamentos provenientes de recebimentos de taxas, até 31 de Dezembro, foram de 694.800,00 €, assim distribuídos:

- a) taxas de inscrição de advogados estagiários (1ª inscrição -700€; repetição 1/2/3 áreas: 220,00€/320,00€/420,00€): 431.956,00 €
 - a.1.) 151.365,00 € do curso de estágio de 1 de Abril de 2005;
 - a.2.) 280.591,00 € do curso de estágio de 14 de Outubro de 2005;
- b) taxas de inscrição de advogados: 210.653,00 €
- c) taxas de pedidos de revisão: 18.867,00 €
- d) taxas de pedido de repetição de teste: 28.624,00 €
- e) taxas de repetição de provas de agregação: 4.700,00€



5. Despesas –

A despesa total do Centro de Estágio no ano de 2005, até 31 de Dezembro, foi de 699.425,00€, assim distribuída:

5.1. Formação Inicial, Formação Complementar (incluindo, ainda, o programa de Patronos Formadores) e CFO:

* Total da despesa da estrutura (salários, rendas, material escritório, comunicação, higiene, etc.) - 365.343,00 €

* Total da despesa em honorários (50 €/Hora) – 334.082,00 €

Assim discriminada:

5.1.1 Formação Inicial:

*honorários – 178.925,00 €

*estrutura – 172.304,00 €

5.1.2. Formação Complementar:

5.1.2.1. Patronos Formadores

*honorários – 23.432.00 €

*estrutura – 74.813,00€

5.1.2.2. Cursos de Formação Complementar

*honorários – 75.243,00 €

*estrutura – 97.321,00 €

5.1.3. Provas de Agregação:

*honorários (125€/tarde) - 43.872,00 €

5.1.4. Centro de Formação On-Line - CFO

*honorários - (750€/curso) – 12.610,00 €

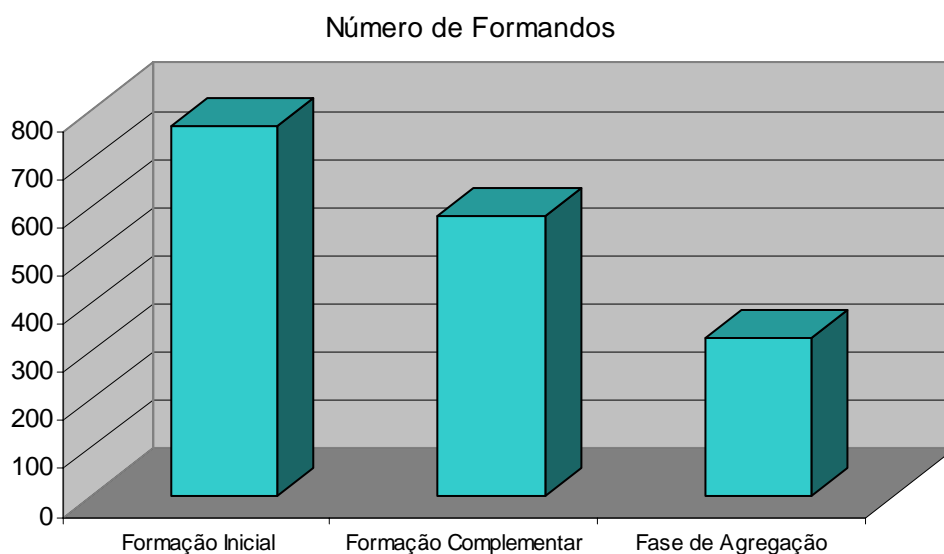
*estrutura - 20.905,00 €

6. Formandos –

Em 28.12.2005 estavam inscritos no Centro de Estágio 1681 Formandos, nas diversas fases da formação.

Sendo:

- 769 na formação inicial;
- 584 na formação complementar;
- 328 na fase de agregação.



7. Formadores –

7.1. Em 31.12.2005 o Centro de Estágio tem 66 lugares de formadores.

7.2. Sendo 31 na *formação inicial*.

A saber:

- Deontologia Profissional

- Dr. A. Sousa Pereira
- Dr. Artur Pinto Faria
- Dr. Carlos Grijó
- Dr. Daniel Soares
- Dr. Fernando Sousa Magalhães
- Dr. Jorge Andrade da Silva
- Dr. Orlando Guedes da Costa

- Prática Processual Penal

- Dr. António A. Salazar
- Dr. Carlos Ribas
- Dra. Cristina Correia
- Dr. José Pinho de Sousa Coelho
- Dr. José Silva e Correia
- Dr. Leopoldo Carvalhaes
- Dr. Miguel Moreira dos Santos



- Dr. Rui Morais Ferreira

- Prática Processual Civil 1

- Dr. Artur Lopes Cardoso
- Dr. J. P. Morais de Carvalho
- Dra. Joana Reis
- Dr. José Carlos Pestana Vasconcelos
- Dra. Maria Inês Araújo
- Dr. Miguel Lopes Cardoso
- Dr. Pedro Lima Pinheiro Torres
- Dr. Rui Moreira Chaves

- Prática Processual Civil 2

- Dr. António Sarmiento de Oliveira
- Dra. Catarina Pinto Resende
- Dr. Francisco Pacheco
- Dr. Jacinto Machado
- Dra. Joana Magalhães Pereira
- Dra. Paula Trindade Martins
- Dr. Paulo Pimenta

7.3. Sendo 35 na *formação complementar*.

A saber:

7.3.1. No pólo de formação do *Porto* (25):

- Práticas Processuais Cíveis:

- Dr. Artur Lopes Cardoso
- Dra. Joana Reis
- Dra. Maria Inês Araújo
- Dr. José Carlos Pestana Vasconcelos
- Dr. Rui Moreira Chaves
- Dr. Francisco Pacheco

- Práticas Processuais Penais:

- Dr. Rui Morais Ferreira
- Dr. Carlos Ribas
- Dr. Miguel Moreira dos Santos



- Dra. Isabel Vellozo Ferreira

- Práticas Processuais Laborais:

- Dr. António Sarmento Oliveira
- Dra. Gabriela Pinheiro
- Dr. Guilherme Figueiredo

- Práticas Processuais Administrativas:

- Dra. Elizabeth Fernandez
- Dr. Jorge Andrade da Silva
- Dr. Goiana Mesquita

- Registos e Notariado:

- Dra. Paula da Conceição Pereira
- Dra. Paula Trindade Martins
- Dra. Angelina Barbosa Leão

- Direito Contra-Ordenacional:

- Dr. José Gagliardini
- Dr. Francisco Manuel Espinhaço

- Práticas Processuais Tributárias:

- Dr. António Cardoso da Conceição
- Dr. Paulo Vasconcelos
- Dr. Nuno Barroso Pereira

7.3.2. No pólo de formação de Guimarães (10):

- Práticas Processuais Penais:

- Dr. Miguez Garcia
- Dr. Carlos Alves

- Práticas Processuais Cíveis:

- Dr. Luís Teixeira e Melo

- Práticas de Registos e Notariado:

- Dr. Carlos Tavares

- Práticas de Direito Contra-Ordenacional:

- Dr. Paulo Rodrigues
- Dra. Rosa Tching



- Práticas Processuais Administrativas:

- Dr. João Gomes Alves

- Práticas Processuais Laborais:

- Dr. Ferreira da costa

- Práticas Processuais Tributárias:

- Dr. Joaquim Rocha

- Direito Consumo:

- Dr. Pedro Sousa

7.4. Sendo, neste momento, 1 Formador, na formação não presencial no CFO:

- Simulador de Articulados Direito do Trabalho

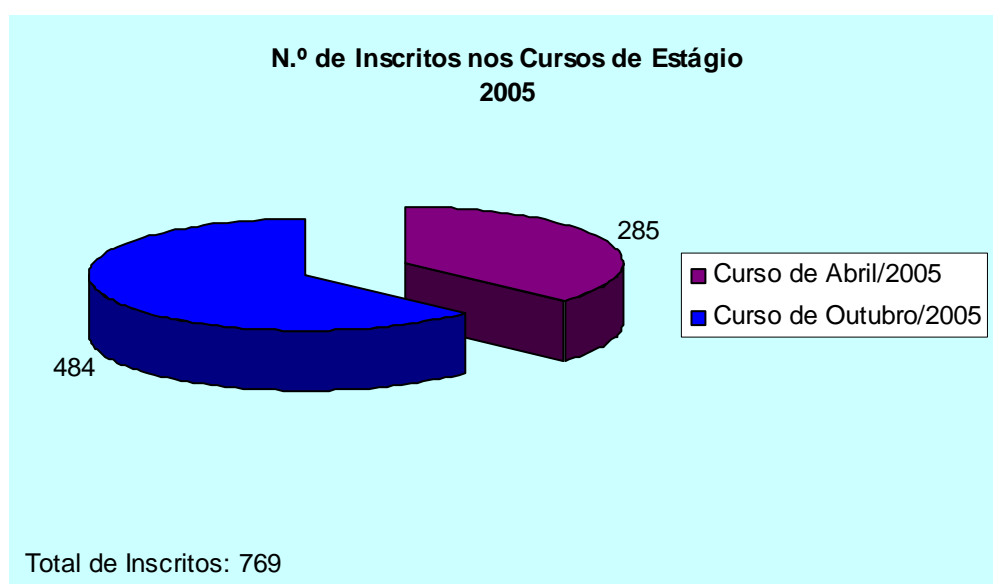
- Dra. Teresa de Sousa Raposo

8. Actividades –

No ano de 2005 o Centro de Estágio organizou e promoveu os seguintes cursos e actividades:

8.1. Formação Inicial:

O número total de inscritos nos 2 Cursos de Estágio, promovidos em 2005, foi de 769





8.1.1. - 1º Curso de Estágio de 2005 – Abril de 2005:

8.1.1.1. – Sessão de Abertura – 1 de Abril – Orador: Dr. Gil Moreira dos Santos;

8.1.1.2.- AE inscritos para frequentar: 285 (1ª inscrição+ repetindo 1 área/2 áreas/3 áreas);

8.1.1.3. - 9 turmas: 6 manhã (9 h–12.45 h), 3 tarde (14.00h–17.45 h);

8.1.1.4. Formadores –

Área de Deontologia Profissional - 36 horas

Dr. A. Sousa Pereira – 1 turma

- Dr. Artur Pinto Faria – 1 turma
- Dr. Carlos Grijó – 1 turma
- Dr. Daniel Soares – 1 turma
- Dr. Fernando Sousa Magalhães – 2 turmas
- Dr. Jorge Andrade da Silva – 1 turma
- Dr. Orlando Guedes da Costa – 2 turmas

Área de Prática Processual Penal - 60 horas

- Dr. António A. Salazar – 1 turma
- Dr. Carlos Ribas – 1 turma
- Dra. Cristina Correia - 1 turma
- Dr. José Pinho de Sousa Coelho - 1 turma
- Dr. José Silva e Correia - 1 turma
- Dr. Leopoldo Carvalhaes - 1 turma
- Dr. Miguel Moreira dos Santos - 1 turma
- Dr. Rui Morais Ferreira - 1 turma
- Dr. Rui da Silva Leal - 1 turma

Área de Prática Processual Civil 1 - 60 horas

- Dr. Artur Lopes Cardoso - 1 turma
- Dr. J. P. Morais de Carvalho - 1 turma
- Dra. Joana Reis - 1 turma
- Dr. José Carlos Pestana Vasconcelos - 1 turma
- Dra. Maria Inês Araújo - 1 turma
- Dr. Miguel Lopes Cardoso - 1 turma
- Dr. Pedro Lima Pinheiro Torres - 1 turma



- Dr. Rui Moreira Chaves - 2 turmas
Área de Prática Processual Civil 2 – 20 horas
- Dr. António Sarmento de Oliveira - 1 turma
- Dra. Catarina Pinto Rezende - 2 turmas
- Dr. Francisco Pacheco - 1 turma
- Dr. Jacinto Machado - 1 turma
- Dra. Joana Magalhães Pereira - 1 turma
- Dra. Paula Trindade Martins - 1 turma
- Dr. Paulo Pimenta – 2 turmas

8.1.2. 2º Curso de Estágio de 2005 – Outubro de 2005:

8.1.2.1. - Sessão de Abertura – 14 de Outubro – Orador: Bastonário Dr. Augusto Lopes Cardoso;

8.1.2.2. - AE inscritos para frequentar: 484 (1ª inscrição+ repetindo 1 área/2 áreas/3 áreas)

8.1.2.3. - 13 turmas: 6 manhã (9 h–12.45 h), 5 tarde (14.00h–17.45 h), 2 pós-laboral (18.15 h–22.00 h)

8.1.2.4. - Formadores –

Área de Deontologia Profissional - 40 horas

- Dr. A. Sousa Pereira – 2 turmas
- Dr. Artur Pinto Faria – 2 turmas
- Dr. Carlos Grijó – 2 turmas
- Dr. Daniel Soares – 2 turmas
- Dr. Fernando Sousa Magalhães – 2 turmas
- Dr. Jorge Andrade da Silva – 1 turma
- Dr. Orlando Guedes da Costa – 2 turmas

Área de Prática Processual Penal e Organização Judiciária Penal - 76 horas

- Dr. António A. Salazar – 1 turma
- Dr. Carlos Ribas – 1 turma
- Dra. Cristina Correia - 4 turmas
- Dr. José Pinho de Sousa Coelho - 1 turma
- Dr. José Silva e Correia - 2 turmas
- Dr. Leopoldo Carvalhaes - 1 turma
- Dr. Miguel Moreira dos Santos - 1 turma



- Dr. Rui Morais Ferreira - 2 turmas

Área de Prática Processual Civil 1 e Organização Judiciária Civil- 76 horas

- Dr. Artur Lopes Cardoso - 2 turma
- Dr. J. P. Morais de Carvalho - 1 turma
- Dra. Joana Reis - 2 turma
- Dr. José Carlos Pestana Vasconcelos - 1 turma
- Dra. Maria Inês Araújo- 2 turma
- Dr. Miguel Lopes Cardoso - 1 turma
- Dr. Pedro Lima Pinheiro Torres - 2 turma
- Dr. Rui Moreira Chaves - 2 turma

Área de Prática Processual Civil 2 – 20 horas

- Dr. António Sarmiento de Oliveira - 2 turmas
- Dra. Catarina Pinto Rezende - 2 turmas
- Dr. Francisco Pacheco - 2 turmas
- Dr. Jacinto Machado - 1 turma
- Dra. Joana Magalhães Pereira - 2 turmas
- Dra. Paula Trindade Martins - 2 turmas
- Dr. Paulo Pimenta - 2 turmas

8.2. Formação Complementar –

8.2.1. Promoveu três edições de cursos de formação complementar, com 16 horas cada curso, nas seguintes áreas: (1) Práticas Processuais Penais, (2) Práticas Processuais Cíveis, (3) Práticas Processuais Laborais, (4) Práticas Processuais Administrativas, (5) Práticas de Registos e Notariado, (6) Práticas Processuais Tributárias e (7) Práticas de Direito Contra-Ordenacional.

8.2.1.1. 1ª edição dos Cursos de Formação Complementar – *Fevereiro/Março 2005*:

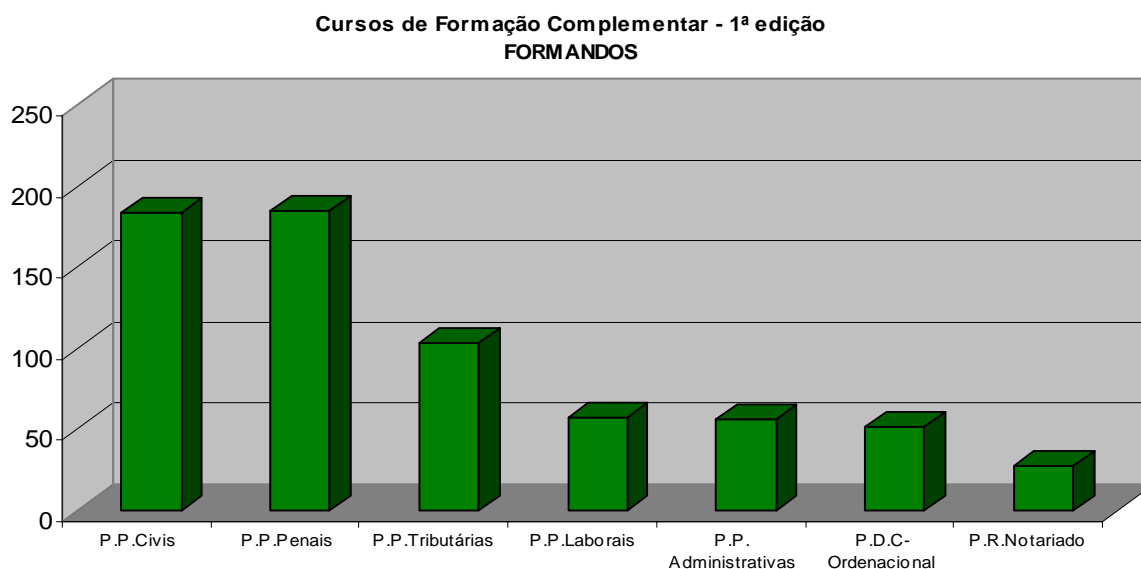
8.2.1.1.1. AE inscritos- 185 AE; inscrições totais dos cursos - 673

8.2.1.2.2. *inscritos por curso*:

- Práticas Processuais Cíveis: 184
- Práticas Processuais Penais: 185
- Práticas Processuais Tributárias: 103
- Práticas Processuais Laborais: 57
- Práticas Processuais Administrativas: 56



- Práticas de Direito Contra-Ordenacional: 51
- Práticas de Registos e Notariado: 37

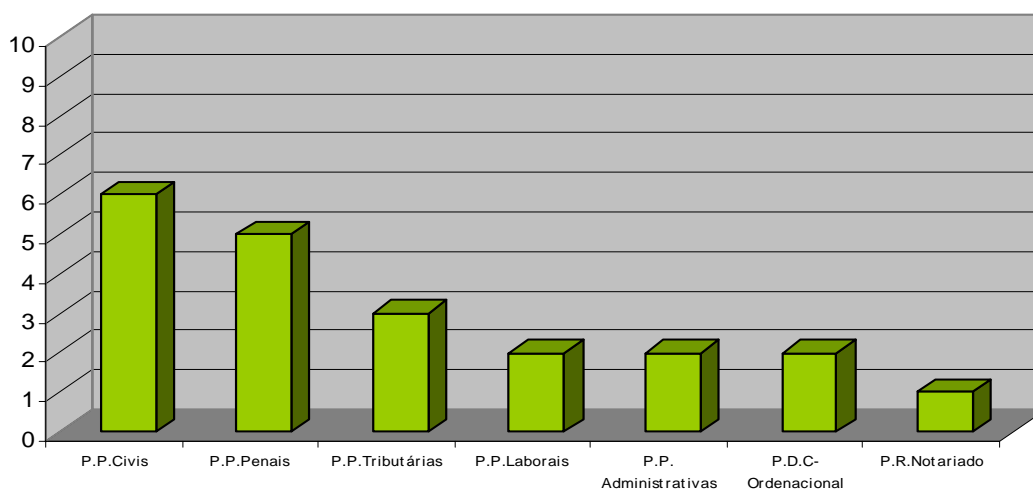


8.2.1.3.3. *turmas* por curso:

- Práticas Processuais Cíveis: 6
- Práticas Processuais Penais: 5
- Práticas Processuais Tributárias: 3
- Práticas Processuais Laborais: 2
- Práticas Processuais Administrativas: 2
- Práticas de Direito Contra-Ordenacional: 2
- Práticas de Registos e Notariado: 1



Cursos de Formação Complementar - 1ª edição
TURMAS



8.2.1.4.4. *formadores* por curso:

Práticas Processual Civil:

- Dr. Artur Lopes Cardoso - 1
- Dra. Joana Reis - 1
- Dra. Maria Inês Araújo - 1
- Dr. José Carlos Pestana Vasconcelos - 1
- Dr. Francisco Pacheco - 1
- Dr. Paulo Pimenta: 1

Prática Processual Penal:

- Dr. Miguel Pereira de Abreu – 1
- Dr. Leopoldo Carvalhaes – 1
- Dr. Rui Morais Ferreira - 1
- Dr. Carlos Ribas - 1
- Dra. Isabel Vellozo Ferreira - 1

Prática Processual Laboral:

- Dr. António Sarmento Oliveira - 1
- Dra. Gabriela Pinheiro - 1

Prática Processual Administrativa:

- Dra. Elizabeth Fernandez - 1
- Dr. Tiago Meireles de Amorim - 1

Registos e Notariado:



- Dra. Paula Trindade Martins - 1

Direito Contra-Ordenacional:

- Dr. José Gagliardini - 1
- Dr. Francisco Manuel Espinhaço - 1

Prática Processual Tributária:

- Dr. António Cardoso da Conceição - 1
- Dr. Paulo Vasconcelos - 1
- Dr. Nuno Barroso Pereira - 1

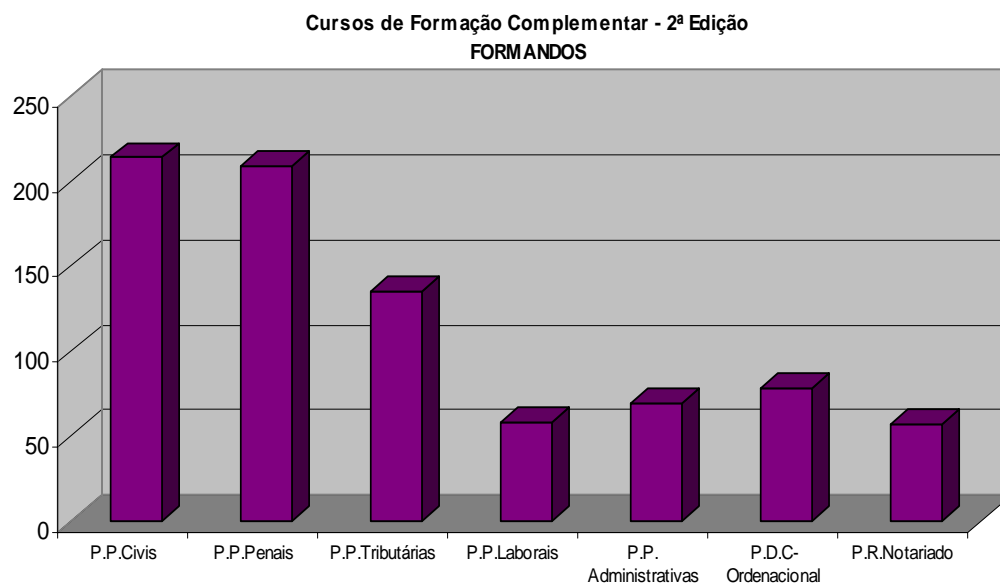
8.2.2. - 2ª edição dos Cursos de Formação Complementar –

Maio/Julho 2005:

8.2.2.1. AE inscritos - 214; inscrições totais nos cursos - 820

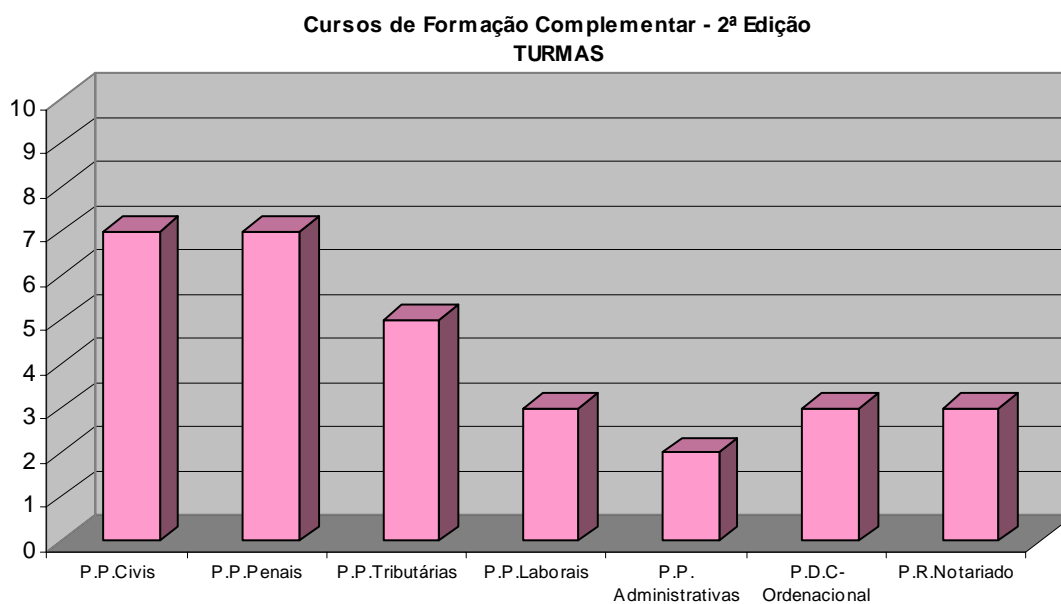
8.2.2.2. *inscritos* por curso:

- Práticas Processuais Cíveis: 214
- Práticas Processuais Penais: 209
- Práticas Processuais Tributárias: 135
- Práticas Processuais Laborais: 58
- Práticas Processuais Administrativas: 69
- Práticas de Direito Contra-Ordenacional: 78
- Práticas de Registos e Notariado: 57



8.2.2.3. turmas por curso:

- Práticas Processuais Cíveis: 7
- Práticas Processuais Penais: 7
- Práticas Processuais Tributárias: 5
- Práticas Processuais Laborais: 3
- Práticas Processuais Administrativas: 2
- Práticas de Direito Contra-Ordenacional: 3
- Práticas de Registos e Notariado: 3





8.2.2.4. *formadores* por curso:

Práticas Processual Civil:

- Dr. Artur Lopes Cardoso - 1
- Dra. Joana Reis - 1
- Dra. Maria Inês Araújo - 1
- Dr. José Carlos Pestana Vasconcelos - 1
- Dr. Francisco Pacheco - 1
- Dr. Paulo Pimenta - 1
- Dr. Eugénio Braga - 1

Prática Processual Penal:

- Dr. Miguel Pereira de Abreu – 1
- Dr. Rui Morais Ferreira - 1
- Dr. Carlos Ribas - 2
- Dra. Isabel Vellozo Ferreira – 2
- Dr. Miguel Moreira dos Santos - 1

Prática Processual Laboral:

- Dr. António Sarmento Oliveira – 1
- Dr. Guilherme Figueiredo - 1
- Dra. Gabriela Pinheiro - 1

Prática Processual Administrativa:

- Dra. Elizabeth Fernandez - 1
- Dr. Goiana Mesquita - 1

Registos e Notariado:

- Dra. Paula Trindade Martins – 1
- Dra. Paula da Conceição Pereira – 1
- Dra. Angelina Barbosa Leão - 1

Direito Contra-Ordenacional:

- Dr. José Gagliardini - 1
- Dr. Francisco Manuel Espinhaço - 2

Prática Processual Tributária:

- Dr. António Cardoso da Conceição - 2
- Dr. Paulo Vasconcelos - 1
- Dr. Nuno Barroso Pereira - 2



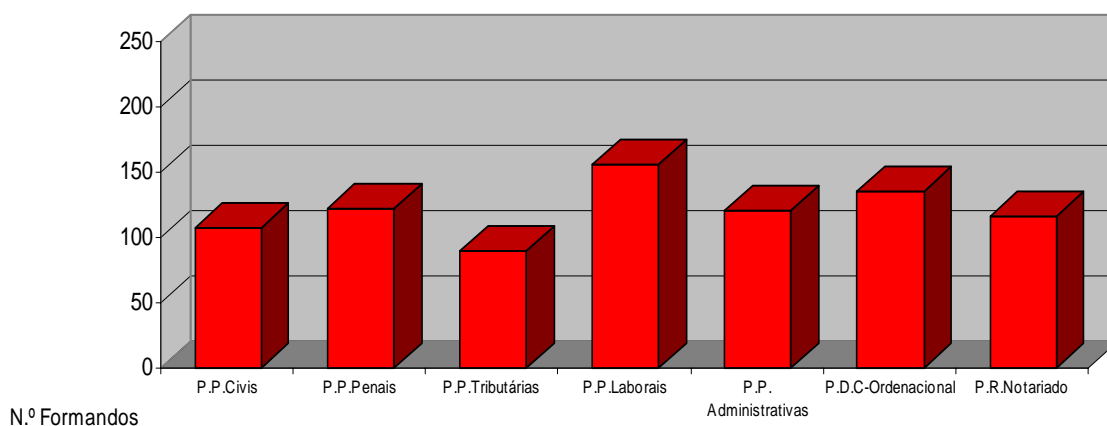
8.2.3. - 3ª edição dos Cursos de formação Complementar – Out./Dez. 2005:

8.2.3.1. – AE inscritos – 280; inscrições totais nos cursos - 842

8.2.3.2. *inscritos* por curso:

- Práticas Processuais Cíveis: 107
- Práticas Processuais Penais: 121
- Práticas Processuais Tributárias: 89
- Práticas Processuais Laborais: 155
- Práticas Processuais Administrativas: 120
- Práticas de Direito Contra-Ordenacional: 135
- Práticas de Registos e Notariado: 115

Cursos de Formação Complementar - 3ª edição
FORMANDOS

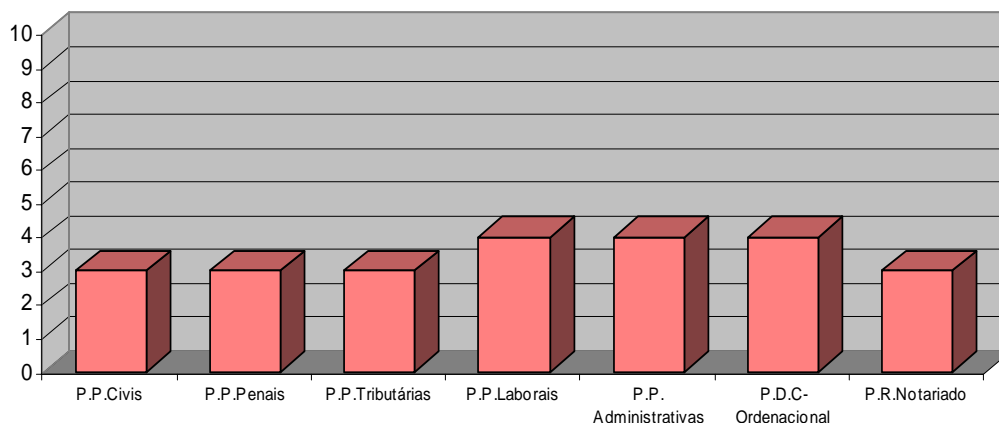


8.2.3.3. *turmas* por curso:

- Práticas Processuais Cíveis: 3
- Práticas Processuais Penais: 3
- Práticas Processuais Tributárias: 3
- Práticas Processuais Laborais: 4
- Práticas Processuais Administrativas: 4
- Práticas de Direito Contra-Ordenacional: 4
- Práticas de Registos e Notariado: 3



Cursos de Formação Complementar - 3ª edição
TURMAS



8.2.3.4. *formadores* por curso:

Prática Processual Civil:

- Dr. Artur Lopes Cardoso - 1
- Dr. Francisco Pacheco - 1
- Dr. Rui Moreira Chaves - 1

Prática Processual Penal:

- Dr. Rui Morais Ferreira - 1
- Dr. Carlos Ribas - 1
- Dr. Miguel Moreira dos Santos - 1

Prática Processual Laboral:

- Dr. António Sarmiento Oliveira – 2
- Dr. Guilherme Figueiredo - 1
- Dra. Gabriela Pinheiro - 1

Prática Processual Administrativa:

- Dra. Elizabeth Fernandez - 1
- Dr. Goiana Mesquita – 2
- Dr. Jorge Andrade da Silva - 1

Registos e Notariado:

- Dra. Paula da Conceição Pereira – 3

Direito Contra-Ordenacional:

- Dr. José Gagliardini - 2
- Dr. Francisco Manuel Espinhaço - 2



Prática Processual Tributária:

- Dr. António Cardoso da Conceição - 2
- Dr. Nuno Barroso Pereira – 1

8.2.4. – 1ª edição dos Cursos de formação Complementar no pólo de Guimarães -
Março/Julho

8.2.4.1 - inscrições totais nos cursos - 310

8.2.4.2 - *inscritos* por curso

Prática Processual Penal - 33

Prática Processuais Civis - 35

Práticas de Registo e Notariado - 41

Direito Contra Ordenacional - 34

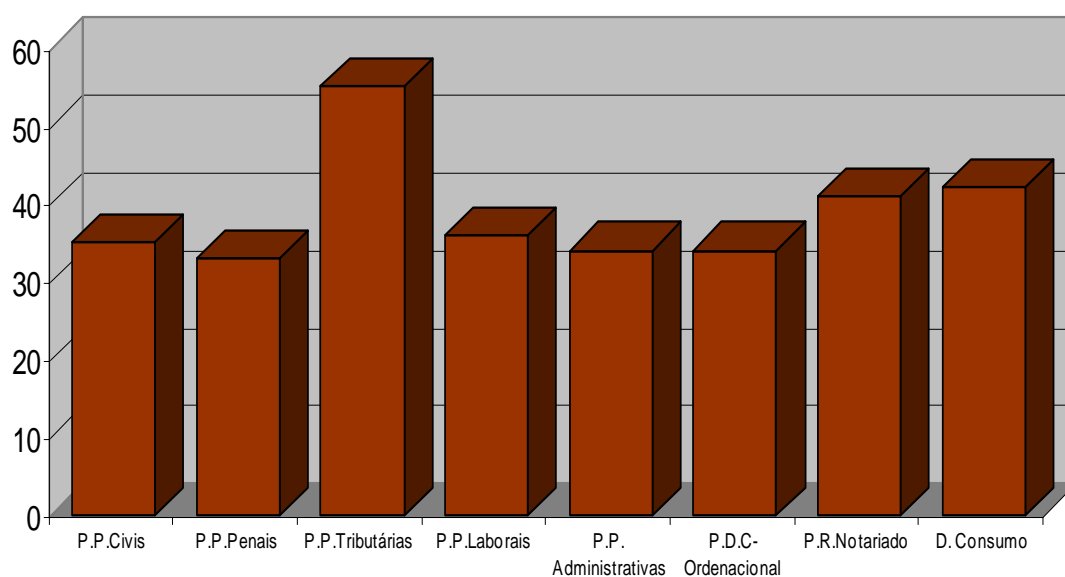
Práticas Processuais Administrativas - 34

Direito Processual Laboral - 36

Práticas Processuais Tributárias - 55

Direito do Consumo – 42

Cursos de Formação Complementar - 1ª Edição - Pólo de Guimarães
FORMANDOS





8.2.5 – 2ª edição dos Cursos de formação Complementar no pólo de Guimarães – Setembro/Dezembro

8.2.5.1 – inscrições totais nos cursos - 279

8.2.5.2 – *inscritos por curso*

Práticas Processuais Penais - 45

Práticas Processuais Cíveis - 44

Práticas de Registo e Notariado - 39

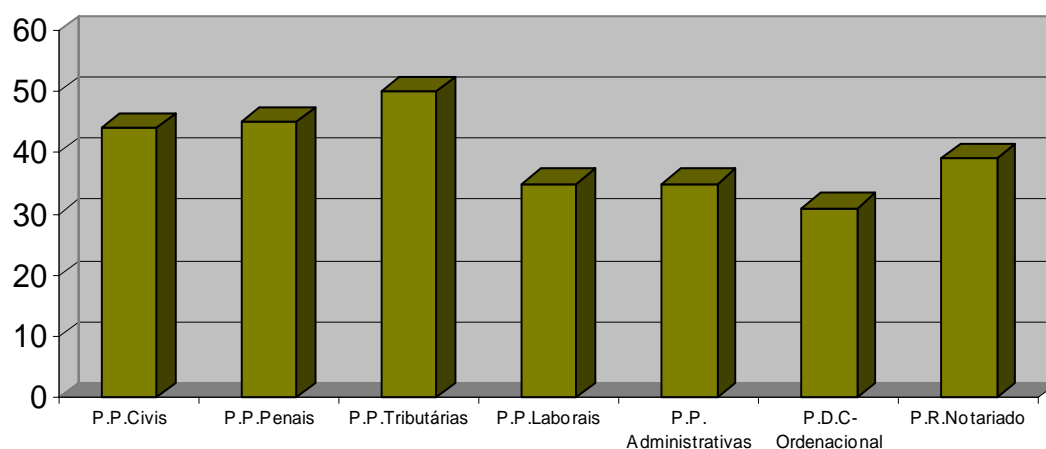
Direito Contra Ordenacional - 31

Práticas Processuais Administrativas - 35

Direito Processual Laboral - 35

Práticas Processuais Tributárias - 50

Cursos de Formação Complementar - 2ª Edição - Pólo de Guimarães
FORMANDOS



8.3. Centro de Formação On-Line - CFO -

Promoveu os seguintes cursos no CFO:

8.3.1. Constituição de sociedades Comerciais – Dra. Teresa de Sousa Raposo

- 1ª edição: de 13 de Dezembro de 2004 a 20 de Fevereiro de 2005 (19 participantes)
- 2ª edição: de 2 de Maio 2005 a 1 de Julho de 2005 (40 participantes)
- 3ª edição: de 22 de Setembro de 2005 a 24 de Novembro de 2005 (40 participantes)



8.3.2. A Adopção – Dr. Sérgio Magalhães

- Edição única: de 8 de Março de 2005 a 24 de Março de 2005; (31 participantes)

8.3.3. Propriedade Industrial – do Registo de Marcas e Patentes – Dra. Patrícia Ribeiro da Silva; Coordenador: Dr. Manuel Oehen Mendes

- 1ª edição: de 15 de Dezembro de 2004 a 27 de Fevereiro de 2005; (14 participantes)
- 2ª edição: de 27 de Maio de 2005 a 28 de Julho de 2005; (39 participantes)

8.3.4. Os Processos Urgentes no Contencioso Administrativo – Dr. Jorge Barros Mendes

- 1ª edição: de 3 de Março de 2005 a 14 de Abril de 2005; (39 participantes)
- 2ª edição: de 26 de Abril e 2005 a 9 de Junho de 2005; (40 participantes)
- 3ª edição: de 14 de Setembro de 2005 a 27 de Outubro de 2005; (40 participantes)

8.3.5. Os Alimentos – Dr. Sérgio Magalhães

- 1ª edição: de 18 de Outubro de 2004 a 30 de Novembro de 2004 (14 participantes)
- 2ª edição: de 10 de Maio de 2005 a 17 de Junho de 2005; (40 participantes)

8.3.6. O regime jurídico do pagamento dos prémios de seguros – Dr. Mário Santos Pinto

- Edição única: de 23 de Fevereiro de 2005 a 15 de Abril de 2005; (31 participantes)

8.3.7. Simulador de articulados (direito comercial):

- 1ª edição - Dr. Rui Maurício: de 10 de Janeiro de 2005 a 16 de Fevereiro de 2005 (28 participantes)
- 2ª edição – Dra. Teresa de Sousa Raposo: de 14 de Fevereiro de 2005 a 15 de Março de 2005; (29 participantes)

8.3.8. Simulador de Articulados (Divórcio) – Dr. Sérgio Magalhães

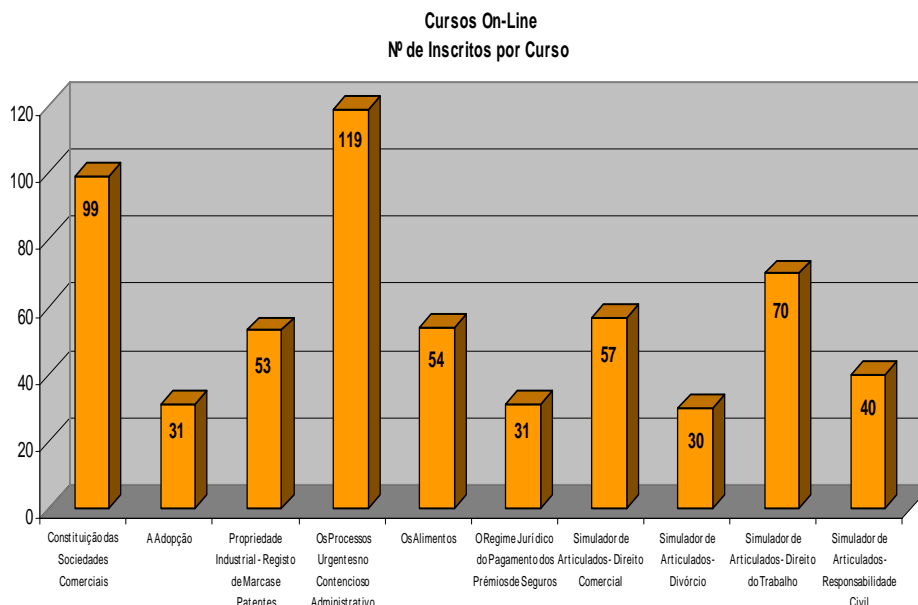
- Edição única: de 18 de Abril de 2005 a 20 de Maio de 2005; (30 participantes)

8.3.9. Simulador de Articulados (Direito do Trabalho) – Dra. Teresa de Sousa Raposo

- 1ª edição: de 5 de Julho de 2005 a 30 de Julho de 2007 (30 participantes)
- 2ª edição: de 16 de Novembro de 2005 a 21 de Dezembro de 2005; (40 participantes)

8.3.10. Simulador de Articulados (Responsabilidade Civil) – Dr. Mário Santos Pinto

- Edição única: de 19 de Setembro a 3 de Novembro de 2005 (40 participantes)



8.4. Conferências –

8.4.1 - No Porto, promoveu as seguintes conferências:

- 10 Fev.- *O Novo Código Civil Brasileiro* -Prof. Dr. Francisco Amaral (96 AE)
- 16 Fev. - *O Novo Processo Administrativo - Em Especial as Providências Cautelares* - Dr. Tiago Meireles Amorim (388 AE)
- 21 Fev - *Sessão sobre Acção Executiva* - Dr. António Ribeiro (299 AE)
- 17 Março - *Transmissão Estabelecimento no Direito do Trabalho Nacional Comunitário* – Prof. Dr. Júlio Gomes (248 AE)
- 7 Abril - *O Novo Regime do Contencioso Administrativo* - Prof. Doutor Mário Aroso de Almeida (315 AE)
- 14 Abril - *Reforma do Sistema Prisional - A Divulgação e o Debate Obrigatórios* - Dr. Rui da Silva Leal e Dr. Carlos Pinto de Abreu (141 AE)
- 21 Abril - *As relações entre a Administração Fiscal e os Contribuintes. O Caso Particular do Sigilo Bancário e dos Sinais Exteriores de Riqueza. O Código de Processo Tributário e as Garantias dos Cidadãos* – Dr. Amorim Pereira (328 AE)
- 28 Abril - *O Processo Civil Português e as suas Encruzilhadas* - Dr. Paulo Pimenta (339 AE)
- 5 Maio - *Efeitos do Exercício do Direito de Preferência* - Doutor Agostinho Guedes (309 AE)



- 19 Maio - *A Nova Lei das Sociedades Comerciais-Perspectiva Prática* – Semana do Advogado (198 AE)
- 20 Maio – *Violência Doméstica* – Instituto de Estudos Ibéricos (56 AE)
- 23 Maio - *Dos Assassinatos Selectivos* – Prof. Dr. José Alberto de Azeredo Lopes (347 AE)
- 6 Junho - *A Fase do Saneamento na Tramitação do Processo Declarativo* - Doutor António Montalvão Machado (294 AE)
- 30 Junho - *Da Reparação do Dano causado á vítima do Crime em Processo Penal* – Prof. Dr. Paula Ribeiro de Faria (315 AE)
- 7 Julho - *Os Julgados de Paz* - Doutora Elizabeth Fernandez (282 AE)
- 13 Outubro - *Cartas de Conforto* - Doutor Manuel Carneiro da Frada (236 AE)
- 27 Outubro - *A Obrigação de Alimentos como Efeito do Divórcio* – Doutora Maria João Tomé (176 AE)
- 7 Novembro - *O Fim do Paradigma Liberal das Profissões Jurídicas - O Juiz e o Advogado em Especial* - Doutor Paulo de Castro Rangel (179 AE)
- 17 Novembro - *Sinais Distintivos do Comércio. Funções e Âmbito de Protecção* - Dr. Pedro Sousa e Silva (166 AE)
- 24 Novembro - *As Garantias do Cumprimento das Obrigações e a Liberdade Contratual* - Prof. Dr. Pedro Romano Martinez (181 AE)
- 14 Dezembro – *O Instituto da Inabilitação no Direito Civil Português* – Dr. José Diogo Falcão (172 AE)

8.4.2 – Foram as seguintes as conferências realizadas no pólo de Guimarães, promovidas pela Delegação da Ordem dos Advogados de Guimarães:

- 1 de Abril - *Os Efeitos Patrimoniais do Divórcio* – Dra. Eva Dias Costa
- 6 de Maio – *A Reforma do Contencioso Administrativo* - Prof. Wladimir Brito
- 17 de Maio - *O Processo de Criação Legislativa* – Dr. Nuno Melo
- 24 de Maio – *Estatuto da Ordem dos Advogados* – Dr. Luís Teixeira e Melo
- 7 de Junho - *Os Juros* - Dr. Gama Lobo Xavier
- 17 de Junho - *O Direito Europeu da Concorrência* – Dr. Miguel Lopes
- 29 de Junho – *Alguns Aspectos do Novo Regime das Sociedades de Advogados* – Dr. Gonçalo Gama Lobo



- 8 de Julho – *Despedimento Colectivo no Código do Trabalho* – Prof. Bernardo Lobo Xavier
- 29 de Setembro – *As Expropriações* – Desembargador António Luís Antas de Barros
- 13 de Outubro - *A Liberdade Religiosa e o Código do Trabalho* – Dr. Rui Almeida Duarte
- 28 de Outubro - *A Prova no Processo Penal* – Dr. Miguel Aranda
- 4 de Novembro – *A Recente Reforma Administrativa* – Aspectos Mais Salientes – Juiz Conselheiro Jubilado Ferreira de Almeida
- 11 de Novembro – *Contratos Electrónicos* – Dra. Ana Raquel Oliveira
- 22 de Novembro – *O Inquérito* – Dr. Armando Marinho de Sousa
- 29 de Novembro – *A Instrução* – Dr. Tomé Branco
- 13 de Dezembro - *Os Recursos* – Dr. Monterroso

8.5. Provas

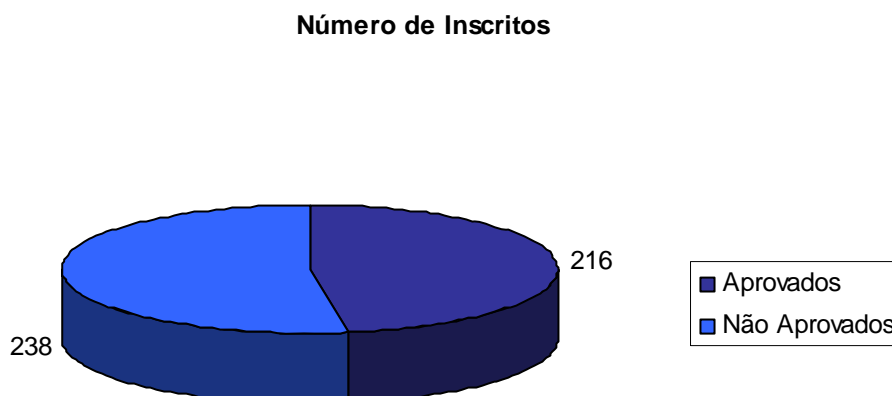
Organizou e realizou as seguintes provas:

8.5.1 Formação Inicial:

Provas de Aferição realizadas em 2005:

8.5.1.1. 3º Curso Estágio 2004 –

- Inscritos no teste – 454: Aprovados – 216; Não Aprovados - 238

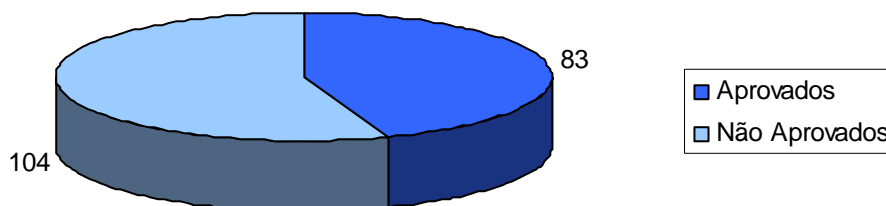


Teste Intercalar –



- Inscritos no teste -187: Aprovados – 83; Não Aprovados -104

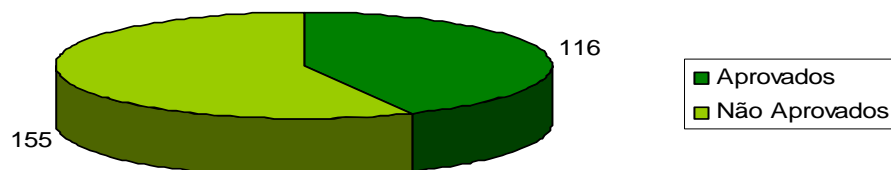
Número de Inscritos



8.5.1.2. 1º Curso Estágio de 2005 –

- Inscritos no teste – 271: Aprovados -116; Não Aprovados -155

Número de Inscritos



- Classificação por área –

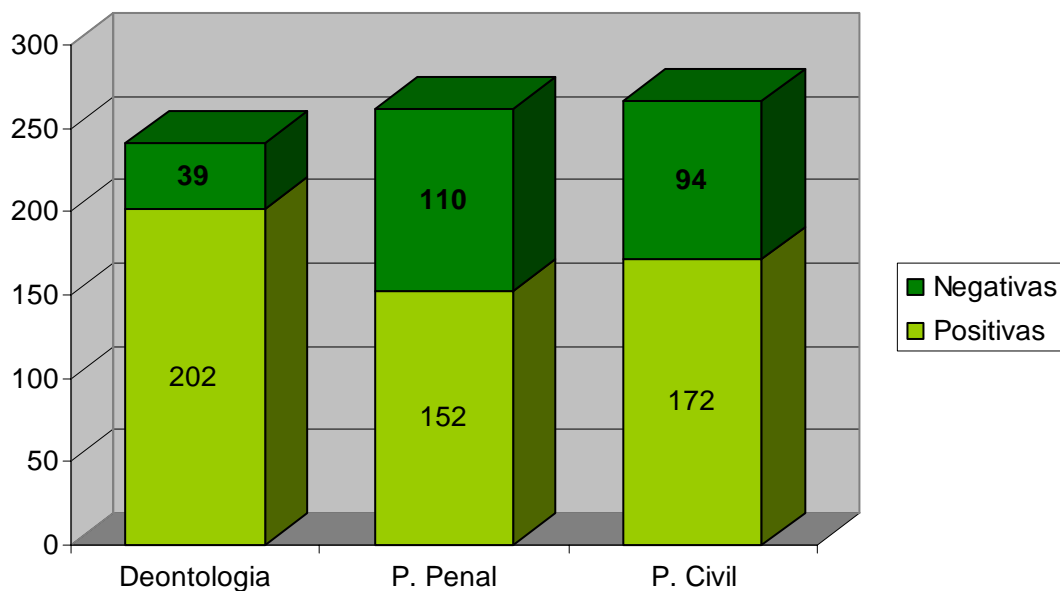
Deontologia Profissional – Aprovados 202; Não Aprovados 39

Prática Processual Penal – Aprovados 152; Não Aprovados 110

Prática Processual Civil – Aprovados 172; Não Aprovados 94



Classificação por área



➤ Pedidos de Revisão por área –

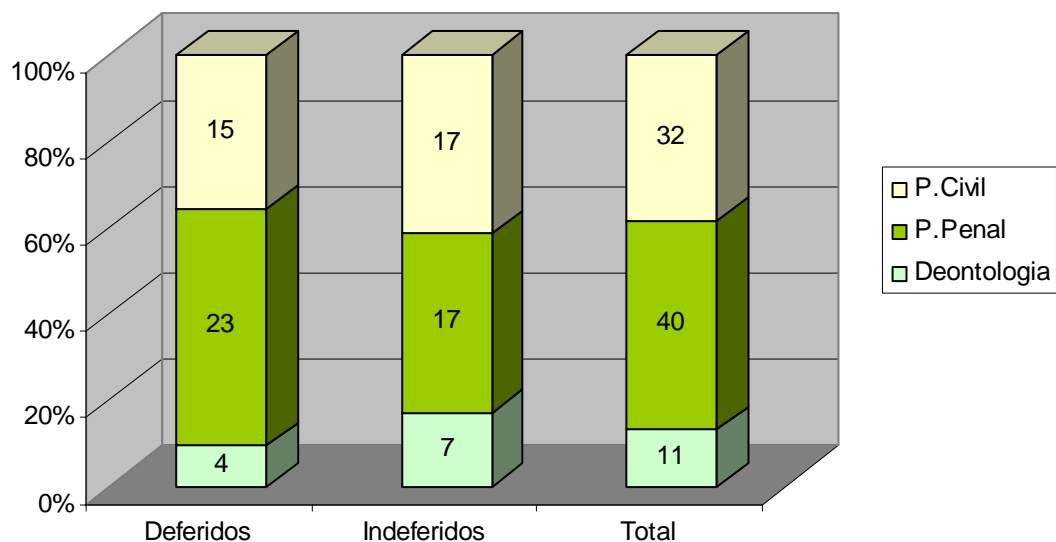
Deontologia Profissional – 11 – Deferidos 4; Indeferidos 7

Prática Processual Penal – 40 - Deferidos 23; Indeferidos 17

Prática Processual Civil – 32 - Deferidos 15; Indeferidos 17



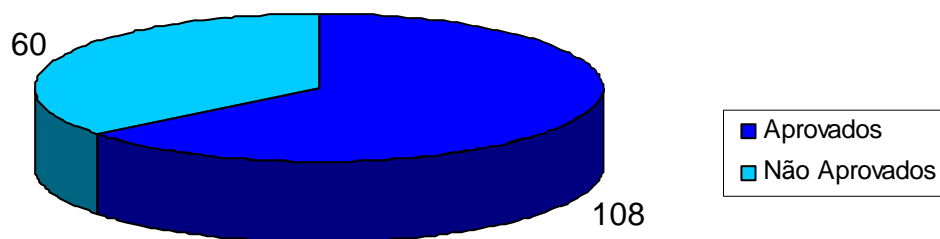
Pedidos de Revisão por áreas



Teste Intercalar –

- Inscritos no teste -168: Aprovados – 108; Não Aprovados - 60

Número de Inscriitos



➤ **Classificação por área –**

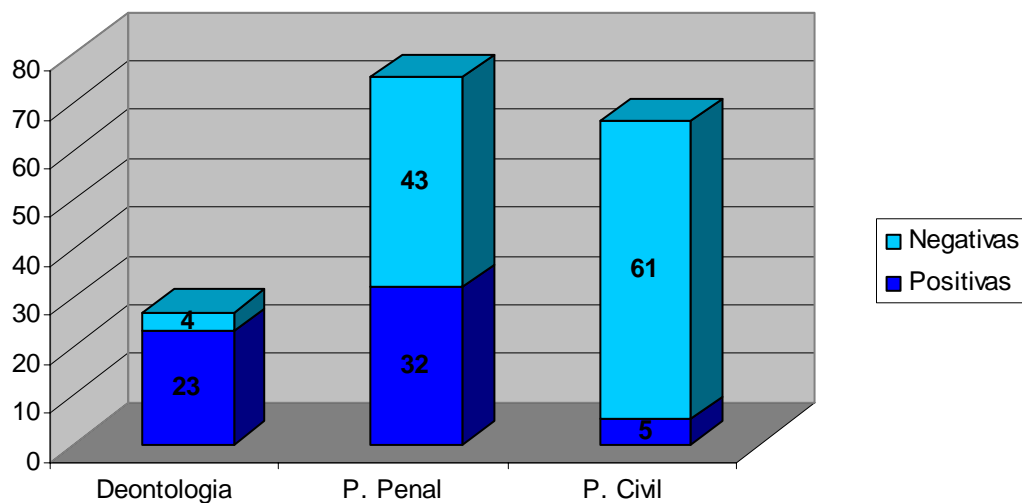
Deontologia Profissional – Aprovados 23; Não Aprovados 4

Prática Processual Penal – Aprovados 32; Não Aprovados 43

Prática Processual Civil – Aprovados 5; Não Aprovados 61



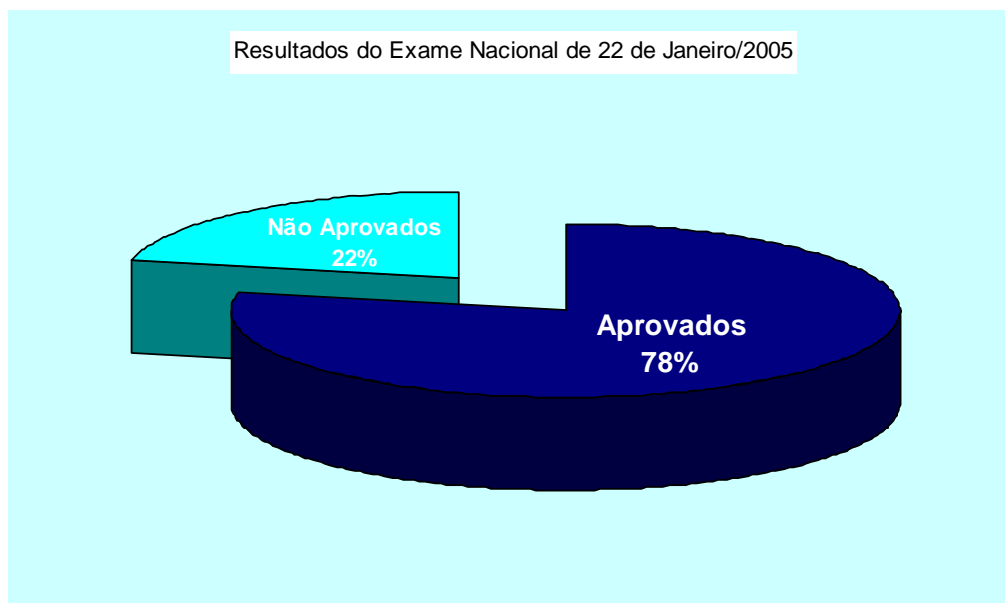
Classificação por área



8.5.2. - Exame final de avaliação e agregação

8.5.2.1. Prova Escrita Nacional

- 22 Janeiro – 175 Inscritos: 137 Aprovados; 38 Não Aprovados



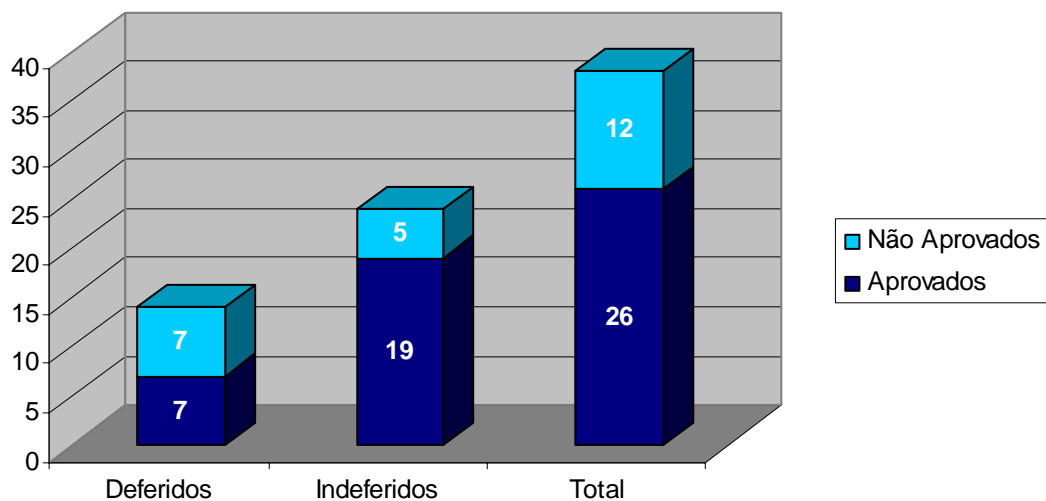
- Pedidos de Revisão– 38 –

Deferidos 14 – Aprovados 7 – Não Aprovados 7

Indeferidos 24 – Aprovados – 19 – Não Aprovados - 5

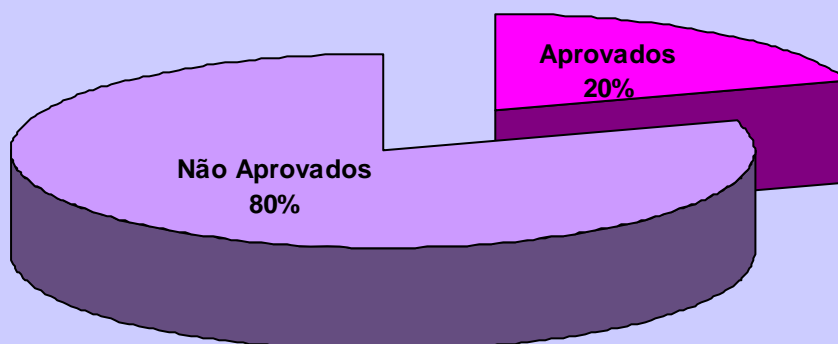


Resultados das Revisões do Exame de 22 de Janeiro/2005



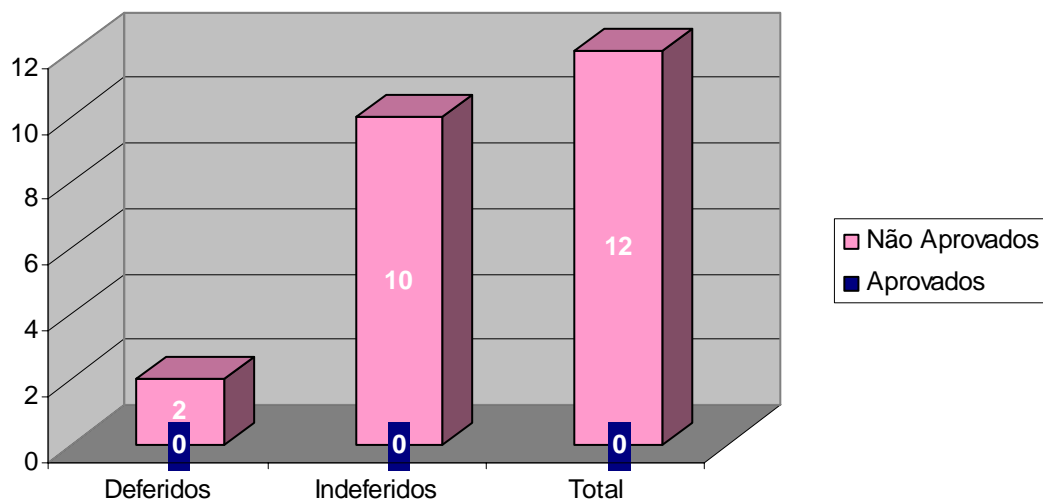
➤ 16 Abril – 20 Inscritos: 4 Aprovados; 16 Não Aprovados

Resultados do Exame Nacional de 16 de Abril/2005



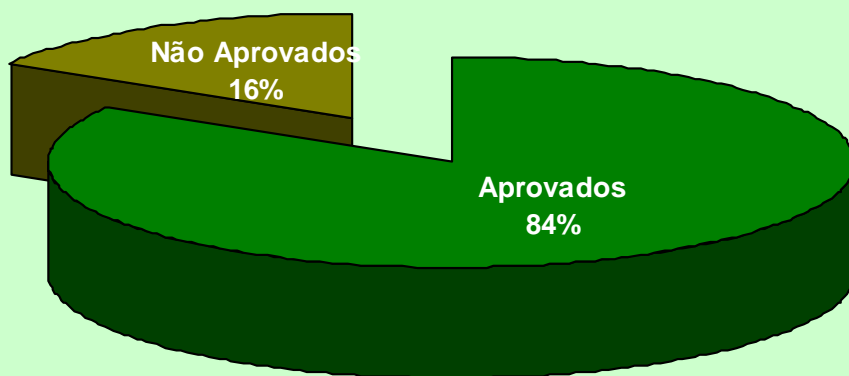


Resultados das Revisões do Exame de 16 de Abril/2005



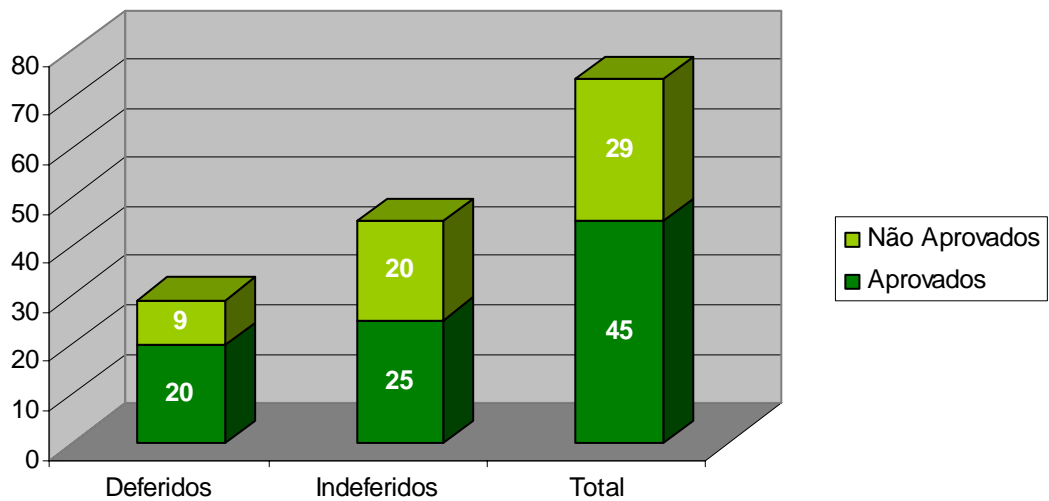
➤ 9 Julho – 262 Inscritos: 220 Aprovados; 42 Não Aprovados

Resultados do Exame Nacional de 09 de Julho/2005



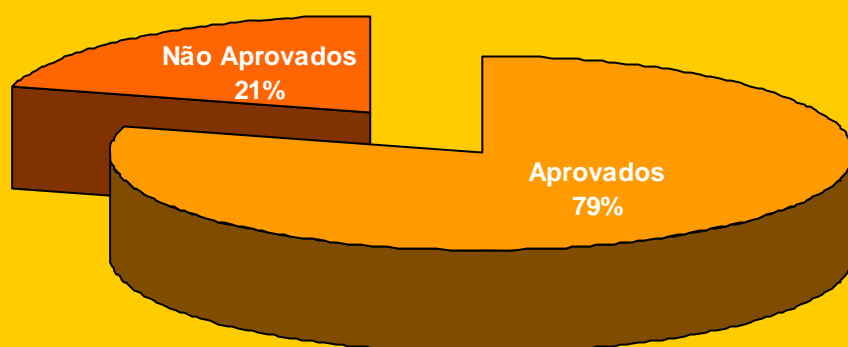


Resultados das Revisões do Exame de 9 de Julho/2005



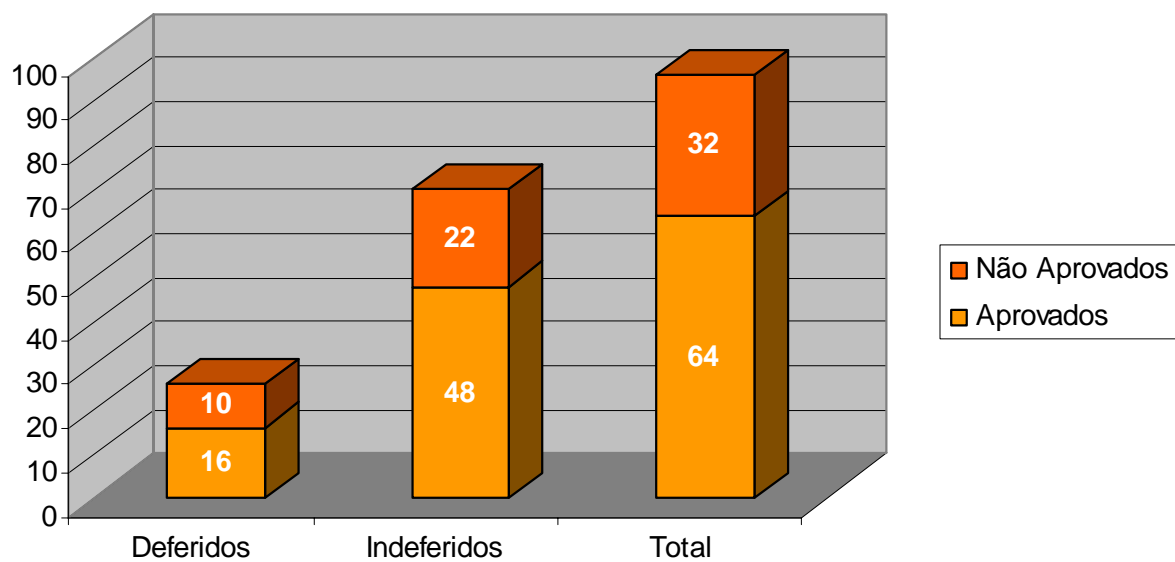
➤ 22 Outubro – 253 Inscritos: 201 Aprovados; 52 Não Aprovados

Resultados do Exame Nacional de 22 de Outubro/2005

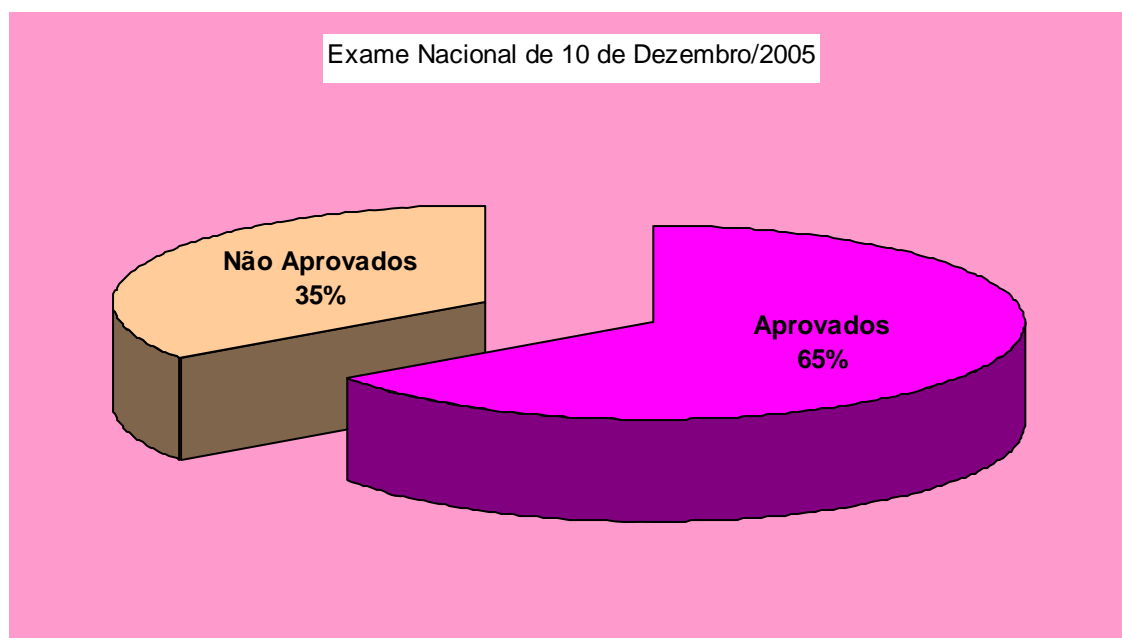




Resultado das Revisões do Exame de 22 de Outubro/2005



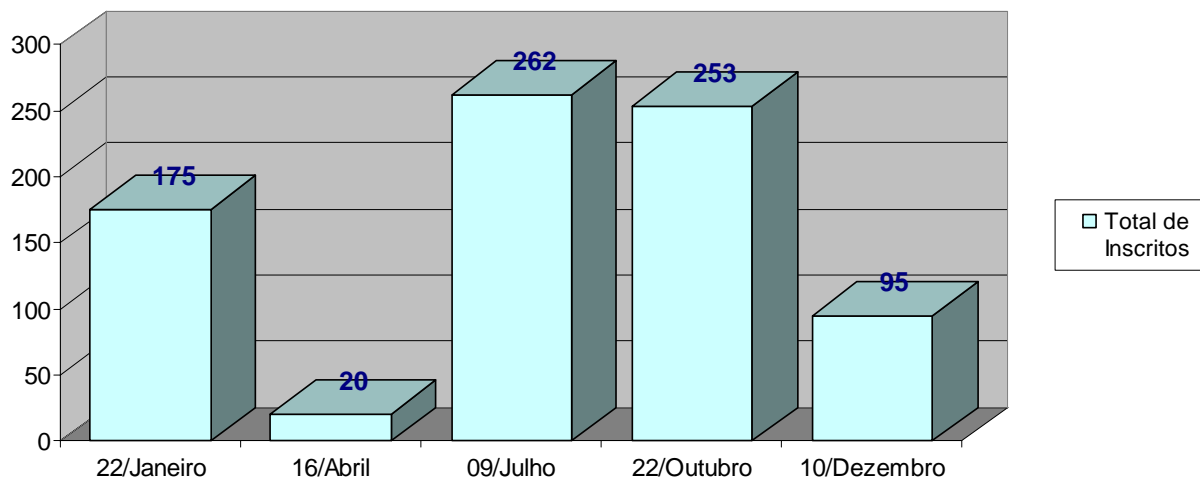
10 Dezembro –95 Inscritos: 62 Aprovados; 33 Não Aprovados



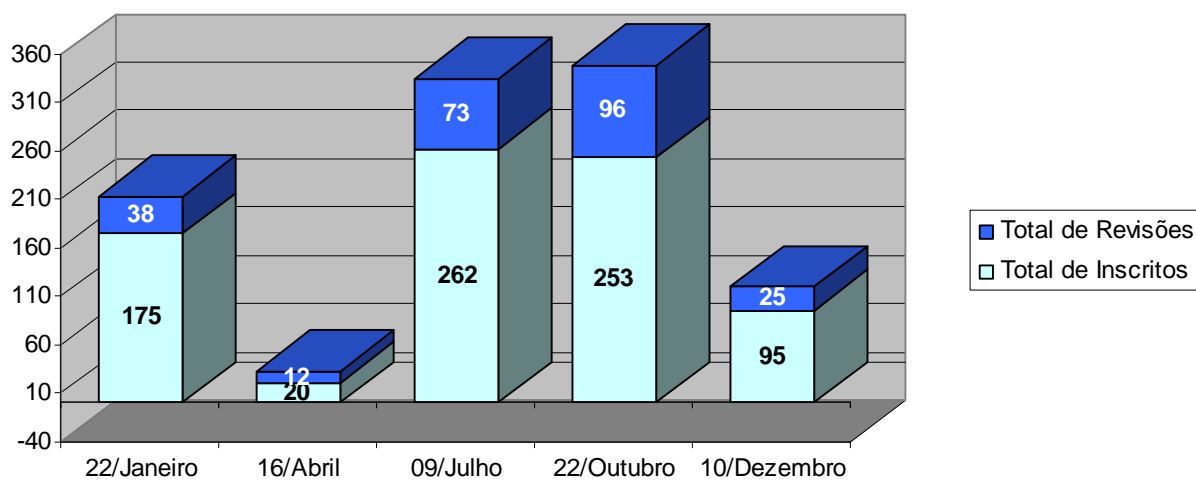


Total de Inscritos no Exame Nacional em 2005, por época

Total de Inscritos por Exame Nacional

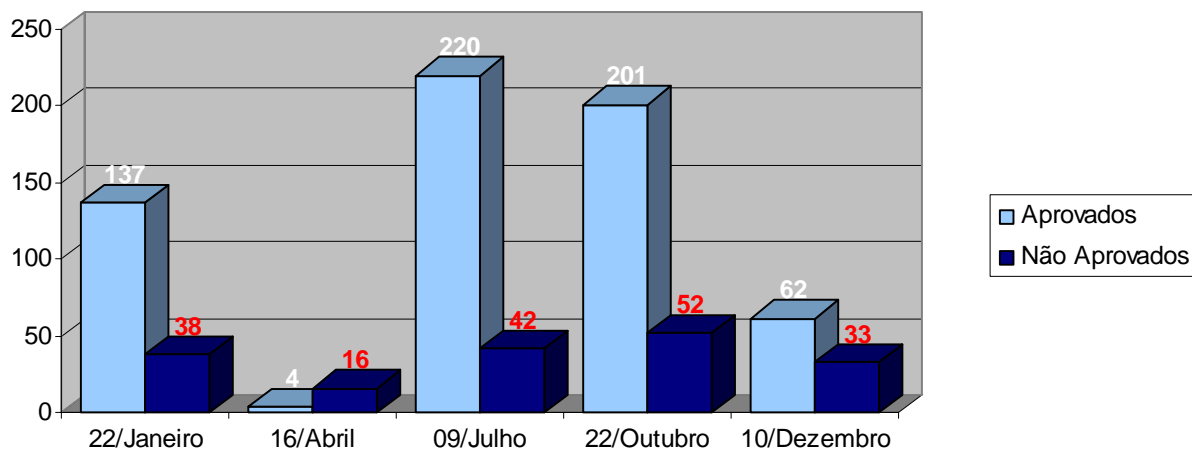


Total de Inscritos e Total de Revisões por Exame

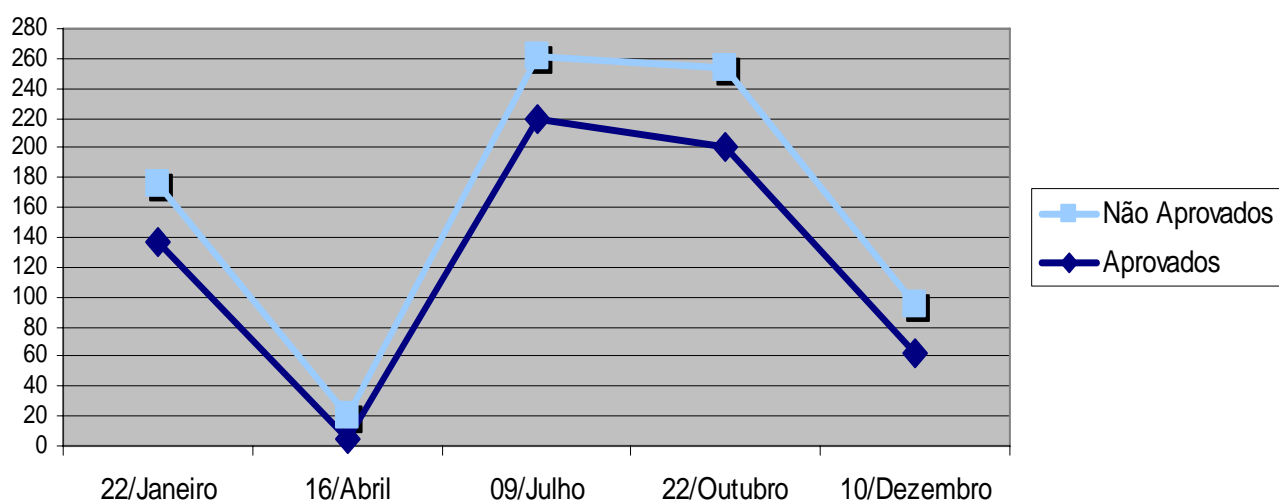




Exames Nacionais realizados em 2005
Síntese dos Resultados



Exames Nacionais realizados em 2005
Resultados
Outra Perspectiva



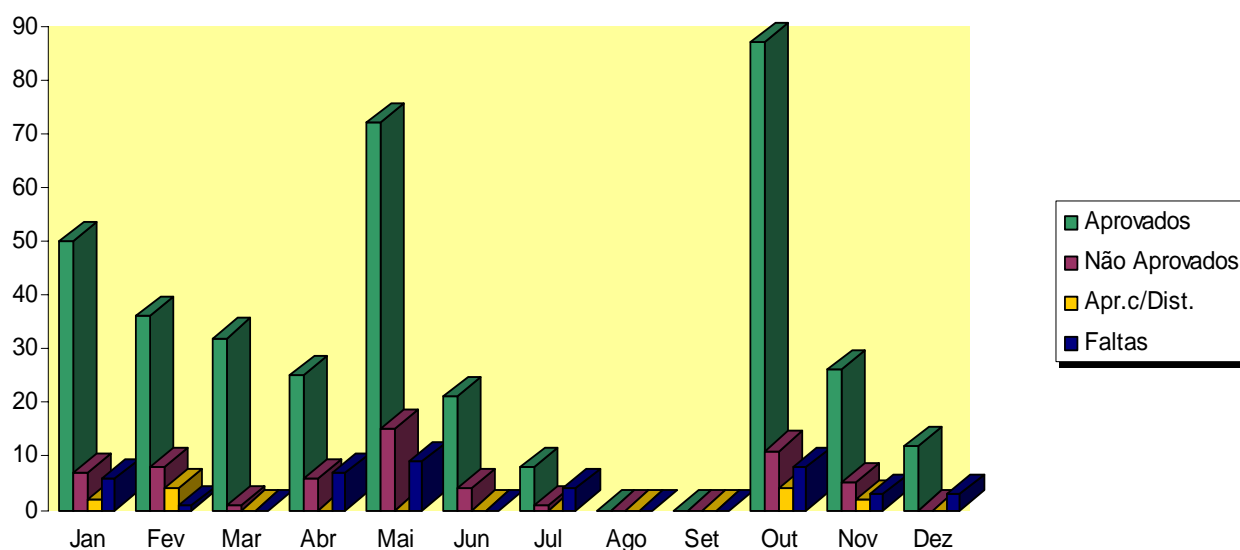
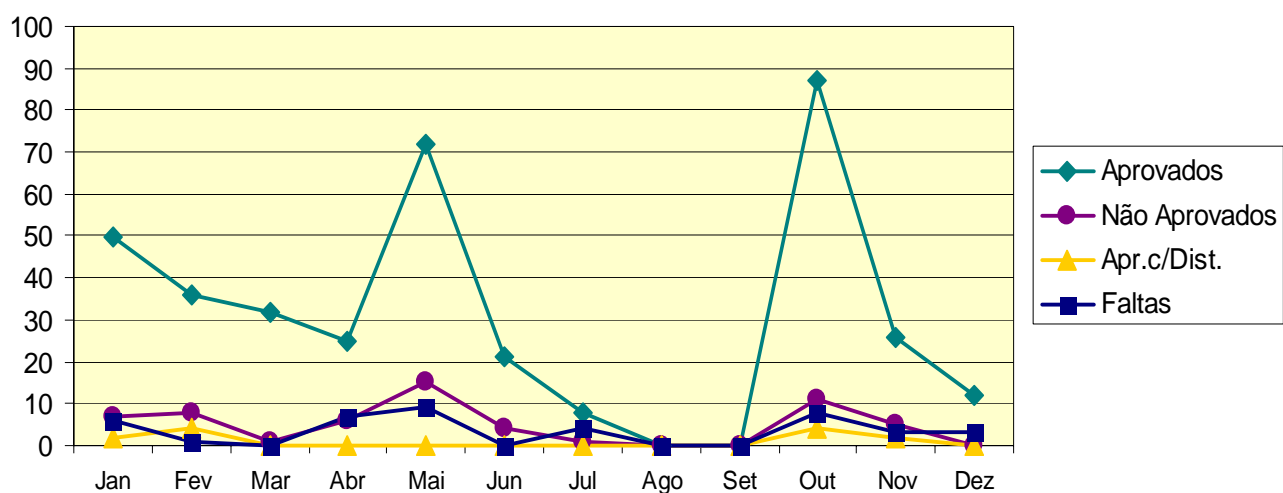
8.5.2.2. Prova Oral

- Janeiro – Inscritos 59: Aprovados 52; Não Aprovados 7
- Fevereiro – Inscritos 47: Aprovados 38; Não Aprovados 9
- Março – Inscritos 33: Aprovados 32; Não Aprovados 1



- Abril – Inscritos 27: Aprovados 21; Não Aprovados 6
- Maio - Inscritos 91: Aprovados 78; Não Aprovados 13
- Junho - Inscritos 28: Aprovados 24; Não Aprovados 4
- Julho – Inscritos 9: Aprovados 8; Não Aprovados 1
- Outubro - Inscritos 102: Aprovados 91; Não Aprovados 11
- Novembro – Inscritos 32: Aprovados 28; Não Aprovados 4
- Dezembro – Inscritos 15; Aprovados 12; Não Aprovados 0

Exame Final de Avaliação e Agregação - Provas Orais





8.5.2.3 Listagem dos Júris da Prova Oral, com as respectivas áreas de intervenção

Seguem-se os nomes, áreas e número de júris em que participou:

Dr. A. Costa Oliveira – Comercial/Trabalho
Dr. A. Sousa Pereira – Civil/Trabalho
Dr. Alberto Jorge Silva – Civil
Dr. Albino Sousa Botelho – Civil
Dr. Amílcar Fernandes- Penal
Dr. Anselmo Madureira da Silva – Comercial
Dr. António Ferreira Cima – Penal
Dr. António Mascarenhas Saraiva – Civil
Dr. António Sarmento Oliveira – Civil/Trabalho
Dr. António Torres Pedroso – Civil
Dr. Artur Pinto Faria – Civil
Dr. Augusto Aguiar Branco – Civil
Dr. Carlos Assunção Monteiro – Civil/Trabalho
Dr. Carlos Medeiros – Penal
Dr. Carlos Ribas – Penal
Dr. Eugénio Braga – Civil/Comercial
Dr. Fernando Pádua Gonçalves – Civil
Dra. Filomena Maia Gomes – Civil
Dr. Francisco Pacheco – Arbitragem/Civil
Dr. Goiana Mesquita – Administrativo
Dr. Guilherme Figueiredo – Civil/Trabalho
Dr. Henrique Palma Nogueira – Comunitário/Com/Trabalho
Dr. Horácio da Costa Azevedo – Trabalho/Civil
Dra. Isabel Pinto – Penal/Civil
Dr. J.C. Pestana de Vasconcelos – Civil
Dr. J.J. Vieira Peres – Comunitário
Dr. J. Martins de Almeida – Trabalho
Dr. J. Pinto Monteiro – Civil /Trabalho
Dra. Joana Reis – Civil
Dr. João de Castro Neves – Desporto/Arrendamento



Dr. João Ferreira de Moura – Civil/Trabalho
Dr. João Gomes Alves – Administrativo/Constitucional
Dr. João Pedro Reis – Civil
Dr. João Resende Neiva – Penal/Civil/ Trab./Constitucional/ Deontologia
Dr. Joaquim Loureiro – Const/Admin/Comercial
Dr. Jorge Amorim – Penal
Dr. Jorge Andrade e Silva – Administrativo
Dr. José Afonso – Trabalho
Dr. José Nunes de Oliveira – Trabalho
Dr. José Rodrigues Braga – Civil
Dr. José Vigário Silva – Civil
Dr. Leopoldo Carvalhaes – Penal
Dr. Luís Rocha Ferreira – Civil/Trabalho
Dr. Luís Teixeira e Melo – Civil
Dra. Luísa Novo Vaz – Penal
Dra. Maria Inês Araújo – Civil
Dr. Matias Serra – Comercial
Dr. Messias de Carvalho – Trabalho
Dr. Miguel Corte Real – Trabalho
Dr. Miguel Lopes Cardoso – Civil
Dr. Miguel Riberinho Machado – Arrendamento
Dr. Nuno Cerejeira Namora – Trabalho
Dra. Odília Mota – Civil
Dra. Paula Ribeiro – Civil
Dr. Pedro Sousa e Silva – Comunitário/Com/Tributário
Dra. Rafael Campos Pereira – Civil
Dr. Rui Barroso dos Santos – Civil/Trabalho
Dr. Sebastião Sousa Pinto – Administrativo
Dr. Zacarias de Carvalho – Civil



ACTIVIDADE DO CENTRO DE FORMAÇÃO

A intensa actividade de formação desenvolvida por este Conselho Distrital, reflectiu-se na ocupação do seu auditório. A gestão dos espaços nem sempre for fácil, já que se procurou utilizar, até ao limite, as instalações próprias, quer por razões económicas, quer para facilitar a própria logística, proporcionando um maior apoio aos Formadores que colaboraram com o Conselho.

Conseguiu-se esse objectivo, já que apenas três Cursos de Formação Complementar, tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

No mapa seguinte apresenta-se um resumo global do número de horas da formação, para a Fase Inicial e para a Fase Complementar, evidenciando as **5.592** horas de formação ministradas pelo Conselho Distrital do Porto, nas suas próprias instalações.

Tipo de Formação	Turmas	Horas / turma	Nº Total de Horas
Formação Inicial			
Abril	9	176	1.584
Outubro	13	216	2.808
Formação Complementar			
1ª edição	21	16	336
2ª edição	30	16	480
3ª edição	24	16	384
Total	97		5.592

Chama-se à atenção para o facto de este quadro, não incluir

- Sessões de Patronos Formadores (Janeiro a Julho)
- Sessões presencias do CFO
- Provas de Agregação

Umas e outras constam dos Mapas de Ocupação Mensal, que se seguem.



MAPAS DE OCUPAÇÃO MENSAL DOS ESPAÇOS DO CENTRO DE FORMAÇÃO

JANEIRO	HORÁRIOS	20	21	24	25	26	27	28	31					
		QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG					
SALA B1	9H30M / 12H30M													
34 Lug	14H - 18H													
	18H - 22H				Patrono Formador		Patrono Formador							
SALA B2	9H30M / 12H30M													
40 Lug	14H - 18H													
	18H - 22H				Patrono Formador	Patrono Formador	Patrono Formador							
SALA B3	9H30M / 12H30M													
30 Lug	14H - 18H													
	18H - 22H						Patrono Formador							
SALA B4	9H30M / 12H30M													
38 Lug	14H - 18H													
	18H - 22H						Patrono Formador							
SALA A1	9H30M / 12H30M													
30 Lug	14H - 18H													
	18H - 22H								Formação On-Line					
SALA A2 e A3	9H30M / 12H30M							CEJ						
50 Lug	14H - 18H							CEJ						
	18H - 22H							CEJ	Formação On-Line					

FEVEREIRO	HORÁRIOS	1	2	3	4	9	10	11	14	15	16	17	18	21	22	23	24	25	28
SALA B1	9H30M - 12H30M																		
	14H - 18H																Patrono Formador		
	18H - 20H																		
SALA B2	9H30M - 12H30M			Complemen tar- Administrati			Complemen tar- Administrati		Complemen tar Contra-Ord			Complemen tar- Administrati		Complemen tar Contra-Ord			Complemen tar- Administrati		Complemen tar Contra-Ord
	14H - 18H									Formação Complemen tar P. Civil									Formação Complemen tar P. Civil
	18H - 20H	Patrono Formador						Formação Complemen tar P. Civil	Formação Complemen tar P. Civil	Patrono Formador	Formação Complemen tar P. Civil	Formação Complemen tar P. Civil	Formação Complemen tar P. Civil		Patrono Formador		Patrono Formador		Formação Complemen tar P. Civil
SALA B3	9H30M - 12H30M																		
	14H - 18H																		
	18H - 20H	Patrono Formador								Patrono Formador					Patrono Formador		Patrono Formador		
SALA B4	9H30M - 12H30M								Formação Complemen tar P. Civil		Formação Complemen tar Laboral			Formação Complemen tar P. Civil			Formação Complemen tar P. Civil		Formação Complemen tar P. Civil
	14H - 18H						Formação Complemen tar P. Penal			Formação Complemen tar P. Penal			Formação Complemen tar P. Penal		Formação Complemen tar P. Penal		Formação Complemen tar P. Penal		
	18H - 20H	Patrono Formador	Patrono Formador			Patrono Formador			Patrono Formador	Patrono Formador	Patrono Formador	Formação Complemen tar Laboral			Formação Complemen tar Laboral	Patrono Formador	Patrono Formador		Patrono Formador
SALA A1	9H30M - 12H30M							Formação Complemen tar Laboral	Formação Complemen tar Laboral	Formação Complemen tar P. Civil		Formação Complemen tar P. Civil	Formação Complemen tar Laboral	Formação Complemen tar Laboral	Formação Complemen tar P. Civil	Formação Complemen tar P. Civil	Formação Complemen tar P. Civil	Formação Complemen tar Laboral	Formação Complemen tar Laboral
	14H - 18H						Confer.			Formação Complemen tar Contra-Ord					Formação Complemen tar- Administrati vas	Formação Complemen tar- Administrati vas			Formação Complemen tar- Administrati vas
	18H - 20H						Confer.		Formação On-Line						Formação On-Line	Formação On-Line	Formação On-Line		
SALA A2 E A3	9H30M - 12H30M													Formação Complemen tar P. Penal			Formação Complemen tar P. Penal	Formação Complemen tar Reg/Not	Formação Complemen tar P. Penal
	14H - 18H				CEJ	Formação Complemen tar P. Civil	Confer.	CEJ	Formação Complemen tar P. Civil	Formação Complemen tar Tribuário	Formação Complemen tar P. Civil	Formação Complemen tar Tribuário	CEJ	Formação Complemen tar Tribuário		Formação Complemen tar P. Civil		CEJ	Formação Complemen tar P. Civil
	18H - 20H				CEJ	Formação Complemen tar P. Civil	Confer.	CEJ	Formação Complemen tar P. Civil	Formação Complemen tar P. Civil			CEJ		Formação Complemen tar P. Penal	Formação Complemen tar P. Civil	Formação Complemen tar P. Penal	CEJ	Formação Complemen tar P. Civil
SALA A4	9H30M - 12H30M		Provas agregação		Provas agregação														
	14H-20H		Provas agregação		Provas agregação														
SALA G1	9H30M - 12H30M						Provas agregação	Provas agregação											
	14H-20H		Provas agregação		Provas agregação														

[illegible]

[illegible]



JULHO	HORÁRIOS	1	4	5	6	7	8	11	12	13	14	15
SALA B1	9H30M - 12H30M	SEX	SEG	TER	QUAR	QUI	SEX	SEG	TER	QUAR	QUIN	SEX
		Complementar Tributário	1ªFASE	1ªFASE	1ªFASE	Formação Complementar P. Penal	recursos					
			1ªFASE	1ªFASE	1ªFASE		em	1ªFASE		1ªFASE		
			Patrono Formador				penal					
SALA B2	9H30M - 12H30M		1ªFASE	1ªFASE	1ªFASE	1ªFASE	recursos					
			1ªFASE	1ªFASE	1ªFASE	1ªFASE	em			1ªFASE		
		Formação Complementar P. Penal	Formação Complementar P. Penal		Formação Complementar P. Penal		penal					
SALA B3	9H30M - 12H30M	Formação Complementar Laboral	1ªFASE	1ªFASE	1ªFASE		Formação Complementar Laboral					
			1ªFASE				em					
			Complementar Tributário	Formação Complementar P. Civil	Formação Complementar Laboral		Formação Complementar Reg/Not					
SALA B4	9H30M - 12H30M		1ªFASE	1ªFASE	1ªFASE	1ªFASE	recursos	Complementar - Administrati			1ªFASE	1ªFASE
			Formação Complementar P. Penal	1ªFASE	Complementar Tributário	1ªFASE	em					
		Complementar - Administrati		Formação Complementar P. Civil	Formação Complementar P. Penal		penal					
SALA A1	9H30M - 12H30M		1ªFASE	1ªFASE	1ªFASE	1ªFASE	recursos					
		Formação Complementar Reg/Not	Formação Complementar Reg/Not	Complementar Tributário	1ªFASE	Formação Complementar Laboral	em					
				Complementar - Administrati			penal					
SALA A2 E A3	9H30M - 12H30M		1ªFASE	1ªFASE	1ªFASE		recursos					
		Formação On-Line	1ªFASE	1ªFASE	1ªFASE	Formação Complementar P. Civil	Confrencia	1ªFASE		Confrencia	Confrencia	
	18H - 20H	Formação On-Line	Conferencia	Formação On-Line		Formação Complementar P. Civil	Confrencia	1ªFASE		Confrencia	Confrencia	

**CONSELHO DISTRITAL
DO
PORTO**
Relatório e Contas 2005



SETEMBRO		5	6	7	8	9	12	13	14	15	16	19	20	21	22	23	26	27	28	29	30
SALA B1	HORÁRIOS	SEG	TER	QUART	QUI	SEX	SEG	TER	QUART	QUI	SEX	SEG	TER	QUART	QUI	SEX	SEG	TER	QUART	QUI	SEX
	9H30M - 12H30M																				
	14H - 18H																				
	18H - 20H																				
SALA B2	9H30M - 12H30M			*FASE		*FASE	*FASE	*FASE				*FASE									
	14H - 18H																				
	18H - 20H											Formação Complementar Reg/Not	Formação Complementar Reg/Not			Formação Complementar Reg/Not	Formação Complementar Reg/Not				
SALA B3	9H30M - 12H30M																				
	14H - 18H																				
	18H - 20H																				
SALA B4	9H30M - 12H30M																				
	14H - 18H																				
	18H - 20H															Reunião P-1					
SALA A1	9H30M - 12H30M																		ASAP		
	14H - 18H																		ASAP		
	18H - 20H								Formação On-Line										ASAP		
SALA A2 E A3	9H30M - 12H30M																		ASAP		
	14H - 18H																		ASAP		
	18H - 20H								Formação On-Line										ASAP		

OUTUBRO		3	4	5	7	10	11	12	13	14	17	18	19	20	21	24	25	26	27	28	31
SALA B1	HORÁRIOS	SEG	TER	QUIN	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG
	9H30M / 12H30M										* Fase	* Fase	* Fase	Eleições	* Fase	* Fase	* Fase				* Fase
	14H - 18H										* Fase	* Fase	* Fase	Eleições	* Fase	* Fase	* Fase				* Fase
	18H - 22H										* Fase	* Fase	* Fase	Eleições	* Fase	* Fase	* Fase				* Fase
SALA B2	9H30M / 12H30M										* Fase	* Fase	* Fase	Formação Complementar P. Penal	Eleições	* Fase	* Fase	* Fase	Formação Complementar P. Penal	Formação Complementar P. Civil	* Fase
	14H - 18H										* Fase	* Fase	* Fase	Formação Complementar P. Penal	Eleições	* Fase	* Fase	* Fase	Formação Complementar P. Penal	Formação Complementar P. Civil	* Fase
	18H - 22H										Formação Complementar P. Penal			Eleições		Formação Complementar P. Penal	Formação Complementar P. Penal	Formação Complementar P. Penal	Formação Complementar P. Penal	Formação Complementar P. Penal	* Fase
SALA B3	9H30M / 12H30M										* Fase	* Fase	* Fase	Eleições	* Fase	* Fase	* Fase				* Fase
	14H - 18H													Formação Complementar P. Penal					Formação Complementar P. Penal		
	18H - 22H													Eleições				Formação Complementar P. Penal	Formação Complementar P. Penal		
SALA B4	9H30M / 12H30M										* Fase	* Fase	* Fase	Eleições	* Fase	* Fase	* Fase				* Fase
	14H - 18H										* Fase	* Fase	* Fase	Eleições	* Fase	* Fase	* Fase				* Fase
	18H - 22H										* Fase	* Fase	* Fase	Eleições	Formação Complementar P. Civil	Formação Complementar P. Civil	Formação Complementar P. Civil	Formação Complementar P. Civil	Formação Complementar P. Civil	Formação Complementar P. Civil	* Fase
SALA A1	9H30M / 12H30M										* Fase	* Fase	* Fase	Eleições	* Fase	* Fase	* Fase				* Fase
	14H - 18H										* Fase	* Fase	* Fase	Eleições	* Fase	* Fase	* Fase				* Fase
	18H - 22H													Eleições	Formação Complementar P. Penal	Formação Complementar P. Penal	Formação Complementar P. Penal	Formação Complementar P. Penal	Formação Complementar P. Penal	Formação Complementar P. Penal	* Fase
SALA A2 E A3	9H30M / 12H30M										* Fase	* Fase	* Fase	* Fase	Formação Complementar P. Penal	* Fase	* Fase	* Fase	Formação Complementar P. Penal	Formação Complementar P. Penal	* Fase
	14H - 18H										* Fase	* Fase	* Fase	* Fase	Eleições	* Fase	* Fase	* Fase	Formação Complementar P. Penal	Formação Complementar P. Penal	* Fase
	18H - 22H										* Fase	* Fase	* Fase	* Fase	Eleições	* Fase	* Fase	* Fase	Formação Complementar P. Penal	Formação Complementar P. Penal	* Fase

CONSELHO DISTRI TAL
DO
PORTO
Relatório e Contas 2005



NOVEMBRO		HORÁRIOS	2	3	4	7	8	9	10	11	14	15	16	17	18	21	22	23	24	25	28	29	30
			QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA
SALA B1	9H30M / 12H30M		Complementar - Administrati						Complementar - Administrati					Complementar - Administrati					Complementar - Administrati				
	14H - 18H																						
	18H - 22H																						
SALA B2	9H30M / 12H30M		Formaço	Complementar - P. Penal	Formaço				Complementar - P. Penal	Formaço									Complementar - P. Penal	Formaço			
	14H - 18H		Formaço	Complementar - P. Penal	Formaço				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal			
	18H - 22H		Complementar - P. Penal	Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal			
SALA B3	9H30M / 12H30M																						
	14H - 18H																						
	18H - 22H		Formaço	Complementar - P. Penal	Formaço				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal			
SALA B4	9H30M / 12H30M		Formaço	Complementar - P. Penal	Formaço				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal			
	14H - 18H		Formaço	Complementar - P. Penal	Formaço				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal			
	18H - 22H		Formaço	Complementar - P. Penal	Formaço				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal			
SALA A1	9H30M / 12H30M																						
	14H - 18H																						
	18H - 22H																						
SALA A2 e A3	9H30M / 12H30M		Formaço	Complementar - P. Penal	Formaço				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal			
	14H - 18H		Formaço	Complementar - P. Penal	Formaço				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal			
	18H - 22H		Formaço	Complementar - P. Penal	Formaço				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal				Formaço	Complementar - P. Penal			

DEZEMBRO		HORÁRIOS	2	5	6	7	12	13	14	15	16	19	20	21	22								
			SEX	SEG	TER	QUA	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI								
SALA B1	9H30M / 12H30M									Complementar - Administrati													
	14H - 18H																						
	18H - 22H																						
SALA B2	9H30M / 12H30M																						
	14H - 18H																						
	18H - 22H																						
SALA B3	9H30M / 12H30M																						
	14H - 18H																						
	18H - 22H																						
SALA B4	9H30M / 12H30M																						
	14H - 18H																						
	18H - 22H																						
SALA A1	9H30M / 12H30M																						
	14H - 18H																						
	18H - 22H																						
SALA A2 e A3	9H30M / 12H30M																						
	14H - 18H																						
	18H - 22H																						



QUADRO DE INSCRIÇÃO DE ADVOGADOS E ADVOGADOS ESTAGIÁRIOS

Foi o seguinte o movimento de inscrições durante o ano de 2005:

Advogados

Inscritos - **550** Advogados

Quanto aos Advogados Estagiários o quadro de inscrições, suspensões e transferências, durante o ano de 2005, foi o que se segue:

Advogados Estagiários

Inscritos - **581** Advogados Estagiários

Pedidos de Inscrição Indeferidos - **57** AE

Mudaram de Patrono/Comarca - **122** AE

Transferiram Inscrição para outro CD - **11** AE

Transferiram a Inscrição para o CDP - **6** AE

Levantaram a Suspensão - **73** AE

Suspensos a pedido - **42** AE

Suspensos nos termos do artº 6º - **19** AE

Prorrogaram o Estágio - **38** AE



CENTRO DE APOIO JURÍDICO E JUDICIÁRIO

O Centro de Apoio Jurídico e Judiciário do Conselho Distrital do Porto sofreu ao longo do ano algumas variações na actividade corrente, por várias delegações terem passado a ter competência delegada neste âmbito.

Assim têm competência delegada para a prática de nomeações e escusas, neste momento, no Conselho Distrital do Porto, 41 Delegações.

Os actos praticados, o seu número, as suas características e quem os praticou, pode ser percebido nos quadros que seguem esta introdução, e que reflectem o grande movimento que, apesar da entrada em vigor da Lei 34/2004, de 29.07, continuou a existir.

Apesar do volume de trabalho, terminou-se o ano com o trabalho corrente praticamente em dia.

Não podemos deixar de agradecer na pessoa da Sra. Dra Teresa Lagarto, a dedicação e empenho de todos os funcionários directamente affectos ao Centro do apoio Jurídico e Judiciário, à funcionária do Conselho Sra. D. Fátima Batista, que quando preciso, também muito ajudou ao resultado que aqui se relata.

Por último uma referência especial para o nosso Colega Dr. Morais de Carvalho, que, durante mais um ano, prestou a sua experiente e valiosa colaboração, quer os restantes vogais encarregados do Apoio jurídico e judiciário, quer directamente aos serviços do Conselho.



Foi o seguinte o movimento de nomeações e escusas, na área deste Conselho Distrital:

	Arouca	Barcelos	Baião	Braga	Bragança	Caminha	Chaves	Espinho	Esposende	Estarreja	Fafe	Gondomar
Pedidos provenientes da Segurança Social	104	398	54	825	84	41		285	142	125	125	1358
Pedidos provenientes do Tribunal	138	562	59	1603	414	54	350	448	283	299	423	105
Pedidos de escusa	44	54	14	59	9	18		41	13	13	6	
Pedidos de dispensa de patrocínio (substituições)	1	2	4	75	6	2		60	6	13	7	

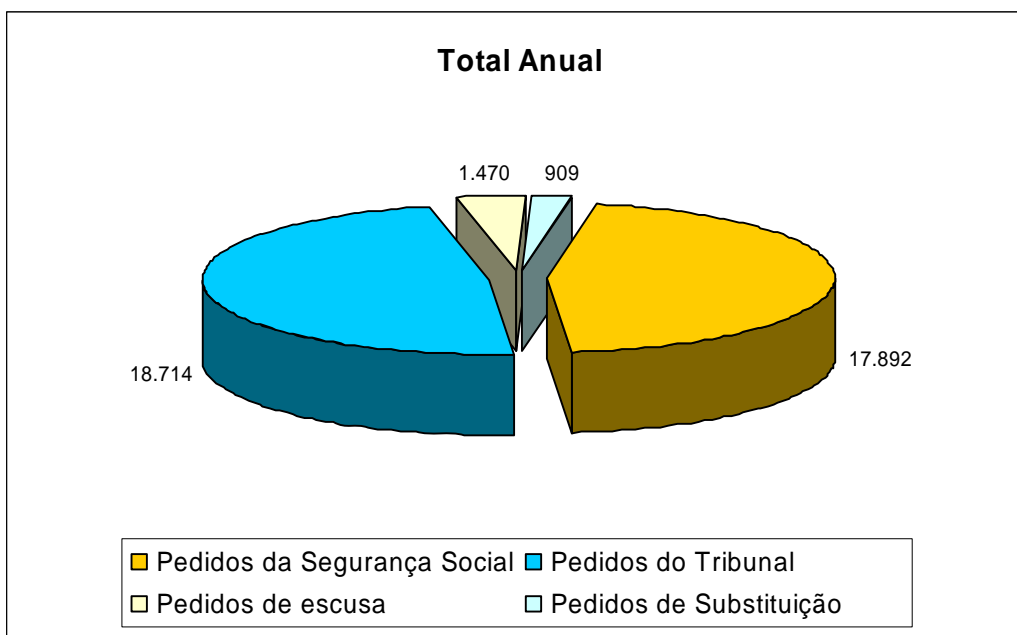
	Guimarães	Lamego	Lousada	Marco de Canavezes	Matosinhos	Melgaço	Moimenta da Beira	Oliveira de Azeméis	Paços de Ferreira	Peso da Régua	Ponte de Lima	Porto
Pedidos provenientes da Segurança Social	705	117	105	183	1043	11	5	659	467	298	131	5404
Pedidos provenientes do Tribunal	1200	30	92	220	447	7	45	481	328	298	72	4719
Pedidos de escusa	83	12		3	15	1		26	15	14	17	502
Pedidos de dispensa de patrocínio (substituições)	65	3		8	8	0		17	1	4	12	292

	Póvoa do Varzim	S. João da Madeira	Stª. Maria da Feira	Valença	Valongo	Valpaços	Viana do Castelo	Vila do Conde	Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Gaia	Vila Pouca de Aguiar
Pedidos provenientes da Segurança Social	170	180	552	40	1318	19	416	334	657	1686	34
Pedidos provenientes do Tribunal	402	226	1230	66	476	189	711	479	1050	1685	93
Pedidos de escusa	8	47	113	14	82	12	18	24	43	136	17
Pedidos de dispensa de patrocínio (substituições)	2	0	84	8	76	4	30	4	36	85	2



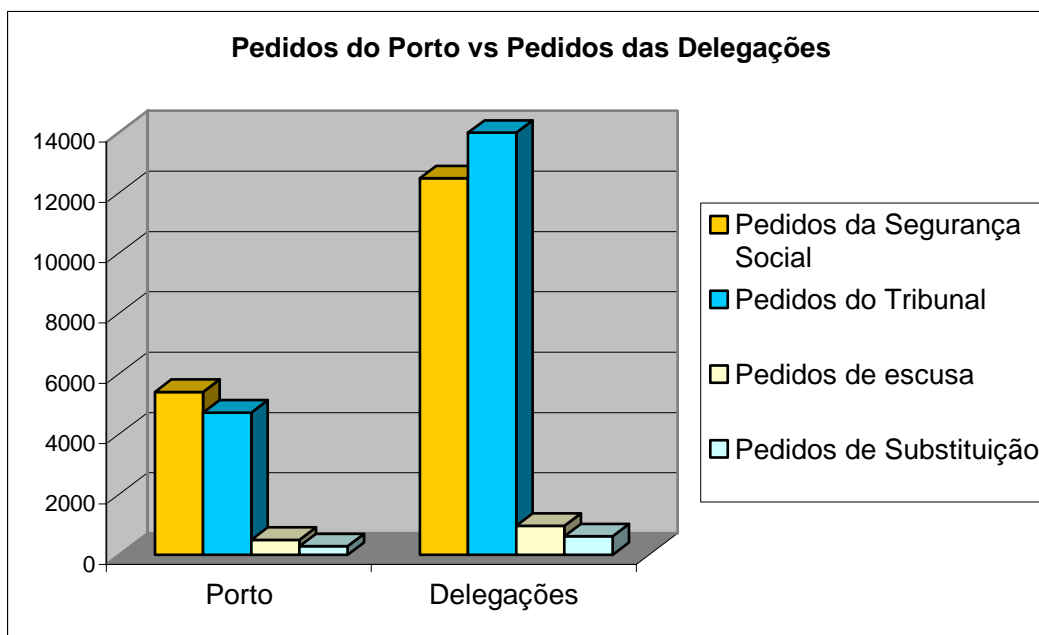
QUADRO SINTESE			
PEDIDOS	Porto	Delegações	TOTAL
Pedidos da Segurança Social	5.404	12.488	17.892
Pedidos do Tribunal	4.719	13.995	18.714
Pedidos de escusa	502	968	1.470
Pedidos de Substituição	292	617	909
Totais	10.917	28.068	38.985

Nas várias modalidades, foi a seguinte a distribuição do número total de pedido pedidos anuais:

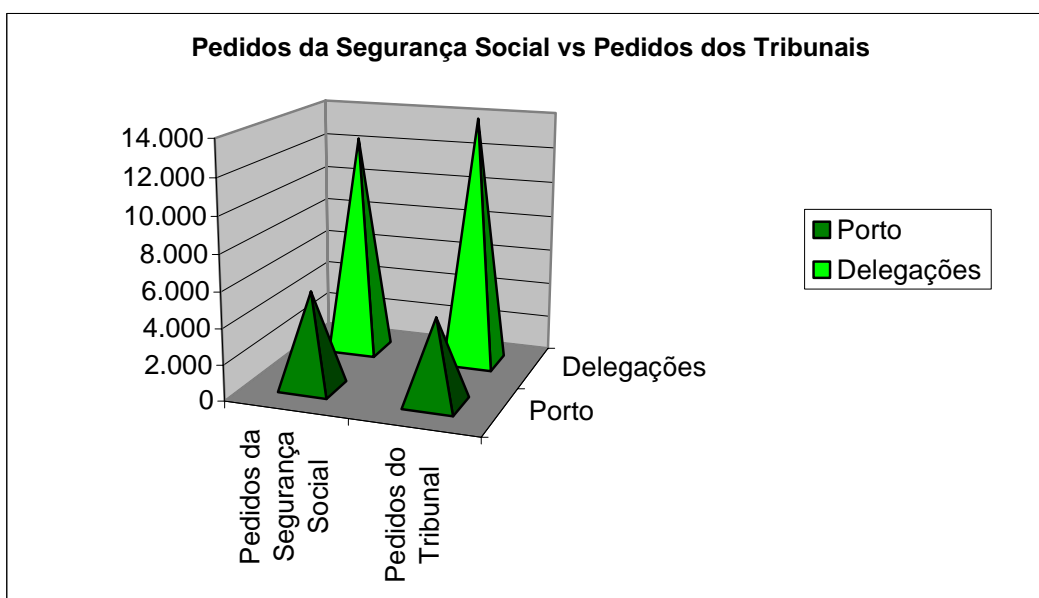




Os pedidos distribuíram-se entre Porto e Delegações, da forma seguinte:

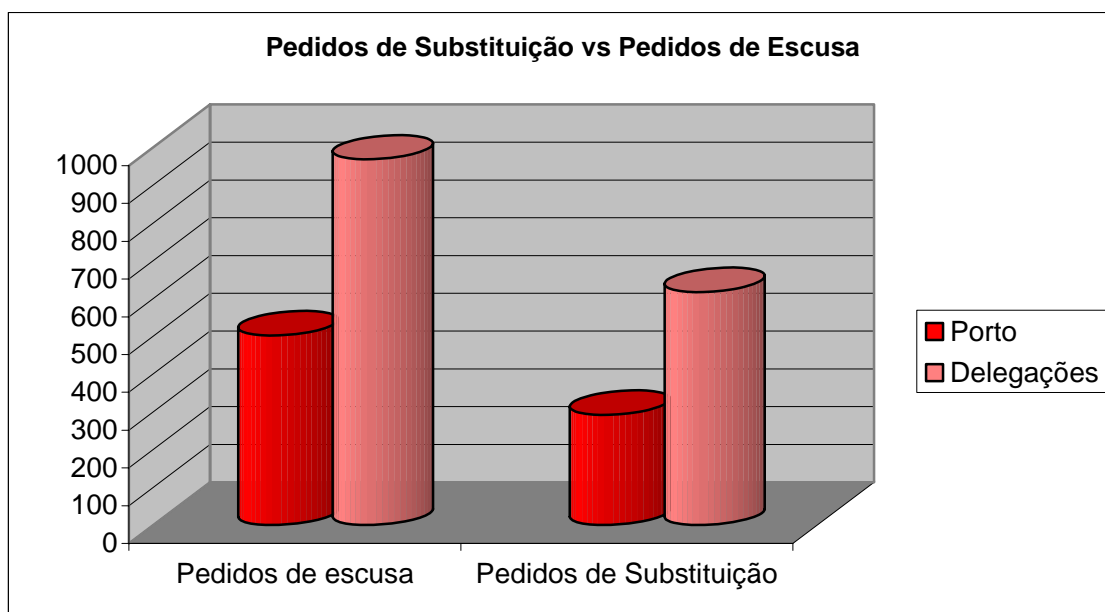


Comparamos a seguir os pedidos de nomeação provenientes da Segurança Social com os recebidos dos Tribunais, concluindo que, nas Delegações, o número de pedidos recebidos da Segurança Social é superior aos vindos do Tribunal.

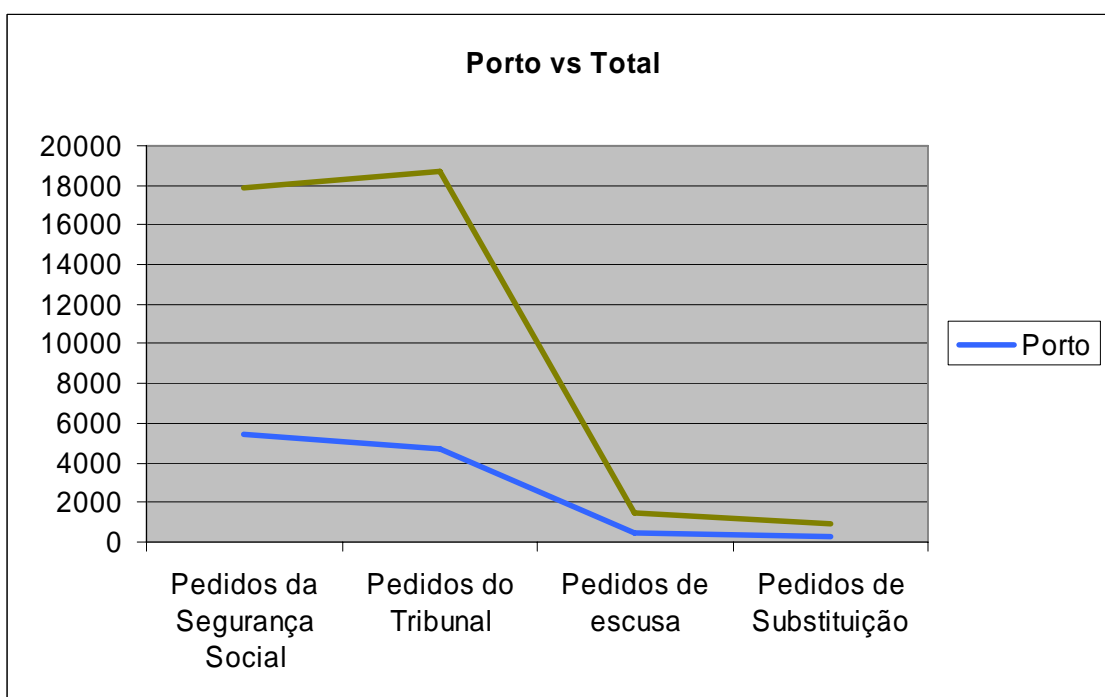


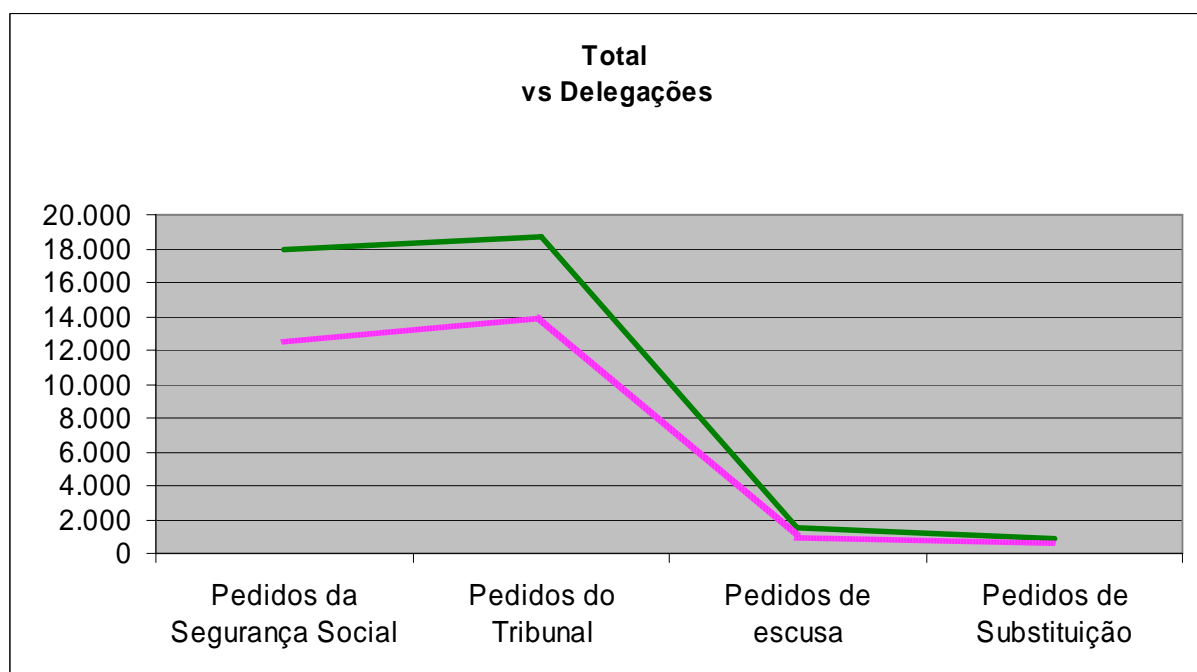
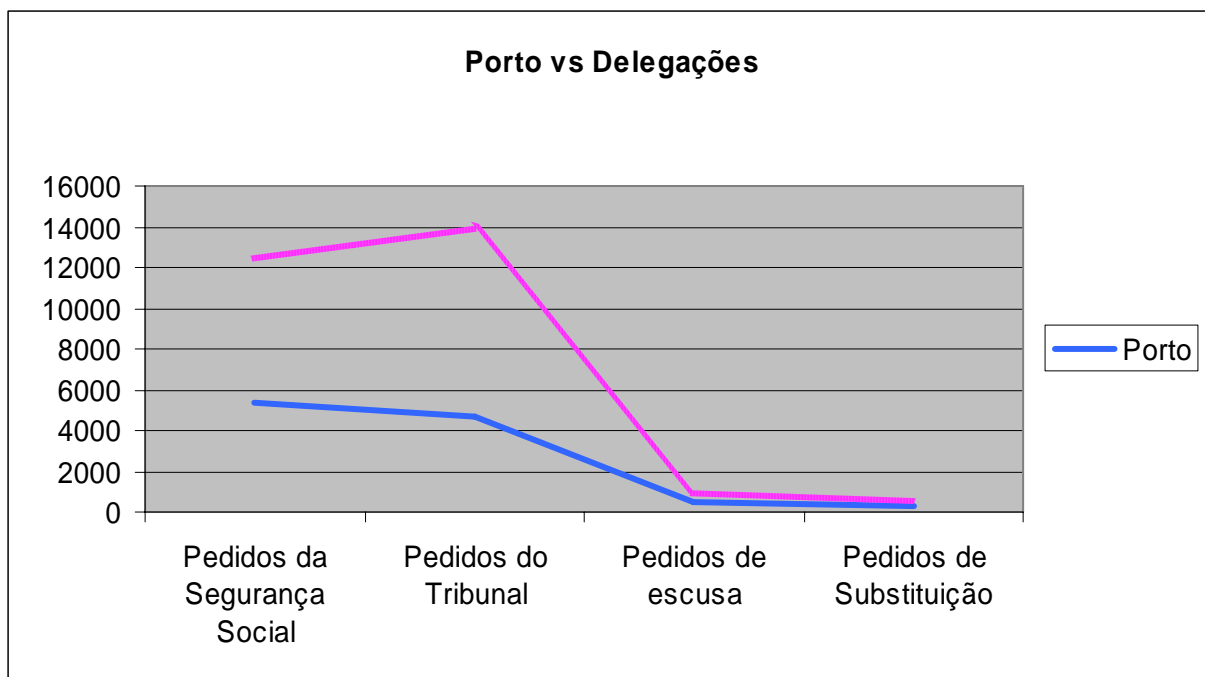


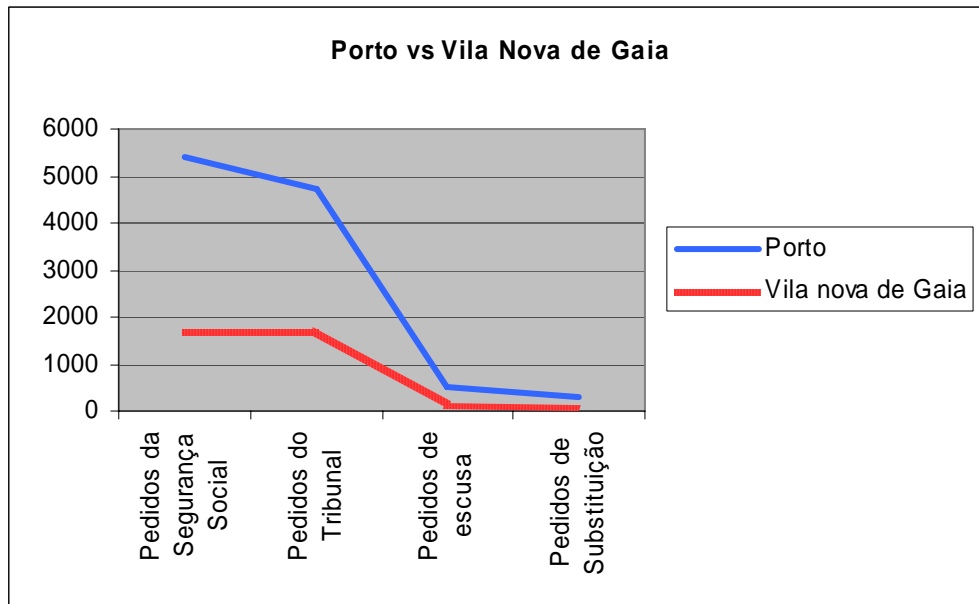
Quer no Porto, quer nas Delegações, os pedidos de escusa são superiores aos pedidos de nomeação:



Alguns comparativos:



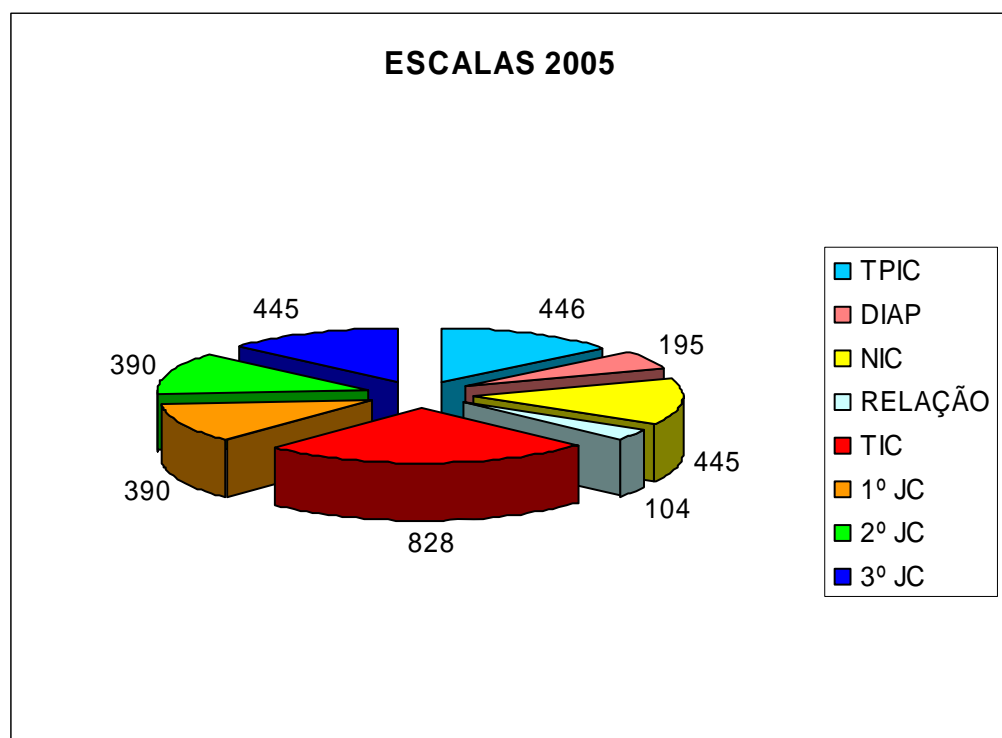






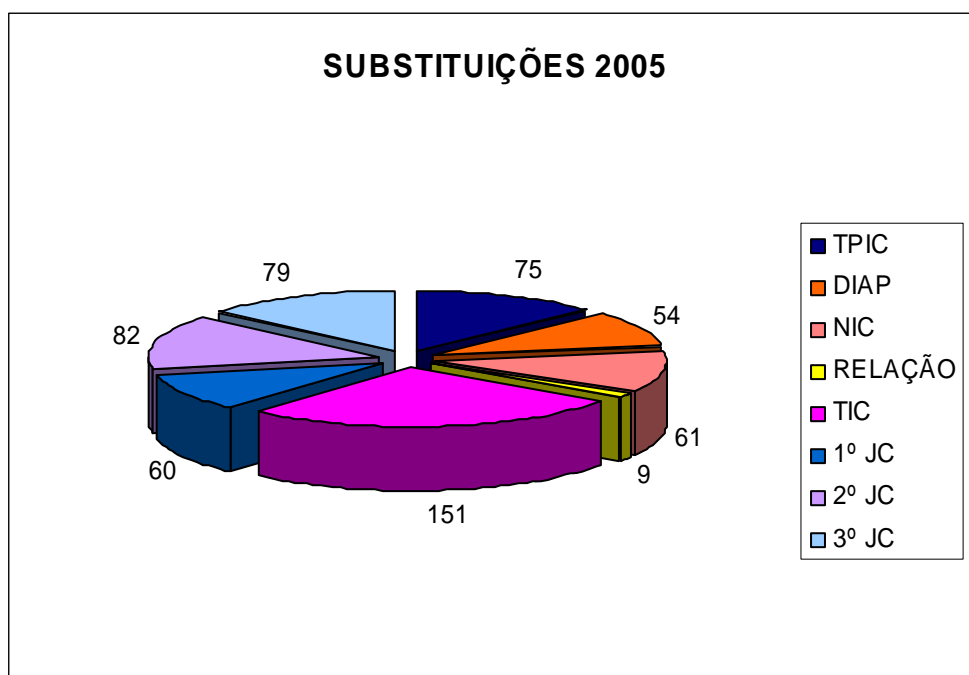
MOVIMENTO DE ESCALAS PARA OS DIVERSOS TRIBUNAIS

ESCALAS NO ANO 2005								
	TPIC	DIAP	NIC	RELAÇÃO	TIC	1º JC	2º JC	3º JC
Janeiro	41	20	41	16	57	40	40	41
Fevereiro	40	20	40	16	52	40	40	40
Março	40	17	39	16	56	34	34	39
Abril	40	20	40	8	58	40	40	40
Maio	42	21	42	8	54	42	42	42
Junho	40	20	40	10	52	40	40	40
Julho	32	11	32	4	79	22	22	32
Agosto	22	0	22	0	56	0	0	22
Setembro	34	12	34	4	80	24	24	34
Outubro	40	20	40	6	93	40	40	40
Novembro	42	21	42	10	96	42	42	42
Dezembro	33	13	33	6	95	26	26	33
TOTAL	446	195	445	104	828	390	390	445





SUBSTITUIÇÕES NO ANO 2005								
	TPIC	DIAP	NIC	RELAÇÃO	TIC	1º JC	2º JC	3º JC
Janeiro	6	6	5	1	18	7	6	5
Fevereiro	5	7	3	2	13	7	5	9
Março	11	5	1	4	10	3	14	7
Abril	7	8	4	0	8	10	8	3
Maio	11	6	11	0	4	7	8	14
Junho	6	7	6	0	12	9	12	11
Julho	4	5	4	0	9	3	7	3
Agosto	4	0	4	0	18	0	0	0
Setembro	5	0	2	0	12	1	3	8
Outubro	6	7	2	0	11	6	7	9
Novembro	5	1	11	0	19	5	8	8
Dezembro	5	2	8	2	17	2	4	2
TOTAL	75	54	61	9	151	60	82	79

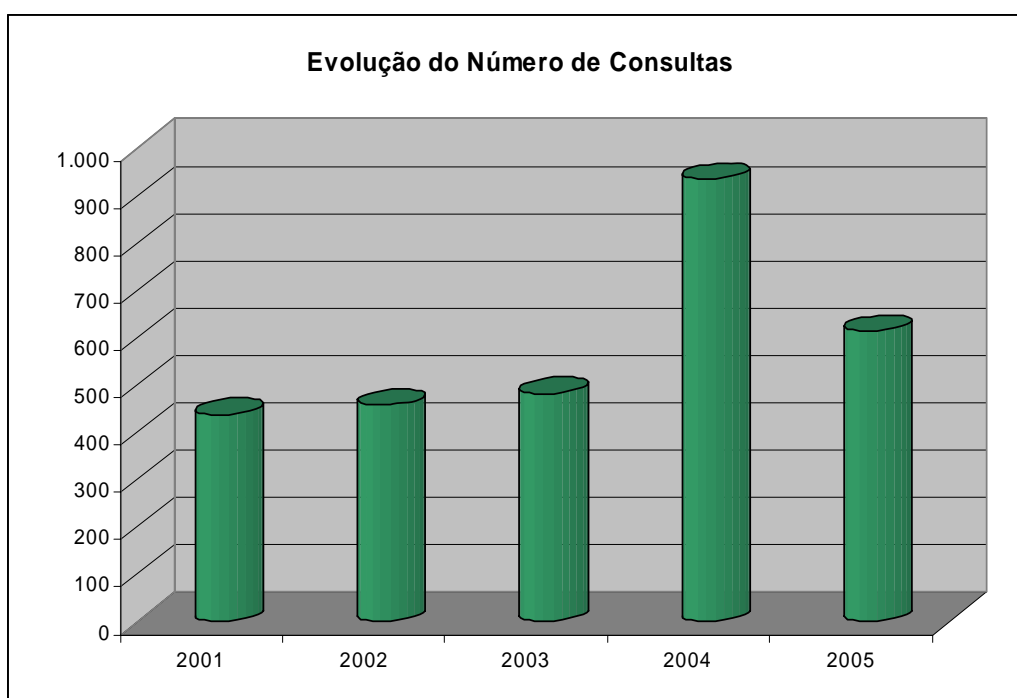




Gabinete de Consulta Jurídica Gratuita

Continuou a funcionar, com regularidade, o Gabinete de Consulta Jurídica Gratuita. Durante 2005, foram atendidas 613 pessoas, com fracos recursos económicos

Ao longo dos últimos 5 anos, foi a seguinte a evolução do número de utentes que beneficiaram de consulta jurídica gratuita neste Gabinete.





GABINETE DE APOIO À VÍTIMA

Apoio às Vítimas da Violência Doméstica

No âmbito do protocolo de colaboração celebrado entre a COMISSÃO PARA A IGUALDADE E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES e a ORDEM DOS ADVOGADOS, foi implementado no Porto, nas instalações do Conselho Distrital, no Edifício Mapfre, um serviço de atendimento jurídico gratuito a mulheres vítimas de violência doméstica.

Este gabinete foi procurado, no ano de 2005, por 9 pessoas.

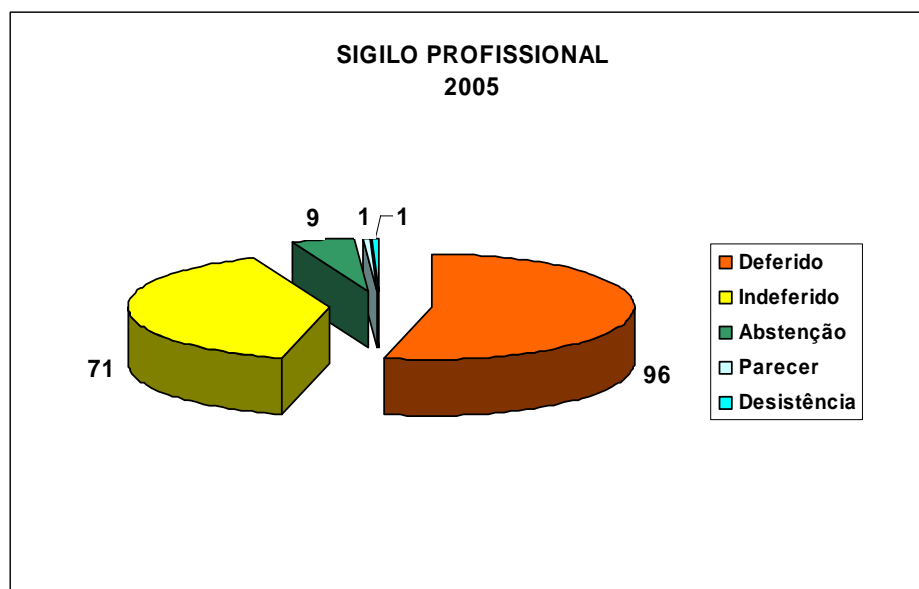


SEGREDO PROFISSIONAL

Durante o ano de 2005 consolidou-se a tendência de crescimento do número de pedidos de dispensa de segredo profissional, tanto por parte dos Colegas como por parte dos Tribunais.

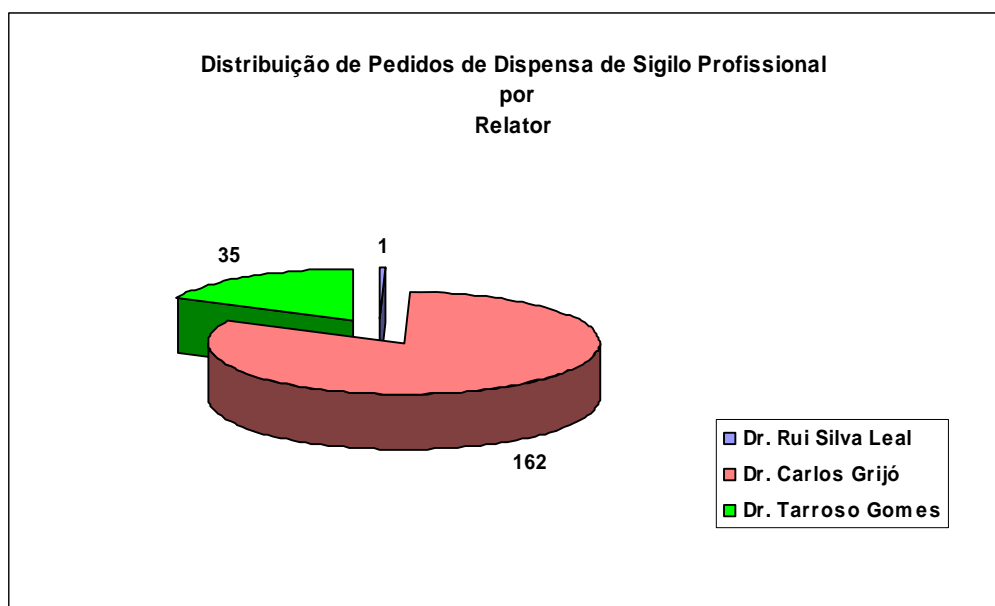
PEDIDOS DE DISPENSA DE SIGILO PROFISSIONAL					
ANO	Deferido	Indeferido	Abstenção	Parecer	Desistência
2005	96	71	9	1	1

Deve-se o facto, cremos, ao número crescente de Advogados inscritos no nosso Conselho Distrital, mas também à maior informação e sensibilidade de todos para a necessidade de pedido prévio – o que nos é grato, ainda que significando, como significa, trabalho diário.

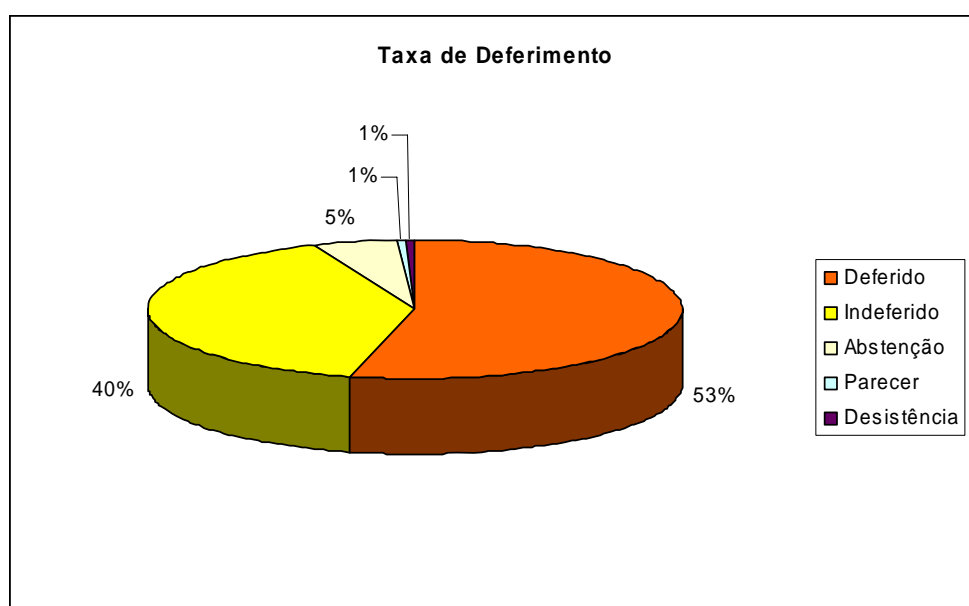




O Conselho respondeu com assinalável rapidez aos pedidos formulados, pois que, na generalidade dos casos, em não mais de 3 a 5 dias.



A taxa de deferimento dos pedidos foi de cerca de 53% - o que, face aos resultados de anos anteriores ou de outros Conselhos, deixa sinal claro, por um lado, do rigor da apreciação, mas, por outro, também da perfeição com que os Colegas já se apresentam a requerer.





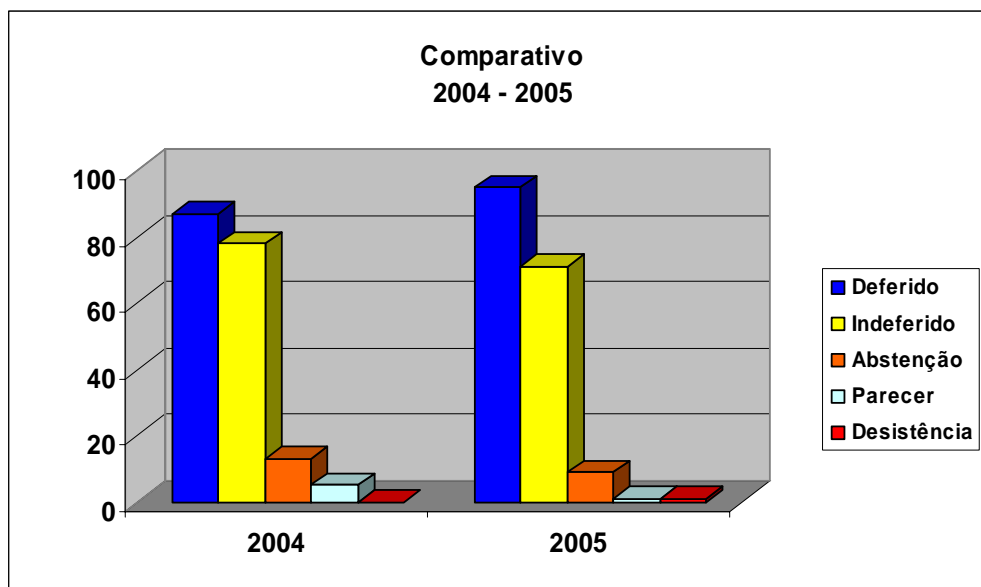
Uma parte muito significativa dos despachos proferidos encontra-se publicada no “site” do Conselho Distrital – o que constitui novidade absoluta e, acredita-se, meio ideal de ficarem os Colegas transparentemente informados sobre os critérios em uso, como merecem e lhes pode ser útil.

Por ser devido, consigne-se aqui ainda um agradecimento especial à Funcionária deste Conselho especialmente encarregada deste trabalho, a Senhora D. Anabela Magalhães, pois que o tem liderado com patentes empenho e competência e, por esse modo, muito contribuiu para que tudo fosse tratado com rapidez e rigor.

Note-se, finalmente, que a diferença existente entre o número de pedidos apresentados (177) e o número de despachos proferidos (198) se deve à circunstância de, em alguns casos, ter sido proferido mais do que um despacho no mesmo pedido, normalmente convidando os Colegas Requerentes a aperfeiçoarem-nos.

Carlos Grijó

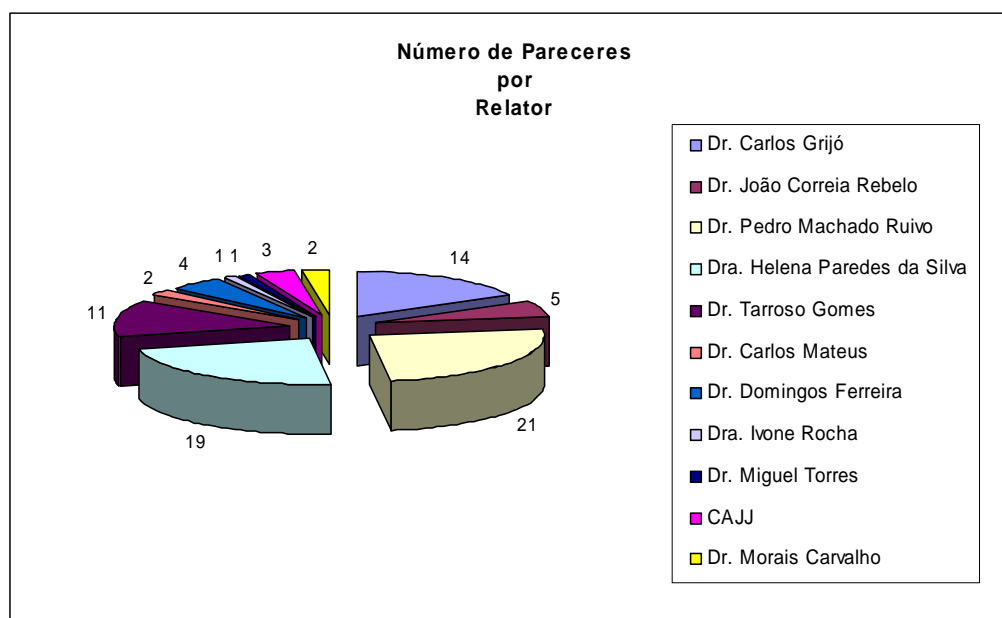
2004 vs 2005						
	Deferido	Indeferido	Abstenção	Parecer	Desistência	TOTAL
2004	87	78	13	5	0	183
2005	96	71	9	1	1	178





PARECERES EMITIDOS

Pareceres	
Relatores	Nº de Pareceres
Dr. Carlos Grijó	14
Dr. João Correia Rebelo	5
Dr. Pedro Machado Ruivo	21
Dra. Helena Paredes da Silva	19
Dr. Tarroso Gomes	11
Dr. Carlos Mateus	2
Dr. Domingos Ferreira	4
Dra. Ivone Rocha	1
Dr. Miguel Torres	1
CAJJ	3
Dr. Morais Carvalho	2
Total	83





PROCURADORIA ILÍCITA

Durante o ano de 2005 notou-se um incremento de actividade do pelouro da procuradoria ilícita.

Tal facto ficou a dever-se a uma melhor reorganização dos serviços que responderam, de forma exemplar, às novas solicitações decorrentes da publicação da lei que define e enquadra os ACTOS PRÓPRIOS DOS ADVOGADOS (Lei nº. 49/2004 de 24/8).

Os responsáveis pelo sector reuniram ao longo do ano com as Delegações e os Delegados deste Conselho Distrital, com os Instrutores dos processos de procuradoria ilícita e com os demais membros do CD.

Deve dizer-se, em abono da verdade, que uma grande parte das Delegações e dos Delegados manteve um alheamento incompreensível face ao esforço e firmeza que é necessário ter para se travar um combate eficaz contra a procuradoria ilícita.

O mesmo deverá dizer-se relativamente ao cumprimento tempestivo dos ofícios dimanados desta Comissão.

Por intermédio dos seus responsáveis o CD esteve sempre representado em todas as reuniões da Comissão Nacional contra a Procuradoria Ilícita onde tiveram participação activa.

Durante o ano de 2005 foram abertos 58 processos, foram arquivados 61 e foram objecto de participação crime 16.

Com o esforço desenvolvido a pendência de processos que, em 1/01/2005 era de 145 para, em 31/12/2005 ser 121.



Foram enviados 800 ofícios e 32 circulares.

Houve também uma particular atenção relativamente aos advogados a exercer o mandato em situação irregular, nomeadamente por terem a inscrição suspensa.

Também se procurou averiguar os casos de incompatibilidade entre o exercício de advocacia e o exercício de algumas funções públicas.

Mas todo o trabalho efectuado não teria sido possível sem a permanente colaboração e dedicação da Sr^a. Funcionária deste CD Sr^a. D. Ana Cristina, cujo labor e competência merece um destaque especial.

JOSÉ MANUEL TARROSO GOMES

PROCURADORIA ILÍCITA

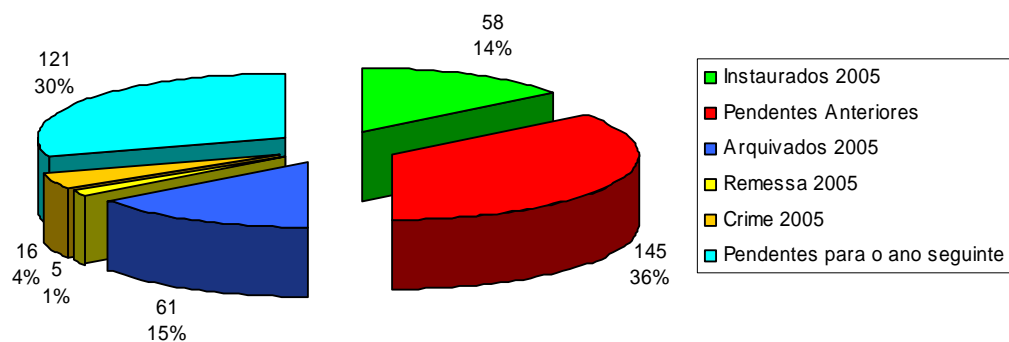
Estatística

Ano de 2005

SÍNTESE 2005	
Instaurados 2005	58
Pendentes Anteriores	145
Arquivados 2005	61
Remessa 2005	5
Crime 2005	16
Pendentes para o ano seguinte	121

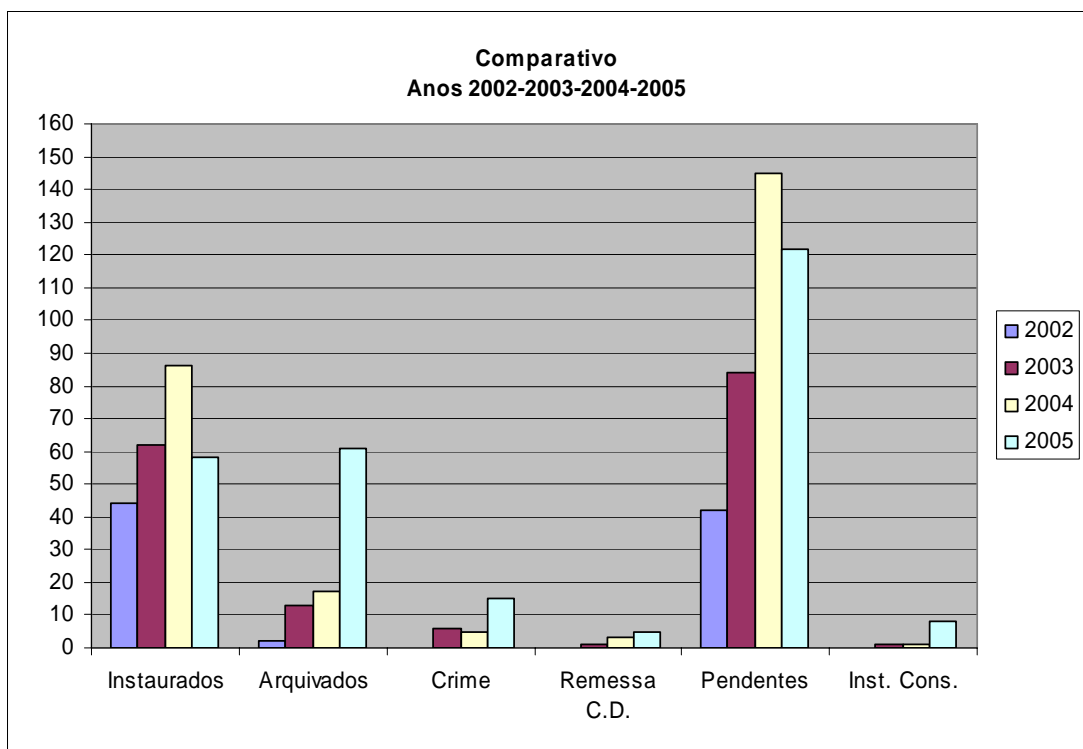


Síntese de 2005



Comparativo dos Últimos 4 Anos

Processos Procuradoria Ilícita						
Ano	Instaurados	Arquivados	Crime	Remessa aos CDs	Pendentes	Instaurados CDP
2002	44	2	0	0	42	0
2003	62	13	6	1	84	1
2004	86	17	5	3	145	1
2005	58	61	16	5	121	8





**RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO CONSELHO DISTRITAL DO PORTO
DA
ORDEM DOS ADVOGADOS**

EVENTO	LOCAL	DATA	PARTICIPANTE
San Raimundo de Peñafort	Santiago de Compostela	Janeiro	Dr. Rui da Silva Leal e Dr. João Correia Rebelo
Festividades de San Ramon de Penyafort	Barcelona	Fevereiro	Dr. Nuno Aguiar Branco
Imposição de Cruz de Honor ao Presidente do Conselho da Advocacia Galega D. Miguel-Anxo González Trigás	Ourense	Junho	Dr. João Rebelo
Encontro Luso-Espanhol de Advocacia	Cáceres	Outubro	Dr. João Rebelo e Dr. Rui Costa
Abertura do Ano Judicial	Bristol	Outubro	Dr. Nuno Aguiar Branco
10ª Assembleia Anual das Ordens dos Advogados dos Países do Mar Negro e 108º Aniversário da Sofia Bar Association	Sófia	Outubro	Dr. Nuno Aguiar Branco
Stage 2005 - F B E	Marselha	Outubro	Dr. Augusto-Pedro Lopes Cardoso
Festividade de San Martinho	Ourense	Novembro	Dr. João Rebelo



Durante o ano de 2005 vários membros do Conselho estiveram, em representação deste, presentes em vários eventos ocorridos em diversos países.

Disso se passará a dar nota:

1. Em 21 de Janeiro de 2005 o Presidente do Conselho Distrital, Rui Silva Leal e o Vice-Presidente João Correia Rebelo foram a Santiago de Compostela, a convite do Exmº Decano do Colégio de Advogados local e do Exmº Presidente do Conselho da Avocacia Galega. Festejou-se San Raimundo de Peñafort patrono do Colégio Local e dos advogados espanhóis. Após missa na Capela Corticela da Catedral de Santiago em memória dos companheiros já falecidos houve lugar à entrega, na Capela Real do Hostel dos Reis Católicos, das medalhas de ouro e de ouro e brilhantes aos advogados colegiados com mais de 25 e 40 anos de exercício, respectivamente. As festividades encerraram com jantar no Hotel Porta do Camiño.

Quer o Presidente, quer o Vice-Presidente do Conselho aproveitaram os festejos para aprofundar as ligações há muito existentes entre os advogados portugueses e galegos tendo trocado opiniões com os representantes dos Colégios de Lugo, Ourense, Santiago e Coruña.

2. Em 5 de Fevereiro de 2005 o Conselheiro Nuno Aguiar Branco esteve em Barcelona a convite do Colégio de Advogados Local, nas festividades de San Raimundo de Peñafort. Após a entrega de medalhas aos advogados colegiados com mais de 25 e 50 anos de actividade, houve lugar a jantar convívio. Estabeleceram-se contactos com advogados de várias Ordens da Europa. Na altura travou-se conhecimento com a Colega Natalia Tzenova, advogada búlgara, Presidente da Sófia Bar Council que logo deu nota da realização em Outubro do 108º aniversário da Sofia Bar Association e da 10ª Assembleia da Associação de Advogados dos Países do Mar Negro do interesse que teria em que o CDP se fizesse, então, representar.



3. Entre 6 e 8 de Outubro de 2005 o Vice-Presidente João Correia Rebelo e o Conselheiro Rui Costa participaram, em Cáceres, no “II Encontro Hispano-Luso de Advocacia”.

Foram apresentadas comunicações pelos Drs. João Perry da Câmara, Vitoria Ortega Benito, Fernando Sousa Magalhães, Modesto Barcia Iago, José Seoane Iglesias, Orlando Guedes da Costa, António Garrigues, Manuel Castelo Branco, Luís Delgado Molina, Diogo Lacerda e Melo, António Vitorino, Luís Zarralugui, Cortes Martins, Dário Moura Vicente, Emílio Cortez Bachiarelli e José Moutinho, que trataram temas do direito interno de cada país e do direito europeu e que também perspectivaram a evolução futura da advocacia ibérica.

O III Encontro da Advocacia Hispano – Lusa ocorrerá para o ano em Coimbra.

Do Distrito Judicial do Porto também estiveram presentes o Bastonário Augusto Lopes Cardoso, os Presidentes Fernando Sousa Magalhães, Orlando Guedes da Costa e Manuel Veiga de Faria e os Colegas da Maia, H. Pina Lopes e J. Farinha.

4. De 9 a 12 de Outubro decorreram na Bulgária, em Sofia, a 10ª Assembleia Anual da Associação de Advogados dos Países do Mar Negro BCBA de que são membros a Rússia, Ucrânia, Turquia, Bulgária, Roménia, Moldávia, Grécia e Geórgia e 108º aniversário da Sofia Bar Association.

Em representação do CDP esteve o Senhor Conselheiro Nuno Aguiar Branco.

Presentes representantes da Hungria, Polónia, República Checa, Eslovénia, bem como o então Presidente da UIA – Delos Lutton (Wiscosin – USA), o seu antecessor Paul Nemo (Paris), o Secretário Regional da UIA para o Médio Oriente – Sauri Auri (Líbano) e o Secretário Regional da UIA para a Europa Central e Oriental – C. Iordanescu (Roménia), bem como o 2º Vice-Presidente da CCBE – Colin Tyre (Escócia).

A presença do CDP foi registada com muito agrado e simpatia não só pela Presidente Natalia Tzenova, como pelos demais Colegas com quem se estabeleceram cordiais relações.

Houve ocasião de conversar com o 2º Vice-Presidente do BCCE sobre a reunião no Porto, do BCCE, em meados de 2006, organização da qual será Presidente o nosso Colega Manuel Cavaleiro Brandão.



5. De 14 a 16 de Outubro / Abertura do Ano Judicial em Bristol / Representante do CDP, Conselheiro Nuno Aguiar Branco.

No dia 14 de Outubro, jantar de gala em que usaram da palavra o Lord Mayor of Bristol, a Presidente da Bristol Law Society (29 anos) e a Baronesa Hale of Richmond, primeira mulher a ascender ao Supremo Tribunal do Reino Unido.

No dia 15 de Outubro realizou-se um seminário sobre Direito Laboral em que foram conferencistas David Fletcher (Membro do St John's – Chambers – Associação de Advogados - Patrocinadora dos Eventos) e Robert Bourns (Vice-Presidente da Bristol Law Society).

No dia 16 de Outubro realizou-se a cerimónia de abertura do ano judicial, com a presença de todas as autoridades da cidade, e representantes das associações, com recepção na Câmara Municipal, seguida de cortejo integrado pelas autoridades, Juizes e Advogados (em traje profissional) para a Catedral de Bristol.

Nas diversas iniciativas estiveram presentes delegações de Ordens de Advogados da Bélgica (Antuérpia; Bruxelas e Gent) Alemanha (Hannover) França (Paris, Lyon e Versailles) Holanda (Haia) e Luxemburgo.

O ambiente foi muito cordial sendo de notar a extrema simpatia e hospitalidade com que se foi recebido.

7. De 20 a 22 de Outubro decorreu em Marselha, a Reunião Intermédia da FBE (Fédération des Barreaux d'Europe), em que participaram cerca de 100 representantes das Ordens de Advogados europeias (Portugal, França, Espanha, Itália, Alemanha, Suíça, Áustria, Bélgica, Reino Unido, Lituânia, Rússia, etc.)

Os trabalhos decorreram sobre a Formação dos Advogados (quer inicial quer continua), a Especialização, a Publicidade, a Responsabilidade Profissional e a Assistência dos Advogados, com comunicações apresentadas por Advogados de diversos países.

Dessa reunião saiu o compromisso de organização de reunião equivalente, em Outubro de 2006, no Porto.

8. Em 10 de Novembro de 2005, o Vice-Presidente do Conselho João Correia Rebelo, deslocou-se em representação do CDP a Ourense às Festividades do Colégio local e na véspera do seu Patrono, S.Martinho.



No salão nobre do Colégio de Advogados houve ao fim da tarde uma cerimónia solene em que foi conferenciada José Manuel Peres, advogado local que nesse dia foi agraciado com a medalha de 25 anos de exercício, a par de outros companheiros.

Houve também entrega de medalhas a quatro colegas com 40 anos de exercício.

Encerrou a cerimónia Arturo Gonzalez Esteves, Decano de Ourense.

Seguiu-se jantar no belíssimo espaço de um antigo cinema onde todos confraternizamos e trocamos opiniões.

Como nota de imensa gratidão registre-se o facto do representante do CDP ter dado, na madrugada de 11 de Novembro, entrada na unidade de cuidados intensivos do Complexo Hospitalar de Ourense e nos quatro dias que durou o seu internamento ter sido visitado e amparado pelo actual Decano, pelo imediatamente anterior e Presidente da Advocacia Galega Miguel Gonzalez Trigás e por vários outros Colegas do Colégio de Ourense.

João Correia Rebelo



BIBLIOTECA

Foi o seguinte o movimento da Biblioteca, em 2005:

Advogados – 1.001

Advogados Estagiários – 459

Outros Juristas – 70

Estudantes – 54

Outros – 37

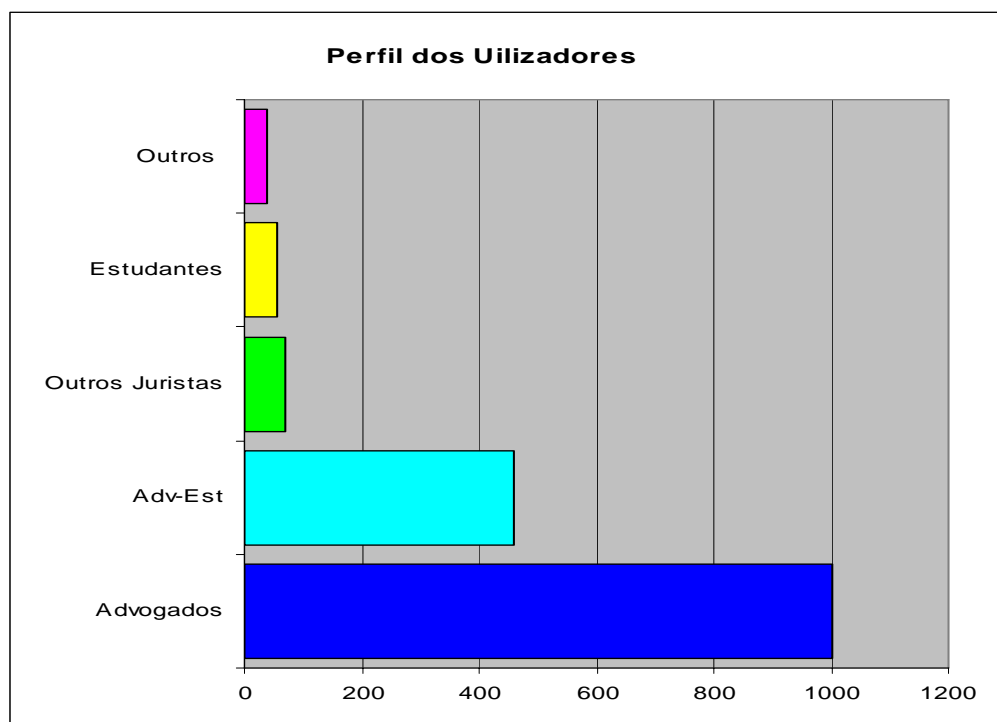
Número total de Utilizadores – 1.621

Empréstimos domiciliários – 1.088

Consulta da Base de Dados Ecolegis/Ecojuris – 352

Consulta por Fax - 100

Internet - 98

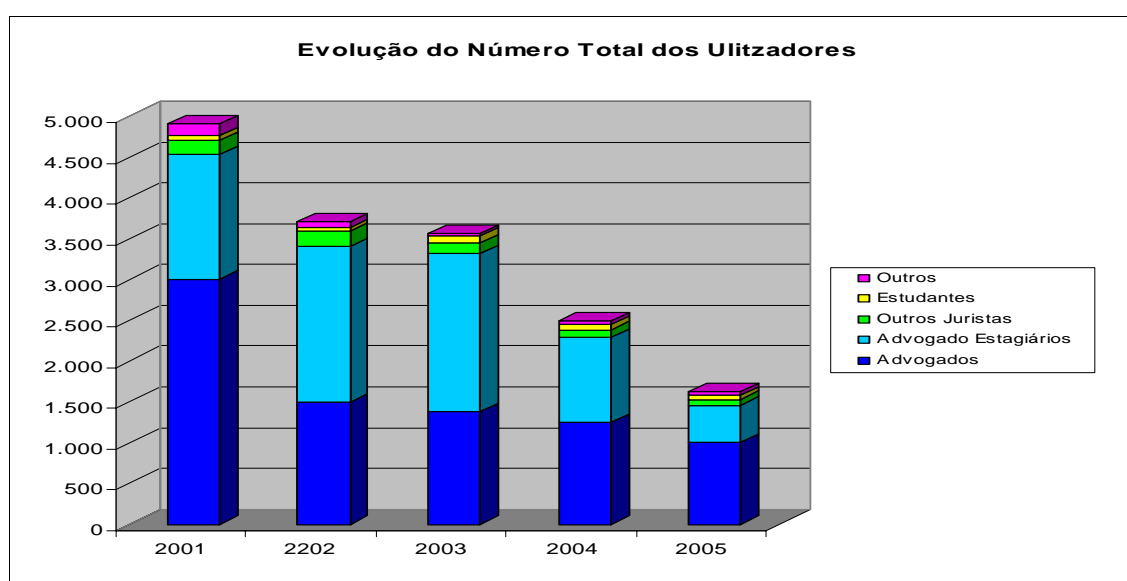




Durante este ano foram renovadas todas as assinaturas das publicações periódicas e bases de dados, procedeu-se à aquisição de monografias jurídicas nacionais e à aquisição de diversas obras jurídicas estrangeiras. Alguns autores tiveram, como é habitual, a gentileza de oferecer obras que publicaram. Preciosa foi também, uma vez mais, a colaboração recebida da Biblioteca do Conselho Geral.

Ao longo dos últimos anos houve um decréscimo do número de utilizadores da Biblioteca, como se verifica no quadro seguintes:

Evolução do Número de Utilizadores					
	2001	2002	2003	2004	2005
Advogados	3.005	1.500	1.382	1.252	1.001
Advogado Estagiários	1.525	1.900	1.930	1.039	459
Outros Juristas	173	188	136	92	70
Estudantes	61	48	83	65	54
Outros	147	75	32	46	37
Total	4.911	3.711	3.563	2.494	1.621





Relativamente aos Advogados Estagiários, essa baixa coincidiu com o fim do período de Estágio daqueles que estavam abrangidos pelo Regulamento dos Centros Distritais Estágio, o qual impunha a elaboração de um trabalho escrito sobre Deontologia Profissional, ou outro tema a propor ao Conselho Distrital, e a consequente pesquisa de elementos para esses trabalhos.

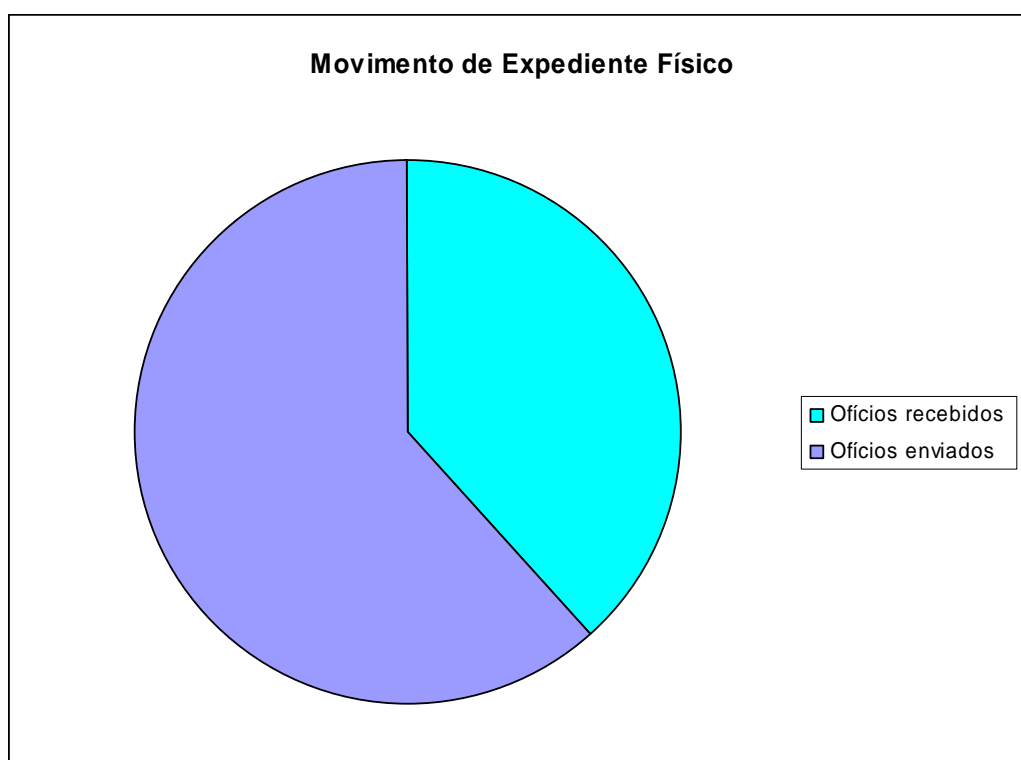
Com vista a apoiar todos quantos frequentam diariamente o Centro de Formação, disponibilizou-se, ali, no corrente ano, uma sala com 5 computadores com acesso à Internet, onde, com o acompanhamento de um documentalista que foi descolado da Biblioteca, os Advogados e Advogados Estagiários, podem fazer todas as consultas que, até agora, só eram possíveis no Palácio da Justiça. Para o efeito, foram instalados nesses computadores os seguintes programas:

- ISIS - permite aceder a uma base de dados bibliográfica, contendo todas as obras disponíveis na nossa Bibiloteca, assim como legislação e jurisprudência.
- Legix 7 - base de referências legislativas jurisprudenciais e regulamentares desde 1979.



GESTÃO DE EXPEDIENTE

- Correspondência recebida - 24.858 ofícios
- Correspondência expedida – 39.770 ofícios



O expediente físico movimentado foi claramente diminuto no conjunto do expediente geral, em virtude da a comunicação se ter efectuado, preferencialmente, por e-mail.

- Pedidos de nomeação nos termos do Artº 50 - 27
- Pedido de diligências nos termos do Artº 70º - 11 pedidos (penhoras ou buscas)
- Apostilhas - 45



C O N T A S **2 0 0 5**

BALANÇO ANALÍTICO DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS

- Contas do Balanço
- Contas de Resultados
- Conclusão

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



2.1. Introdução

As contas do Conselho Distrital do Porto, foram elaboradas respeitando o Plano Oficial de Contas adoptado por todas as estruturas da Ordem dos Advogados e resultante do POC ajustado pelo Conselho Geral às necessidades específicas da OA.

O Conselho Distrital do Porto organizou a sua contabilidade analítica com autonomia, em conformidade com os princípios contabilísticos preconizados pelo POC e seguindo critérios de rigor e clareza na apresentação das suas contas.

Elementos que integram as Contas apresentadas:

BALANÇO ANALÍTICO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS

- Notas às contas do Balanço
- Notas às contas de Resultados
- Conclusão

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS DE 2004-2005

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



BALANÇO					
CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		2005			2004
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZA /AJUSTAM.	ACTIVO LÍQUIDO (€)	ACTIVO LÍQUIDO (€)
	Imobilizado				
	Imobilizacoes corporeas				
424	Equipamento de Transporte	20.500,00	5.125,00	15.375,00	0,00
425	Ferramentas e Utensilios	229,90	57,48	172,42	0,00
426	Equipamento Administrativo	462.097,92	401.659,86	60.438,06	94.627,03
427	Biblioteca	239.073,47	7.957,39	231.116,08	157.231,73
429	Outras imobilizações corpóreas	237.332,95	110.833,90	126.499,05	152.402,77
		959.234,24	525.633,63	433.600,61	404.261,53
	Existências				
32	Mercadorias	34.385,43		34.385,43	30.251,30
		34.385,43		34.385,43	30.251,30
	Dívidas de Terceiros-Curto Prazo				
262+264/8	Devedores diversos	94.445,85		94.445,85	338.642,57
		94.445,85		94.445,85	338.642,57
	Depósitos bancários e caixa				
12+13+14	Depósitos bancários	237.977,79		237.977,79	218.811,09
11	Caixa	1.723,85		1.723,85	3.274,94
		239.701,64		239.701,64	222.086,03
	Acréscimos e Diferimentos				
272	Custos Diferidos	295.031,66		295.031,66	385.083,51
273	Acréscimos de Custos	11.712,37		11.712,37	0,00
		306.744,03		306.744,03	385.083,51
	Total de ajustamentos		525.633,63		
	Total de provisões				
	Total de activo	1.634.511,19	525.633,63	1.108.877,56	1.380.324,94
CÓDIGO DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS			
		2005	2004		
	CAPITAL PRÓPRIO				
59	Resultados transitados	870.040,09	651.421,82		
		870.040,09	651.421,82		
88	Resultado líquido do exercício	90.547,96	218.618,27		
	<i>Total do capital próprio</i>	960.588,05	870.040,09		
	PASSIVO				
	Dívidas a Terceiros-Curto Prazo				
261	Fornecedores Imobilizado	13.933,73	82.749,96		
267	Consultores e Assessores	26.234,00	142.418,01		
221	Fornecedores c/c	35.733,83	99.367,80		
241/242	Sector Público Administrativo - Retenções	30.330,18	48.124,48		
243/245	Sector Público Administrativo - Contribuições	35.237,77	29.624,60		
		141.469,51	402.284,85		
	Acréscimos e Diferimentos				
273	Acréscimo de custos	0,00	108.000,00		
274	Proveitos diferidos	6.820,00			
		6.820,00	108.000,00		
	Total do passivo	148.289,51	510.284,85		
	Total do capital próprio e passivo	1.108.877,56	1.380.324,94		



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS					
Código das Contas	Custos e perdas	Exercícios			
		2005		2004	
61	Custo das merc. vendidas e mat. cons.				
	Mercadorias	2.283,33	2.283,33	1.356,58	1.356,58
62	Fornecimentos e serviços externos	1.136.609,17	1.136.609,17	1.339.074,48	1.339.074,48
64	Custos com pessoal				
642	Remunerações	772.734,86		790.919,47	
643 a 648	Encargos sociais	137.452,14		142.315,68	
646 a 649	Outros Encargos	33.752,83	943.939,83	27.406,17	960.641,32
66	Ajust. do imobil. corpóreo e incorpóreo	83.404,77		66.337,17	
63	Impostos	66.462,30		98.747,36	
65	Outros custos operacionais	15.987,58	165.854,65	28.170,22	193.254,75
	(A)		2.248.686,98		2.494.327,13
68	Custos e perdas financeiras				
681 a 688	Juros e custos similares	152.425,44	152.425,44		146.666,61
	(C)		2.401.112,42		2.640.993,74
69	Custos e perdas extraordinários				
694 a 699	Custos e perdas		19.205,29		19.305,40
	(E)		2.420.317,71		2.660.299,14
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		785,31		13.650,66
	(G)		2.421.103,02		2.673.949,80
88	Resultado líquido do exercício		90.547,96		218.618,27
			2.511.650,98		2.892.568,07
	Proveitos e ganhos				
71	Vendas e prestação de serviços				
711	Mercadorias	2.397,65		3.724,44	
712 a 713	Serviço de Apoio a Advogados	78.138,02		57.350,97	
72	Proveitos Estatutários	1.981.049,89	2.061.585,56	2.082.178,39	2.143.253,80
73	Proveitos suplementares	21.766,87		73.789,39	
74	Subsídios à exploração	402.168,14			
76	Outros Proveitos Operacionais	499,54	424.434,55	615.821,17	689.610,99
	(B)		2.486.020,11		2.832.864,79
78	Proveitos e ganhos financeiros				44.756,72
781 a 789	Juros e proveitos similares		4.696,31		3.868,42
	(D)		2.490.716,42		2.881.489,93
79	Proveitos e ganhos extraordinários				
794 a 799	Proveitos e ganhos		20.934,56		11.078,14
	(F)		2.511.650,98		2.892.568,07
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			237.333,13		338.537,66
Resultados financeiros: (D) - (B) - (C) - (A) =			-147.729,13		-142.798,19
Resultados correntes: (D) - (C) =			89.604,00		240.496,19
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			91.333,27		232.268,93
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =			90.547,96		218.618,27



2.4. RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS

2.4.1. Contas de Resultados

A - CUSTOS E PERDAS

Os custos em relação ao ano anterior tiveram uma diminuição de 9,02%. Uma análise conta a conta, mostra que a maioria das contas apresenta desvios negativos.

Assim:

A conta “**Fornecimentos e Serviços Externos**” , que inclui comparticipação do Conselho Geral no produto das taxas de inscrição de advogados (48.969,69€ em 2005), apresenta uma variação favorável de 17,8% relativamente ao ano anterior. Ora, se é um facto que aumentaram os valores pagos em honorários aos formadores da formação complementar, por esta ter sido incrementada, então houve uma diminuição mais que compensatória de gastos noutras rubricas, o que não surpreende dada a preocupação da contenção de despesas que sempre norteia a gestão deste Conselho.

Análise detalhada das componentes desta rubrica, será feita quando apreciarmos execução orçamental.

A conta “**Custos com pessoal**” teve uma redução de 1,7%, apesar da admissão de 3 novos funcionários, da actualização das remunerações conforme taxa fixada pelo Conselho Geral e das alterações obrigatórias de categorias profissionais. É que esse aumento de encargos foi compensado pela diminuição do número de horas extraordinárias efectuadas, principalmente no CAJJ, e pela saída de 2 funcionários.

Em relação à conta “**Custos e perdas financeiras**“, o desconto concedido aos advogados pelo pagamento antecipado de quotas, explica o aumento de 3,9%, relativamente ao ano anterior.

Quanto às restantes contas de custos nada há de relevante a referir.



B - PROVEITOS E GANHOS

Os proveitos apresentam, em relação ao ano anterior, uma redução de 13,1%.

Contribuiu para esta variação,

1- O decréscimo dos subsídios do Ministério da Justiça, em duas áreas:

- Protocolo “Patronos Formadores” - a verba recebida do MJ, foi exígua comparada com o valor em dívida ao abrigo daquele protocolo.
- Sobrecustos do Apoio Judiciário - ao contrário do que vinha acontecendo, não foi recebida qualquer verba do MJ.

2 - A gratuitidade de todos os Curso de Formação complementar

- Durante o ano em apreço, toda a formação complementar foi gratuita o que correspondeu a uma significativa diminuição de receitas.

A conta “**Proveitos estatutários**”, que compreende a comparticipação nas quotas dos advogados (quer antecipadas, quer recebidas ao longo do ano), mantém-se num nível semelhante ao do ano anterior.

Já no respeitante às taxas de inscrição, tanto de advogados como de advogados estagiários, há um decréscimo de 20.7%.

Relativamente às restantes contas de proveitos nada há a referir.

De um total de Proveitos e Ganhos de 2.511.650,98 €, e de um total de Custos e Perdas de 2.420.317,31 €, apura-se um resultado positivo do exercício de 91.333,27€. Este valor, deduzido de 785,31€ referente a IRC e Tributação Autónoma, dará o **Resultado Líquido** de 90.547,96 €.



2.4.2. Contas do Balanço

ACTIVO

Imobilizações corpóreas – 433.600,61 € (valor líquido)

Respeita a todo o imobilizado do Conselho Distrital, incluindo as Delegações. O valor de aquisição deste imobilizado é de 959.234,24 €, estando amortizado 525.633,63 €

Existências – 34.385,43 €

Trata-se de produtos com logótipo do CDP, que se destinam a ser vendidos ou oferecidos a convidados e, bem assim, das agendas de Advogados que, pela primeira vez, comprámos este ano.

Dívidas de Terceiros – Curto Prazo – 94.445,85 €

Este valor corresponde ao saldo das contas entre este Conselho e o Conselho Geral, acrescido do valor das cauções relativas a contratos (EDP-CTT)

Caixa e Depósitos Bancários – 239.701,64 €

- Caixa – 1.723,85 € montante existente em Caixa, destinado a pagamento de pequenas verbas.
- Depósitos Bancários – 237.977,79 € - verba que corresponde a Depósitos à Ordem, no montante de 24.192,20 € e Aplicações em produtos financeiros sem risco, de curto prazo, no valor de 213.785,59 €

Acréscimos e diferimentos – 306.744,03 €

- Custos diferidos – 295.031,66 €, respeitando ao seguinte:
 - a) – Pagamento antecipado de rendas - 8.469,78 €
 - b) – Pagamento antecipado de seguros - 317,23 €
 - c) – Custo diferido das grandes obras de remodelação - SEDE+MAPFRE - 286.244,65 €



- Acréscimos de custos – 11.712,37€ - correcção referente aos valores referenciados para liquidação de férias, subsídio de férias e respectivos encargos.

PASSIVO

Dívidas a Terceiros – 141.469,51 €

Fornecedores imobilizado	- 13.933,30€
Fornecedores c/c	- 35.733,83€
Consultores e assessores	- 26.234,00 €

As duas primeiras verbas correspondem a dívidas correntes a Fornecedores; a última, corresponde aos valores devidos pelo MJ, aos Patronos Formadores, ao abrigo do respectivo Protocolo já referido.

Estado e outros entes públicos – 65.567,95 €

As verbas constantes desta conta respeitam a impostos correntes em dívida ao Estado, no final do mês, alguns pagos pelo Conselho Geral e depois debitados ao CDP, e a contribuições para a Segurança Social, conforme se segue:

- IRS e IRC retido sobre:

Rendimento de trabalho dependente	24.850,00€
Rendimento profissionais e empresariais	4.317,20€
Rendimento prediais	<u>1.162,98€</u>
Total	30.330.18€

- Contribuições
- | | |
|------------------|-------------------|
| IVA a pagar | 1.245,27€ |
| Segurança Social | <u>33.992,50€</u> |
| Total | 35.237,77€ |



Proveitos diferidos – 6.820.00 €

Respeita a inscrições de AE efectuadas em Dezembro de 2005, mas cuja frequência de Curso de Estágio se iniciará, apenas, em Abril de 2006.

2.4.3. Conclusões

Pela análise das contas, verifica-se

- uma redução dos montantes de Dívidas de Terceiros e, bem assim, das contas de Dívidas a Terceiros, o que aponta para uma melhor gestão do Fundo de Maneio.
- também, uma quebra de 58% nos Resultados Líquidos:
218.618,27 € em 2004
90.547,96 € em 2005
- uma quebra de 101.204.53 € nos Resultados Operacionais, provocada pela redução nas receitas, apesar da contenção de custos conforme se pode confirmar pela análise da execução orçamental.
- uma redução dos proveitos, quer estatutários, quer suplementares, pela análise dos Resultados correntes, mantendo-se os Resultados Financeiros praticamente iguais aos de 2004.

Apesar do decréscimo registado, os Resultados Líquidos e os Resultados Operacionais são positivos, mostrando que continuamos a ter uma situação financeira saudável e que, apesar do aumento do valor de honorários pagos, correspondentes a mais de 5.500 horas de formação gratuita ministrada durante o corrente ano, e da cessação das receitas que da formação complementar até aqui advinham, conseguimos encerrar o Exercício com um saldo confortavelmente positivo.



2.5. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As notas deste Anexo seguem a numeração definida no POC para apresentação de Demonstração Financeira. As notas cuja numeração não se encontra neste Anexo, não são aplicáveis à OA, ou sua apresentação não se considera relevante para a leitura das nossas demonstrações financeiras.

03 - As demonstrações financeiras têm como suporte os registos contabilísticos e respectiva documentação, tendo-se adoptado, como já referido, os princípios contabilísticos constantes do POC adaptado à Ordem dos Advogados. A adopção de contas não previstas naquele e a substituição de outras, não produz qualquer efeito nas demonstrações financeiras.

Os critérios valorimétricos adoptados são os seguintes:

- a) Os bens do Activo Imobilizado são registados ao custo de aquisição (Iva incluído, por não ser dedutível).
- b) As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes e às taxas máximas legalmente fixadas pelo Decreto Regulamentar nº 2/90 de 12 de Janeiro.
- c) Os bens do Activo Imobilizado adquiridos no corrente ano de valor inferior a 199,50 € foram amortizados a 100%.
- d) Continuando a não ser definido, ainda, qualquer critério quanto à forma de amortização dos livros da Biblioteca, decidimos manter o nosso critério, de amortizá-los à taxa de 10% de 3 em 3 anos, o que significa uma taxa anual de 3.33%. Não se incluem nessa rubrica os códigos e outros livros que, a curto prazo, se desactualizam, os quais são levados directamente a custos do ano de aquisição.
- e) Não são considerados Imobilizado, os investimentos feitos no Edifício do Centro de Formação, por este pertencer ao Ministério da Justiça e estar a ser utilizado pelo CDP, em regime de comodato pelo prazo de 30 anos. É mais realista considerar esses valores como uma “Imobilização de



Custos” e incluí-los numa rubrica designada como Despesas com Custo Diferido, que se “amortiza” à taxa usada para a correspondente rubrica do imobilizado. O mesmo se aplica ao investimento feito no auditório localizado no Edifício Mapfre.

06 - A Ordem dos Advogados está sujeita a IRC e, conforme legislação em vigor, as declarações fiscais ficam sujeitas a inspecção e ajustamento por parte da Administração Fiscal. Embora o CDP tenha realizado operações sujeitas ao referido imposto, e tenha procedido ao apuramento tanto do IRC como do imposto autónomo, não irá efectuar o seu pagamento, uma vez que essa responsabilidade compete ao Conselho Geral que, na consolidação de contas, apurará o respectivo imposto a pagar.

07 – O Conselho Distrital do Porto teve ao seu serviço, durante o ano de 2005, 53 empregados.

10 – Os dois quadros seguintes mostram os movimentos ocorridos nas rubricas do Activo Imobilizado e nas Amortizações

MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO (ACTIVO BRUTO) NO EXERCÍCIO DE 2005					
CODIGO DAS CONTAS	Imobilizações corpóreas	SALDO INICIAL (€)	AQUISIÇÕES (€)	TRANSFERÊNCIAS E ABATES (€)	SALDO FINAL (€)
424	Equipamento de transporte	6.983,17	20.500,00	6.983,17	20.500,00
425	Ferramentas e Utensílios		229,90		229,90
426	Equipamento administrativo	387.949,03	84.458,89	10.310,00	462.097,92
427	Biblioteca	236.489,11	2.584,36		239.073,47
429	Outras imobilizações corpóreas	228.238,25	9.094,70		237.332,95
	TOTAL	859.659,56	116.867,85	17.293,17	959.234,24



MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS DAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO NO ANO DE 2005				
Imobilizações corpóreas	SALDO INICIAL (€)	REFORÇO (€)	REDUÇÕES	SALDO FINAL (€)
Equipamento de transporte	6.983,17	5.125,00	6.983,17	5.125,00
Ferramentas e Utensílios		57,48		57,48
Equipamento Administrativo	315.447,95	47.475,28	6.186,00	356.737,23
Biblioteca	79.257,38	7.957,39		87.214,77
Outras imobilizações corpóreas	53.709,53	22.789,62		76.499,15
TOTAL	455.398,03	83.404,77	13.169,17	525.633,63

40 – Movimentos ocorridos no exercício, em cada uma das rubricas de Capitais Próprios, constantes do Balanço.

MOVIMENTOS DAS CONTAS CAPITAL SOCIAL, RESERVAS E RESULTADOS				
CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
Capital Social				
Outras Reservas				
Resultados Transitados	651.421,82	218.618,27		870.040,09
Resultados Liquidados	218.618,27	91.333,27	219.403,58	90.547,96
CAPITAL PRÓPRIO	870.040,09	309.951,54	219.403,58	960.588,05



41 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS		
MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
Existências iniciais	30.251,30	
Compras	6.417,46	
Autoconsumos		
Regularização de existências		
Existências finais	-34.385,43	
Custo no exercício	2.283,33	

43 – Remunerações dos órgãos sociais: os titulares de cargos do Conselho Distrital do Porto e do Conselho de Deontologia do Porto, não auferem qualquer remuneração pelo exercício das suas funções.

44 – Repartição do valor líquido das Vendas e das Prestações de Serviços

Descrição	Mercado Nacional
Vendas	2.397,65
Prestação Serviços	78.138,02
TOTAL	80.535,67



45 – Demonstração de Resultados Financeiros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS			
CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
		2005	2004
681	Juros suportados	794,32	9,41
686	Desconto P.P. Concedidos	149.700,53	144.760,56
688	Custos e Perdas Financeiras	1.930,59	1.896,64
82	Resultados financeiros	-147.899,75	-142.798,19
	TOTAL	4.525,69	3.868,42
	PROVEITOS E GANHOS		
781	Juros obtidos	4.525,69	3.849,30
789	Diferenças de arredondamentos		19,12
	TOTAL	4.525,69	3.868,42

46 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS			
CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
		2005	2004
691	Donativos	300,00	
694	Perdas em Imobilizacoes	17.908,53	
697	Correcções relativas a exercí cios anteriores	903,00	5.818,61
698	Custos e perdas extraordinários	93,76	13.486,79
699	Outros custos e perdas		
84	Resultados extraordinários	1.729,27	(8,227,62)
	TOTAL	20.934,56	11.078,14
	PROVEITOS E GANHOS		
794	Ganhos em imobilizações	14.966,34	
797	Correcções relativas a exercí cios anteriores	3.370,78	
798	Proveitos e ganhos extraordinários	2.597,44	11.078,14
799	Outros proveitos e perdas		
	TOTAL	20.934,56	11.078,14



47 – Em cumprimento do disposto no Dec. Lei 411/91, de 17 de Outubro, regista-se que a dívida à Segurança Social, à data de encerramento das contas, é de 33.992.50 €

48 – Não existem quaisquer dívidas ao Estado.

Relativamente aos restantes números do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, como se refere no início, nada há a comentar.



2.6. ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS - 2004 – 2005

Análise comparativa dos resultados			
Descrição	2005	2004	Variação %
CUSTOS E PERDAS			
Mercadorias	2.283,33	1.356,58	68,32%
Afectação de quotas de inscrição	48,969,69		
Fornecimentos e serviços externos	1.087.639,48	1.339.074,48	-18,78%
Electricidade	20.252,85	17.266,52	17,30%
Combustíveis	1.559,45	1.460,93	6,74%
Água	1.714,85	1.459,12	17,53%
Ferramentas e Utensílios	333,66	25,00	1234,64%
Livros e Documentação técnica	22.250,51	18.570,56	19,82%
Material de Escritório	67.840,95	55.342,05	22,58%
Artigos p/oferta	6.746,40	13.411,14	-49,70%
Rendas e alugueres	109.955,91	94.666,53	16,15%
Comunicação	127.450,13	112.021,43	13,77%
Seguros	3.855,66	947,19	307,06%
Transp.mercadorias e outros	371,77	1.044,62	-64,41%
Deslocações e estadas	63.515,47	72.015,28	-11,80%
Honorários	369.022,74	578.408,99	-36,20%
Contencioso e notariado	359,00	2.649,18	-86,45%
Conservação e reparação	164.407,99	159.425,15	3,13%
Publicidade e propaganda	25.823,38	17.353,39	48,81%
Limpeza higiene e conforto	13.581,88	16.000,16	-15,11%
Vigilância e segurança	1.663,84	142,77	1065,40%
Trabalhos especializados	32.184,18	114.116,61	-71,80%
Outros fornec.serviços	43.443,66	51.854,22	-16,22%
Impostos	66.462,30	98.747,36	-32,69%
Custos com pessoal	943.939,83	960.641,32	-1,74%
Remunerações	772.734,86	790.919,47	-2,30%
Encargos s/remunerações	137.452,14	142.315,68	-3,42%
Outros custos com pessoal	33.752,83	27.406,17	23,16%
Outros custos e perdas operacionais	15.987,58	28.170,22	-43,25%
Amortizações e Ajustamentos	83.404,77	66.337,17	25,73%
Custos e perdas financeiras	152.425,44	146.666,61	3,93%
Custos e perdas extraordinárias	19.205,29	19.305,40	-0,52%
TOTAL DE CUSTOS	2.420.317,71	2.660.299,14	-9,02%



ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS (continuação)

Análise comparativa dos resultados			
Descrição	2005	2004	Variação %
PROVEITOS E GANHOS			
Mercadorias	2.397,65	3.724,44	-35,62%
Serviço de apoio a advogados	78.138,02	57.350,97	36,25%
Proveitos estatutários	1.981.049,89	2.082.178,39	-4,86%
Comparticipação quotas	1.368.470,89	1.347.750,97	1,54%
Taxas inscrição de advogados	168.600,00	194.500,00	-13,32%
Taxas inscrição de advogados estagiários	443.979,00	539.927,42	-17,77%
Proveitos suplementares	21.766,87	73.789,39	-70,50%
Subsídios à exploração	402.168,14	615.821,17	-34,69%
Ministério da Justiça	36.393,14	269.279,20	-86,48%
Conselho geral	365.775,00	346.541,97	5,55%
Outros proveitos e ganhos	499,54	44.756,72	-98,88%
Proveitos e ganhos financeiros	4.696,31	3.868,85	21,39%
Proveitos e ganhos extraordinários	20.934,56	11.078,14	88,97%
TOTAL DE PROVEITOS	2.511.650,98	2.892.568,07	-13,17%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	91.333,27	232.268,93	-60,68%
IRC e imposto autónomo	785,31	13.650,66	-94,25%
RESULTADO LÍQUIDO	90.547,96	218.618,27	-58,58%



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2005 - DESPESAS E RECEITAS CORRENTES					
Conta Nº	Descrição	ORÇAMENTO 2005		DESVIO NO PERÍODO	
	DESPESAS CORRENTES	ANUAL	REALIZADO ATÉ DEZEMBRO	VALOR	%
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS				
62.2.1.1	ELECTRICIDADE	30.000,00	20.252,85	-9.747,15	-32,49%
62.2.1.2	COMBUSTÍVEIS	5.000,00	1.559,45	-3.440,55	-68,81%
62.2.1.3	ÁGUA	2.000,00	1.714,85	-285,15	-14,26%
62.2.1.4	OUTROS FLUÍDOS	200,00		-200,00	-100,00%
62.2.1.5	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	500,00	333,66	-166,34	-33,27%
62.2.1.6	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	40.000,00	19.822,27	-20.177,73	-50,44%
62.2.1.7	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	75.000,00	67.552,67	-7.447,33	-9,93%
62.2.1.8	ARTIGOS PARA OFERTA	1.700,00	6.746,60	5.046,60	296,86%
62.2.1.9	RENDAS	130.000,00	109.955,91	-20.044,09	-15,42%
62.2.2.1	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	8.000,00	10.835,60	2.835,60	35,45%
62.2.2.2	COMUNICAÇÃO	150.000,00	127.450,13	-22.549,87	-15,03%
62.2.2.3	SEGUROS	5.000,00	3.855,65	-1.144,35	-22,89%
62.2.2.5	TRANSPORTES	2.000,00	371,77	-1.628,23	-81,41%
62.2.2.7	DESDLOCAÇÕES E ESTADIAS	30.000,00	60.721,08	30.721,08	102,40%
62.2.2.9	HONORÁRIOS	490.000,00	369.022,74	-120.977,26	-24,69%
62.2.3.1	CONTENCIOSO E NOTARIADO	5.000,00	359,00	-4.641,00	-92,82%
62.2.3.2	CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	263.050,00	74.065,12	-188.984,88	-71,84%
62.2.3.3	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	23.000,00	25.828,38	2.828,38	12,30%
62.2.3.4	LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	25.000,00	13.581,88	-11.418,12	-45,67%
62.2.3.6	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	30.000,00	33.848,02	3.848,02	12,83%
62.2.9.8	OUTROS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS	35.000,00	43.393,71	8.393,71	23,98%
63	IMPOSTOS				
63.1.2	IMPOSTO S/ VALOR ACRESCENTADO	89.000,00	66.336,60	-22.663,40	-25,46%
63.1.7	TAXAS	50,00	125,70	75,70	151,40%
64	CUSTOS COM PESSOAL				
64.2.01	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	840.000,00	772.734,86	-67.265,14	-8,01%
64.5	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	173.000,00	137.452,14	-35.547,86	-20,55%
64.6	SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO	17.000,00	14.406,00	-2.594,00	-15,26%
64.7	CUSTOS DE ACÇÃO SOCIAL	18.000,00	18.173,48	173,48	0,96%
64.8	OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	5.000,00	1.173,35	-3.826,65	-76,53%
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERAC.	40.000,00	15.987,58	-24.012,42	-60,03%
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	3.500,00	152.425,41	148.925,41	4255,01%
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINAR	2.000,00	4.008,23	2.008,23	100,41%
	TOTAL (Despesa)	2.538.000,00	2.174.094,69	-363.905,31	-14,34%



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2005 - DESPESAS E RECEITAS CORRENTES					
Conta Nº	Descrição	ORÇAMENTO 2005		DESVIO NO PERÍODO	
	RECEITAS CORRENTES	ANUAL	REALIZADO ATÉ DEZEMBRO	VALOR	%
71	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
71.11	MERCADORIAS - MERC. NACIONAL	6.500,00	2.397,65	-4.102,35	-63,11%
71.12	PRESTAÇÕES DE SERV. GENÉRICOS	12.000,00	7.654,52	-4.345,48	-36,21%
71.13	REP.REVIS.TESTES E PROVAS	35.000,00	56.800,00	21.800,00	62,29%
71.14	PRESTAÇÃO SERV.ADOGADOS	8.000,00	12.383,50	4.383,50	54,79%
72	PROVEITOS ESTATUTÁRIOS				
72.2	QUOTIZAÇÕES ESTATUTÁRIAS	520.000,00	465.267,33	-54.732,67	-10,53%
72.4	QUOTIZAÇÕES ANUAIS ANTECIPADAS	700.000,00	903.203,56	203.203,56	29,03%
72.5.1	TAXAS DE INSCRIÇÃO DE ADOGADOS	180.000,00	168.300,00	-11.700,00	-6,50%
72.5.2	TAXAS DE INSCRIÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	380.000,00	438.555,73	58.555,73	15,41%
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	72.000,00	21.766,87	-50.233,13	-69,77%
74	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO				
74.1	DO ESTADO E ENTIDADES OFICIAIS	260.000,00	36.393,14	-223.606,86	-86,00%
74.1.1	GABINETE CONSULTA. GRATUITA M.J.	9.000,00	0,00	-9.000,00	-100,00%
74.2	DE OUTRA ENTIDADE (PUBLICIDADE)	3.000,00	0,00	-3.000,00	-100,00%
74.5	SUBSÍDIO DO CONSELHO GERAL	350.000,00	365.775,00	15.775,00	4,51%
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	1.500,00	1.905,98	405,98	27,07%
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS	1.000,00	3.597,44	2.597,44	259,74%
	TOTAL (Receita)	2.538.000,00	2.484.000,72	-53.999,28	-2,13%
	EXCEDENTE GERADO		309.906,03		



2.8. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.8.1. Notas

Nem a execução orçamental, nem o orçamento que lhe está na origem, relevam custos não desembolsáveis, tais como amortizações e reintegrações do exercício, ou custos diferidos resultantes de grandes obras realizadas no edifício sede e no edifício do Centro de Formação.

Por isso, a análise da execução orçamental é feita numa perspectiva financeira e não de resultados.

2.8.2 . Análise

O ano encerrou-se com um saldo corrente positivo de 309.906,03 €, apurado entre as receitas e despesas correntes, resultante de um total de receitas de 2.484.000,72 € e de um total de despesas de 2.174.094,69 €.

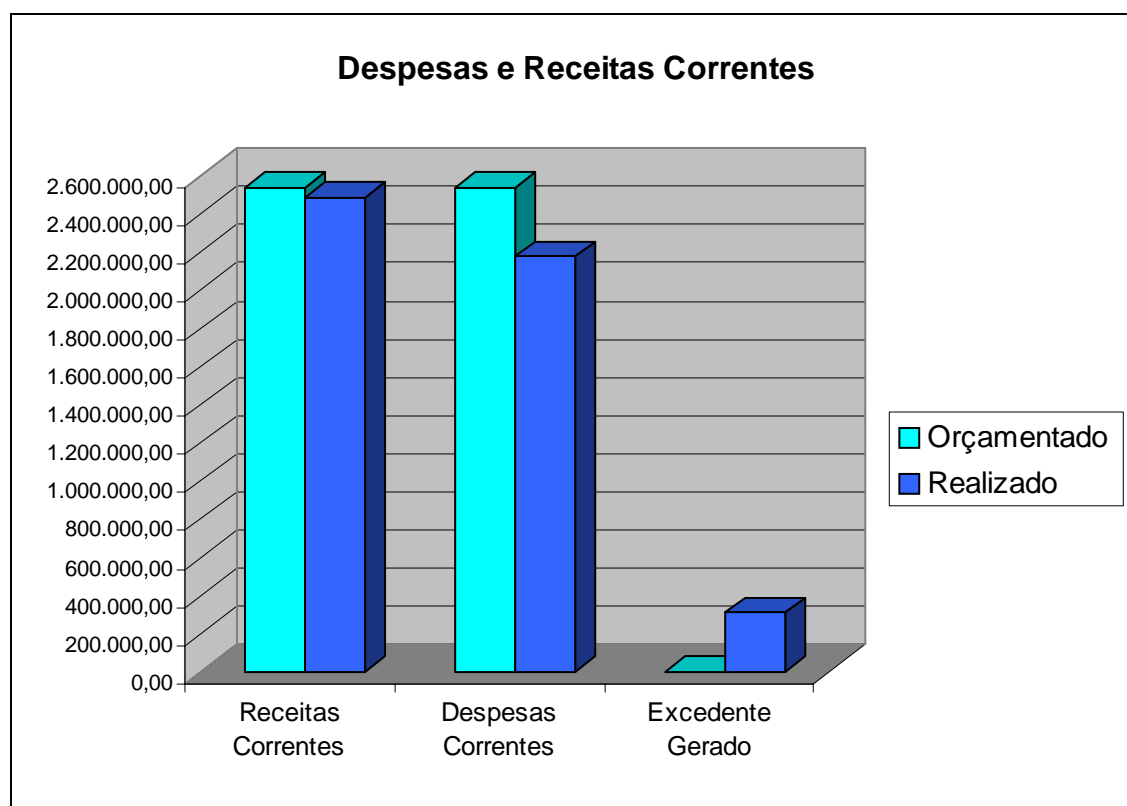
As receitas apresentam um desvio desfavorável de 2,13%, e as despesas apresentam um desvio favorável de 14,34%.

Saliente-se que o desvio desfavorável das receitas, resultou do já mencionado não recebimento das verbas destinadas à liquidação dos honorários dos Patronos Formadores, bem como a não participação do Ministério da Justiça (habitual em anos anteriores) no acréscimo de custos do Apoio Judiciário (sobrecustos) relativos aos anos de 2004 e 2005, também já referida.



Aqueles indicadores são ilustrados no mapa e no gráfico que seguem:

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL			
Receitas e despesas correntes	Orçamentado	Realizado	Desvio
Receitas correntes	2.538.000,00	2.484.000,72	-53.999,28
Despesas correntes	2.538.000,00	2.174.094,69	363.905,31
Excedente gerado	0,00	309.906,03	309.906,03





Despesas Correntes

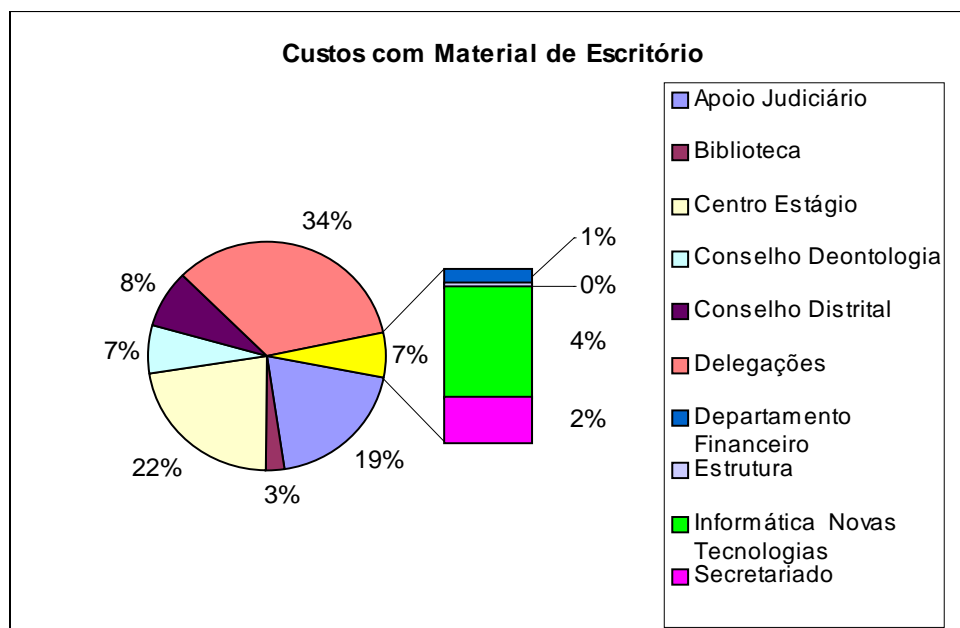
Quase todas as rubricas das despesas correntes apresentam desvio positivo. São exceção

- Artigos para oferta - ofertas a conferencistas ocasião das conferências quinzenais que ocorreram no âmbito do Centro de Estágio.
- Despesas de Representação - despesas de deslocação e alojamento dos Membros do Conselho para participação em eventos no estrangeiro.
- Deslocações e Estadas - despesas de deslocação dos Membros do Conselho Distrital e do Conselho Distrital e, ainda, deslocações a Lisboa dos funcionários do CDP e do CD, para participarem nas reuniões do Sinoa e do site da OA.

Os valores das rubricas acima, são de difícil previsão, pois dependem de decisões que são tomadas pelo Conselho, ao longo do ano.

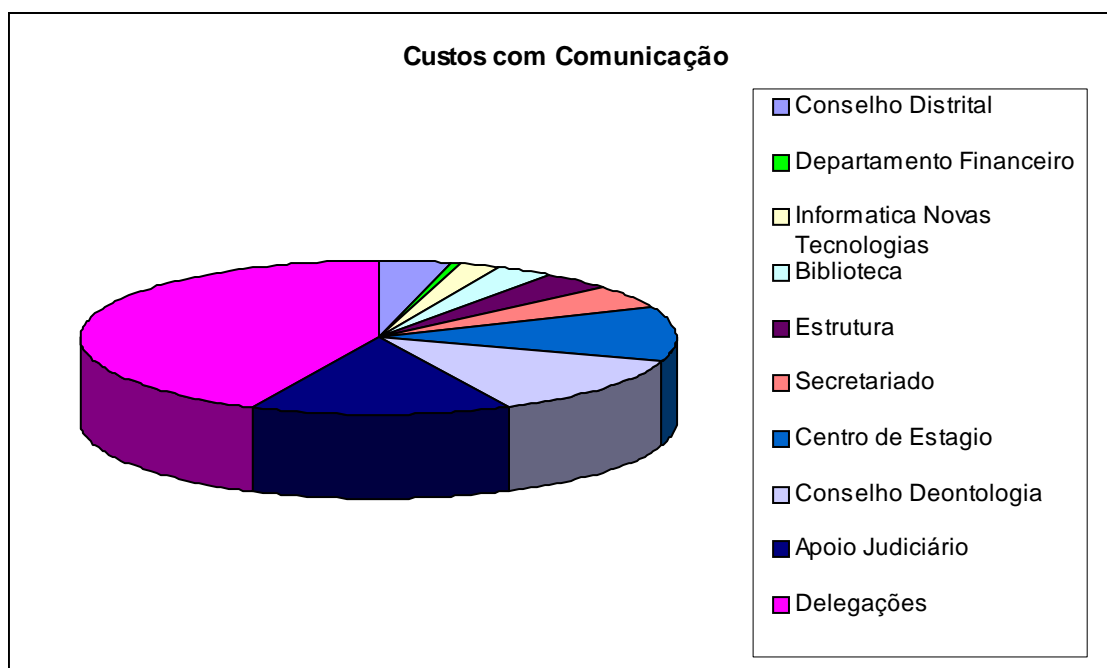
Material de Escritório - Os gastos respeitantes a esta rubrica distribuem-se assim:

MAPA DE CUSTOS COM MATERIAL DE ESCRITÓRIO	
Centro de Análise	Valor Total
Conselho Distrital	5.730,58
Conselho Deontologia	4.707,61
Estrutura	129,58
Secretariado	1.124,27
Biblioteca	1.731,13
Departamento Financeiro	364,27
Informática Novas Tecnologias	2.800,30
Apoio Judiciário	13.020,20
Centro Estágio	14.987,67
Delegações	23.244,34
TOTAIS	67.839,95



Comunicação – O mapa seguinte, caracteriza a estrutura destes custos, mais evidente no gráfico que se apresenta

MAPA DE CUSTOS COM COMUNICAÇÃO	
Centro de Análise	Valor Total
Conselho Distrital	4951,01
Conselho Deontologia	16249,15
Estrutura	4954,24
Secretariado	6148,86
Biblioteca	3772,14
Departamento Financeiro	678,58
Informatica Novas Tecnologias	2829,14
Apoio Judiciário	18067,89
Centro de Estagio	14917,03
Delegações	54882,09
TOTAIS	127450,13



Conservação e Reparação – Agrega, além dos gastos com reparações, os contratos de manutenção de equipamentos diversos.

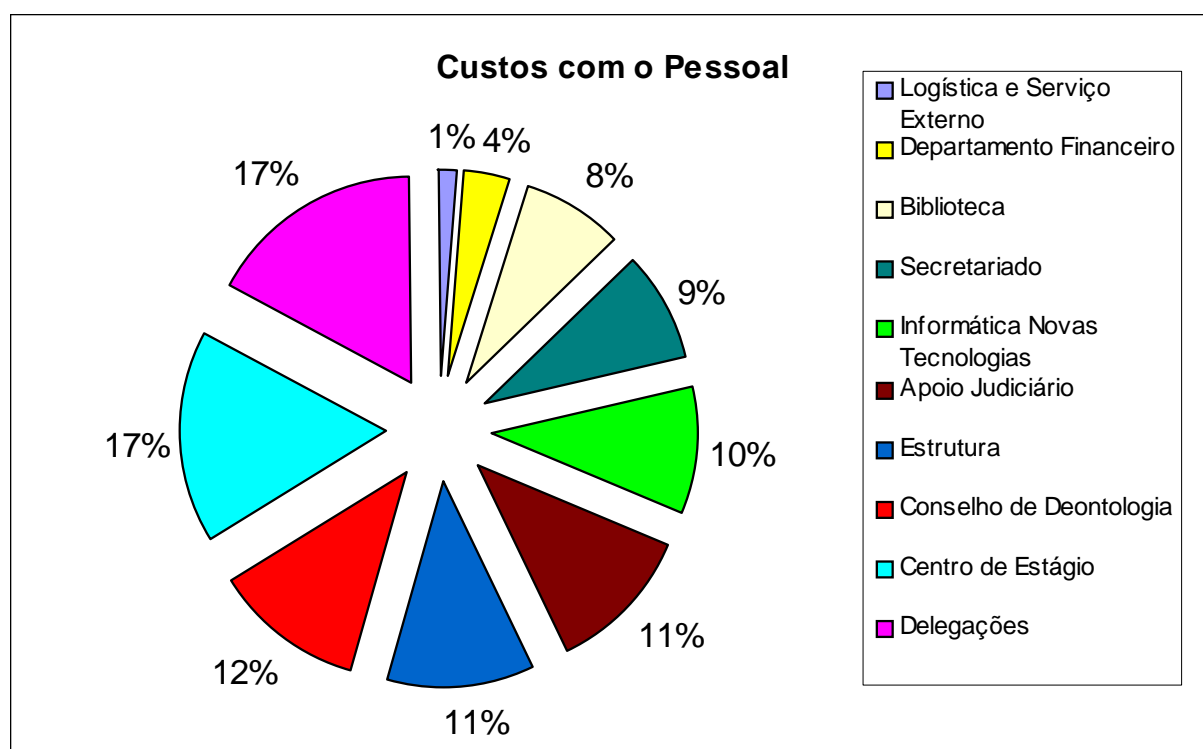
Honorários – Esta rubrica totaliza 369.022,74 € e respeita a honorários pagos a

- Formadores da Fase Inicial do Estágio
- Formadores da Fase complementar
- Formadores de cursos on-line (CFO)
- Advogados e Advogados Estagiários, no âmbito das consultas do Gabinete de Consulta Jurídica gratuita.

Custos com Pessoal – Manteve-se dentro de todos os parâmetros inicialmente previstos, não obstante congregar os funcionários dos dois Conselhos e das Delegações. Destaca-se o facto do valor total de remunerações representar 82% do total desta rubrica, respeitando os restantes 18% a encargos sociais, seguros de acidentes de trabalho, seguro de grupo doença e encargos de medicina higiene e segurança no trabalho.



MAPA DE CUSTOS COM PESSOAL			
Centro de Análise	Remunerações	Encargos	Total
Conselho de Deontologia	90.004,71	16.087,21	106.091,92
Estrutura	88.201,41	16.287,51	104.488,92
Secretariado	66.423,91	12.274,86	78.698,77
Biblioteca	61.073,44	10.816,01	71.889,45
Departamento Financeiro	27.654,93	4.828,36	32.483,29
Informática Novas Tecnologias	75.650,29	13.959,36	89.609,65
Apoio Judiciário	88.154,65	15.875,55	104.030,20
Centro de Estágio	130.497,16	23.193,55	153.690,71
Logística e Serviço Externo	11.317,61	1.901,65	13.219,26
Delegações	133.756,75	22.314,61	156.071,36
Cons. Distrital-Seg.Ac.Trab.+Seg.Grupo		33.666,31	33.666,31
TOTAIS	772.734,86	171.204,98	943.939,84





Custos e Perdas Financeiras - Esta rubrica apresenta um desvio de 148.925,41€, em consequência dos descontos concedidos aos Advogados, pelo pagamento antecipado de quotas, montante bastante elevado que não depende do controlo do CDP.

Receitas Correntes

Quase todas as rubricas estão dentro dos valores orçamentados.

Vendas e Prestações de Serviços – As contas deste grupo apresentam oscilações diversas, caracterizadas pela irregularidade das suas receitas. Estas decorrem dos serviços prestados a advogados e advogados estagiários, pagos em conformidade com a tabela de emolumentos fixados pelo Conselho Geral.

Proveitos Estatutários – Dizem respeito a 50% das quotizações estatutárias de advogados inscritos neste Conselho Distrital. Realça-se o facto de que os PAA antecipados excederam o previsto, em 203.000,00€, enquanto as quotas mensais ficaram 54.700,00€ aquém do orçamentado. Quanto às taxas de inscrição de advogados e advogados estagiários, estas apresentam variações opostas.

Proveitos Suplementares – Esta conta apresenta um desvio negativo de cerca de 50.000.00 €, resultante do facto de ter sido tornada gratuita, no início deste mandato, a frequência de todos cursos de formação complementar, quer presencial quer on-line, quando, no exercício anterior, toda esta formação correspondia a entrada de receitas.

Subsídios à Exploração – Esta grupo apresenta o desvio mais significativo, já que, quando se elaborou o Orçamento, esperavam-se as, já várias vezes referidas, receitas do Ministério da Justiça

Relativamente às restantes rubricas não há nada de material a assinalar.



Delegações

O montante da despesa total com as Delegações, dentro da estrutura deste Conselho Distrital, foi de 343.358,59 €.

Todas as que, ao longo do ano, apresentaram documentos (44 num universo de 54 Delegações), nem sempre o fizeram correctamente e em conformidade com o manual de procedimentos distribuído. No entanto, tem-se feito um grande esforço no sentido de melhorar a prestação, dando maior rigor às contas que as mesmas apresentam, esforço esse a que daremos continuidade no ano de 2006, de modo a que seja possível efectuar as reconciliações bancárias de todas elas, para acerto de saldos, conforme determinação do Conselho Geral.

Conselho de Deontologia:

O movimento contabilístico do Conselho de Deontologia do Porto, está integrado no movimento global do Conselho Distrital.

Este Conselho não tem orçamento autónomo, sendo que o seu orçamento, bem como a sua execução orçamental, estão incluídos na respectivas peças contabilísticas do Conselho Distrital, respeitando os mesmos critérios por este utilizado.

Os custos directos são registados pelo montante respectivo, enquanto os custos indirectos (electricidade, telefones, água, etc.) são imputados, usando o critério de imputação adoptado para todos os outros gastos indirectos, isto é, baseando-o no número de funcionários afectos àquele Conselho.



Mapa de despesas do Conselho de Deontologia

CONSELHO DE DEONTOLOGIA		
BALANCETE DE CENTROS DE CUSTO		
Código	Designação	Valor
<u>Equipamento Administrativo</u>	Ferramentas e Utensílios	229,90
	Fotocopiador	7.000,05
<u>Fornecimentos e Serviços Externos</u>		
622211	Electricidade	1.043,54
62213	Água	443,68
62215	Ferram.Desgaste Rapido	8,94
62217	Material Escritório	4.707,61
62222	Telefone e Fax	5.416,57
62222	Correio	10.832,58
62227	Deslocações e Estadas	3.326,05
62227	Desloc sessões do conselho	7.633,50
62229	Honorários	13.407,22
62231	Contencioso e notariado	17,50
62232	Conservação e reparação	803,78
62234	Limpeza higiene e conforto	100,09
62236	Assistência parque informático	73,21
62298	Águas café e outros	1.951,76
62298	Ornamentação e decoração	317,78
6312	Imposto s/ valor acrescentado	1.790,00
<u>Custos com o Pessoal</u>		
64201	Ordenados e salários	50.095,80
64203	Subsídios	14.722,00
64209	Isenção horário trabalho	5.817,00
64502	Horas extraordinárias	10.842,71
64211	Susidio refeição sujeito	2.422,20
64212	Susidio refeição isento	6.105,00
646	Encargos s/remunerações	16.087,20
		165.195,67